UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

O MENOR ENTRE A ESCOLA E O TRABALHO
NA PERIFERIA PAULISTANA:
O Caso do Jardim Peri

CINYRA BALLASSINI

Dissertação apresentada ao Departamento de Geografia
da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências
Humanas da Universidade de São Paulo,
para obtenção do título de Mestre.
Orientadora: *Profa. Dra. Liliene Legnê.*

SÃO PAULO
1988

T
BALASSINI, CINYRA

ÍNDICE

	PÁG.
AGRADECIMENTOS	I
LISTA DE FIGURAS	IV
LISTA DE TABELAS	VI
 1. INTRODUÇÃO	 01
1.1. Considerações preliminares	01
1.2. Objetivos e hipóteses de trabalho	09
1.3. Revisando a bibliografia sobre o menor.....	11
1.4. A pesquisa	29
 2. METROPOLIZAÇÃO, TRABALHO DO MENOR E SUA FAMÍLIA	 34
2.1. Metropolização de São Paulo	34
2.2. O Jardim Peri na Metrôpole Paulistana	38
2.3. O crescimento da população e a fundação das escolas	46
2.4. Caracterização do menor	66
2.5. Caracterização da família	69
2.6. Migração e trabalho	70
 3. O TRABALHO E A ESCOLA	 93
3.1. O trabalho e a legislação	93
3.2. O universo da pesquisa e propostas do trabalho.....	97
3.3. Análise dos dados obtidos no questionário	100
3.3.1. Relações de trabalho do aluno	115
3.3.2. Jornada de trabalho e forma de pagamento....	126
3.3.3. Esperança do progresso e necessidade de tra balho	130

3.3.4. O trabalho e o rendimento escolar	134
3.4. Relações aluno/escola/trabalho	165
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	168
BIBLIOGRAFIA	175
ANEXO	186

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

O MENOR ENTRE A ESCOLA E O TRABALHO
NA PERIFERIA PAULISTANA:

O CASO DO JARDIM PERI

. CINYRA BALLASSINI

. Orientadora: Profaa Dra Lílⁱana Laganã

. Dissertação apresentada ao Departamento
de Geografia da Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidaa
de de São Paulo, para obtenção do títu-
lo de Mestre.

São Paulo

1988

À memória de meus pais Jeronymo Ballas
sini e Cornélia Luiza Demasi Ballassini
que um dia foram menores trabalhadores;
ã Virgínia Demasi Ballassini, minha tia,
que com paciência me apoiou; aos meus
irmãos Wilson e Amadeu Heitor pelo estí
mulo oferecido; aos meus sobrinhos Anna
Cristina, Wilson, Ricardo Heitor e Pa
trícia de Cássia, pela ajuda prestada ,
e aos alunos do Jardim Peri, pessoas que
merecem meu profundo respeito e admira
ção, dedico este trabalho.

AGRADECIMENTOS

O trabalho é uma tarefa pessoal, mas que só é possível realizar com uma variedade muito grande de informações, seguidas com a boa vontade de pessoas que sem interesse participaram desta dissertação.

- . À Profa. Dra. Lillian Laganã pelo voto de confiança oferecido, mesmo naqueles momentos em que ficavam evidentes as minhas limitações; pela orientação segura e apoio em todos os instantes; pela paciência em rever várias vezes o trabalho além das valiosas críticas e sugestões dadas, minha profunda gratidão;
- . À colega Alice Yatiyo Asari pelo apoio e colaboração prestada na elaboração deste trabalho;
- . Ao colega Milton Rodrigues dos Santos pelo estímulo e críticas oferecidas no início deste trabalho;
- . À Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP;
- . Aos companheiros dos colégios de pós-graduação da FFLCH da USP;
- . À Profa. Anna Maria Marangoni pela orientação de gráficos e tabelas;
- . Ao Prof. Mário De Biasi pela orientação cartográfica;
- . À Profa. e colega Nidia Nacib Pontuschka pelas sugestões acertadas;
- . Aos diretores, professores e funcionários das escolas que fazem parte da pesquisa pelas informações fornecidas;

- . Ao engenheiro Carlos Eduardo Ferreira da Silva do Instituto Florestal do Estado de São Paulo pelo material fornecido;
- . Aos funcionários da Prefeitura de São Paulo, pelo fornecimento de mapas sobre a área em estudo (SEMPLA - Regional da Freguesia do Ů - Regional da Casa Verde);
- . A 3ª Delegacia de Ensino da Capital e a DRECAP I pelos mapas explicativos sobre as escolas em estudo;
- . Aos alunos que responderam com paciência ao questionário para a elaboração deste trabalho;
- . Ao colega Wellington Duarte que me acompanhou na pesquisa de campo fazendo levantamento dos alunos desistentes junto às favelas do Jardim Peri;
- . A colega Profa. Rosa Maria Marchi Macedo pela colaboração e incentivo prestado no início deste trabalho;
- . Aos colegas que colaboraram para o levantamento histórico das escolas do Jardim Peri - Diva Therezinha Rosa, Dayse Bertoli, Ruth Trinca, Luiza Mantellassi, José Ademir Nardo, Etelvina Rissuthi Fernandes, Guiomar Cruz Antonio, Nilza Aparecida Braga, Maria Verônica da Silva, José Alberto Gonçalves;
- . As colegas Beatriz Diniz e Darcy Aparecida Diniz pelo incentivo oferecido;
- . A Maria Elisa C. Carvalho pela ajuda prestada;
- . A Maria Thereza H. Fracalossi pela colaboração oferecida no meu exame de qualificação;
- . Ao CNPq e CAPS pelo auxílio financeiro oferecido;

.III.

- . Às professoras Mabel Lúcia Moura e Analina Sartori pela revi
são de português efetuada;
- . À Maria Aparecida Gallina que datilografou este trabalho e a
todas as pessoas amigas que de alguma forma contribuíram pa
ra que ele fosse executado.

MEUS SINCEROS AGRADECIMENTOS

LISTA DE FIGURAS E FOTOS

FIGURA	PÁG.
01 - Localização da Área de Estudo - Jardim Peri.....	39
02 - Limites da Área de Estudo	41
03 - Localização da Área de Estudo (3 ^a DE-DRECAP-1).....	45
04 - Evolução Urbana da Área de Estudo - Localização das Escolas/1959	47
05 - Evolução Urbana da Área de Estudo - Localização das Escolas/1962	51
06 - Evolução Urbana da Área de Estudo - Localização das Escolas/1967	53
07 - Evolução Urbana da Área de Estudo - Localização das Escolas/1973	57
08 - Evolução Urbana da Área de Estudo - Localização das Escolas/1988	64
09 - De onde vieram para São Paulo Familiares e Alunos <u>en</u> <u>trevistados</u>	71
10 - Local de nascimento dos pais e avós dos <u>entrevista</u> <u>dos</u>	74
11 - EEPG Profa Rita Bícudo Pereira - Profissão dos alu- nos por sexo e idade	102
12 - EEPG Profa Elza Saraiva Monteiro - Profissão dos alu nos por sexo e idade	105
13 - EEPG Guilherme de Almeida - Profissão dos alunos por sexo e idade	108
14 - EEPG Prof. Alfredo Gomes - Profissão dos alunos por sexo e idade	109

15 - Profissão dos alunos por sexo e idade - Todas as escolas	118

FOTO	PÁG.
01 - EEPG Profa Rita Bicudo Pereira	89
02 - EEPG Profa Rita Bicudo Pereira (alunos de curso noturno)	89
03 - EEPG Profa Elza Saraiva Monteiro	90
04 - EEPG Profa Elza Saraiva Monteiro (alunos do curso noturno)	90
05 - EEPG Guilherme de Almeida	91
06 - EEPG Guilherme de Almeida (alunos do curso noturno)..	91
07 - EEPG Prof. Alfredo Gomes	92
08 - EEPG Prof. Alfredo Gomes (alunos do curso noturno)..	92
09 - Vista Geral da Área de Pesquisa - Jardim Peri	113
10 - Jardim Peri (habitações precárias)	113

LISTA DE TABELAS

TABELA	PÁG.
01 - Local de nascimento dos alunos	76
02 - Total Geral por série - Escolaridade da família....	79
03 - EEPG Profa Rita Bicudo Pereira - Escolaridade da família	80
04 - EEPG Profa Elza Saraiva Monteiro - Escolaridade da família	81
05 - EEPG Guilherme de Almeida - Escolaridade da família	82
06 - EEPG Prof. Alfredo Gomes - Escolaridade da família.	83
07 - Renda Mensal da família dos entrevistados que informaram	86
08 - Relação entre o nº de pessoas que trabalham, nº de pessoas da família e total de famílias	87
09 - Salário dos alunos	104
10 - Idade de ingresso dos alunos entrevistados, no mercado de trabalho	116
11 - Registro em Carteira	123
12 - Situação dos entrevistados quanto à contribuição no orçamento familiar	131
13 - EEPG Profa Rita Bicudo Pereira	136
Rendimento escolar dos Alunos - 5ª série	
14 - EEPG - Profa Rita Bicudo Pereira	138
Rendimento escolar dos Alunos - 6ª série	
15 - EEPG Profa Rita Bicudo Pereira	139
Rendimento escolar dos Alunos - 7ª série	

16 - EEPG Profa Rita Bicudo Pereira	140
Rendimento escolar dos Alunos - 8a série	
17 - EEPG Profa Elza Saraiva Monteiro	144
Rendimento escolar dos Alunos - 5a série	
18 - EEPG Profa Elza Saraiva Monteiro	145
Rendimento escolar dos Alunos - 6a série	
19 - EEPG Profa Elza Saraiva Monteiro	146
Rendimento escolar dos Alunos - 7a série	
20 - EEPG Profa Elza Saraiva Monteiro	147
Rendimento escolar dos Alunos - 8a série	
21 - EEPG Guilherme de Almeida	149
Rendimento escolar dos Alunos - 5a série	
22 - EEPG Guilherme de Almeida	150
Rendimento escolar dos Alunos - 6a série	
23 - EEPG Guilherme de Almeida	151
Rendimento escolar dos Alunos - 7a série	
24 - EEPG Guilherme de Almeida	152
Rendimento escolar dos Alunos - 8a série	
25 - EEPG Prof. Alfredo Gomes	153
Rendimento escolar dos Alunos - 5a série	
26 - EEPG Prof. Alfredo Gomes	154
Rendimento escolar dos Alunos - 6a série	
27 - EEPG Prof. Alfredo Gomes	155
Rendimento escolar dos Alunos - 7a série	
28 - EEPG Prof. Alfredo Gomes	156
Rendimento escolar dos Alunos - 8a série	

*"Não há esperança da justiça social.
Por isso: só na luta se espera com
esperança."*

Paulo Freire

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO

1. INTRODUÇÃO

1.1. Considerações preliminares

Os enfoques iniciais deste estudo têm como referência as questões atinentes às transformações que estão ocorrendo no Brasil nas últimas décadas, em consequência do acelerado processo de industrialização pelo qual tem passado.

Os grandes centros sofreram rápida urbanização. Nos dias atuais o desenvolvimento capitalista constitui o elemento mais dinâmico capaz de provocar profundas transformações sociais, pois o processo de mudanças abrange as mais variadas dimensões da vida social.

Em constatação mais ampla, para analisar a realidade da periferia urbana dos países subdesenvolvidos, recorreremos à história para mostrar como ela vem ocorrendo.

Essa urbanização se caracteriza por ser recente, geralmente posterior à 2ª Guerra Mundial e por estar acontecendo em um ritmo bastante acelerado.

As diferenças entre os países é notada embora eles apresentem características comuns.

Milton Santos (1977:36), quando se refere à gênese dos dois sistemas de fluxo da economia urbana nos países subdesenvolvidos menciona que

"... pela primeira vez na história desses países, variáveis elaboradas no exterior têm uma difusão geral sobre toda ou sobre a maior parte do território e afetam todos os habitantes, embora em diferentes nã

veis. A difusão da informação e de novas formas de consumo constituem dois dos maiores elementos da explicação geográfica. Por intermédio de suas várias repercussões, elas geram, ao mesmo tempo, ambas as forças: a de concentração e de dispersão, cuja interação define os modos de organização espacial".

Ele menciona também que

"... estas tendências de modernização contemporânea nos países do terceiro Mundo, geram somente, um número limitado de empregos, visto que as indústrias que estão sendo instaladas são de 'capital intensivo'."

A população urbana cresce rapidamente, sem condições de acompanhamento por parte dos serviços, que atendem cada vez menos.

Milton Santos (1977:37) continua argumentando que

"... nas cidades dos países subdesenvolvidos, o mercado de trabalho está se deteriorando, e uma alta porcentagem de pessoas não tem emprego nem renda permanentes".

Vamos encontrar realidade semelhante a apontada por Milton Santos entre as famílias que ocuparam os terrenos da periferia da cidade de São Paulo.

Para Manuel Castells (1983:84), a urbanização da America Latina enquanto processo social é definida por suas leis históricas e que o espaço e a cidade fazem parte do processo de produção; sendo antes de tudo um produto da sociedade que a habita.

Ele menciona que a partir da 2ª Guerra Mundial inves

timentos estrangeiros são introduzidos no desenvolvimento de indústrias locais; as cidades transformam-se em centros industriais atraindo grande contingente populacional, sem ter condições de recebê-los e esclarece que:

"A urbanização na América Latina não é a expressão de um processo de 'modernização', mas a manifestação a nível das relações sócio-espaciais, da acentuação das contradições sociais inerentes a seu modo de desenvolvimento - desenvolvimento determinado por uma dependência específica no interior do sistema capitalista mundial".

Como no caso específico da periferia urbana da cidade de São Paulo cujo exemplo se refere ao Jardim Peri, setor da cidade que abriga uma população que possui grande número de migrantes que se dirigiram para a metrópole paulista interessados em melhorar as condições de trabalho e de sobrevivência, o que nem sempre aconteceu.

Paul Singer (1980:117) ao analisar em seu trabalho o papel da urbanização no processo de desenvolvimento capitalista, em países que tiveram industrialização tardia, estuda a problemática da cidade de São Paulo. Nesta análise ele mostra a função das grandes cidades em formar seu exército industrial de reserva.

Com a implantação na cidade de São Paulo do maior parque industrial do País, a partir da 2^a Grande Guerra, a cidade se transformou no grande centro de interesse pela qualidade de empregos que oferecia, embora não fosse suficiente para a demanda; seu acelerado crescimento ocorreu e junto apareceram os desequilíbrios urbanos pela falta de habitação e serviços, cres-

cendo rapidamente a população marginalizada. Conseqüentemente surgem como alternativa de moradia os cortiços, as favelas, os loteamentos clandestinos, a exemplo do Jardim Peri.

Paul Singer (1980:119) coloca que para os críticos urbanos existem dois pontos de vista:

- . econômico, onde acreditam que a migração seja um processo de transformação dos produtivos trabalhadores do campo em subempregados na cidade (engraxate, lavador de carro).
- . social, onde os mesmos críticos colocam que a desvinculação de integrantes de comunidades rurais, os tornam marginais na sociedade metropolitana.

"... a crítica da urbanização tem como pressuposto básico de que não há uma relação necessária entre o crescimento da população e a expansão da economia da metrópole". (1980:120).

Na mesma linha de constatação Lúcio Kowarick e Milton Campanário (1986:1) apontam em seu trabalho que a cidade de São Paulo sede do "milagre brasileiro"

"...representa, de um lado, o centro nervoso de a cumulação do capital, onde as principais determinações macroestruturais da sociedade brasileira são forjadas. Por outro lado, a partir de 1960, a metrópole constitui importante mediação no processo de integração entre a economia do País e o mercado internacional. O espaço urbano forjado concentra não somente os meios de produção e de gerência das grandes empresas multinacionais, estatais e privadas nacionais, mas também a força de trabalho que impulsiona a vasta e complexa engrenagem econômica instalada na região".

Constatando os estudos de Kowarick e Campanário te mos no Jardim Peri um dos inúmeros setores urbanos da metrôpo le paulistana que foi produzido e ocupado por pessoas de con dições sôcio-econômicas modestas que migraram para aquele lu gar a partir da década de 1960.

É importante salientar que o progresso econômico da cidade acarretou o seu rápido crescimento deteriorando a qua lidade de vida da população.

A região metropolitana de São Paulo possui 15 mi lhões de habitantes, conforme citação de Kowarick e Campanário (1986:3), sendo a maioria constituída por assalariados mal re munerados, que moram em precárias condições, mal alimentados e que gastam muitas horas no transporte para o trabalho.

Kowarick e Campanário comentam que na região mais ri ca do País o salário mīnimo decresceu em termos reais entre 1959 e 1984 mais de 55% e salientando que os contrastes entre o privilégio de poucos e a pobreza da maioria trabalhadora es tão visíveis nas favelas da periferia.

No livro "São Paulo 1975, Crescimento e Pobreza " (1976:21), o intenso crescimento da cidade de São Paulo apare ce como sendo a lógica da desordem (1).

Na mesma linha de constatação eles colocam que o au mento rápido da população da cidade torna visíveis seus pro blemas.

---

(1) Livro realizado por pesquisadores do CEBRAP - a pedido da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo.

O progresso dela tem um custo muito alto para a maioria de seus habitantes, na medida que enfrentam carência no a bastecimento de água, insuficiência na rede de esgoto, eletricidade, transportes coletivos, certos divertimentos públicos, atividades culturais, etc.

Na ideologia do progresso está implícito o sacrifício presente para se ter garantida a felicidade futura, embora essas dificuldades sejam atribuídas ao crescimento desordenado da região metropolitana e à ausência de planejamento.

Esta situação pode ser constatada na forma de como o correu a ocupação do solo da cidade de São Paulo, no seu mapa atual, cujo traçado irregular espelha vários momentos históricos de ocupação:

No livro "São Paulo 1975, "Crescimento e Pobreza"(1976: 22):

"A aparente desordem do crescimento da cidade encobre, no entanto, a organização da sociedade. Por trás dos 'problemas urbanos' estão a vida dos habitantes da cidade, que se organiza na repartição dos benefícios do desenvolvimento e na distribuição do preço a pagar".

Na realidade, as condições de vida da população estão ligadas às formas de produção e distribuição da riqueza, como também à divisão espacial de seus habitantes. Nas últimas décadas surgiram na cidade de São Paulo os bairros periféricos que abrigam a classe trabalhadora.

"É nessas áreas que se encontram tanto a pobreza da cidade como a de seus habitantes". (1976:23)

O Jardim Peri é um dos inúmeros loteamentos da periferia da cidade de São Paulo onde mora grande número de trabalhadores que fazem parte do processo produtivo industrial e comercial da cidade.

Hoje 1988, a infra-estrutura e o saneamento básico apesar de terem chegado naquele setor urbano não atingem toda população, como também os transportes coletivos são insuficientes nas horas de pico, ocasionando um grande desgaste ao trabalhador além daquele despendido no trabalho.

Fazem parte do lugar várias favelas, que abrigam famílias cujo poder aquisitivo não proporciona moradia melhor.

Uma das propostas deste trabalho é tentar avaliar o rendimento escolar dos alunos do curso noturno daquele lugar e o envolvimento deles com a força produtiva da cidade de São Paulo; e salientar a importância da escola para eles como também do trabalho; no que se refere à sociedade, até onde o mercado de trabalho necessita deles como mão-de-obra.

Meu interesse por este assunto remonta a 1972, quando fui lecionar na EEPG Profa. Rita Bicudo Pereira, que se localiza no Jardim Peri, na Zona Norte da Cidade de São Paulo.

Minha atividade docente no decorrer destes anos me proporcionou um relacionamento grande com uma clientela jovem e que faz parte de um grupo social de baixa renda. Nesse período tive oportunidade de observar as dificuldades que os alunos enfrentam para sobreviver, conciliando as obrigações do trabalho e da escola.

Através desta observação tive oportunidade de refletir

sobre a realidade dos meus alunos e me interessei em fazer um trabalho sobre eles.

As primeiras investigações foram efetuadas na EEPG Profa. Rita Bicudo Pereira, envolvendo alunos das primeiras até as oitavas séries, isto porque temos conhecimento que existe a lunos trabalhadores deste as primeiras séries.

O levantamento efetuado através de questionário, em todas as classes e períodos mostrou que o número dos alunos que trabalham até as quartas séries é pouco significativo como tam bém são poucos no período diurno, mesmo entre as quintas e oi tavas séries.

Este resultado me motivou a limitar minha investigação entre os alunos de quinta a oitava séries do período notur no, por existir entre eles grande número de trabalhadores; nes te momento do estudo achei importante ampliar o campo empírico incluindo a EEPG Profa. Elza Saraiva Monteiro porque ela estã no mesmo setor urbano. O Jardim Peri possui sõ estas duas esco las de primeiro grau.

Numa nova fase do trabalho se tornou necessário am pliar mais uma vez a área de investigação com o intuito de ave riguar se a problemática vivida pelos alunos do Jardim Peri se repetia em escolas de setores vizinhos. A partir daí foram in cluídas também a EEPG Guilherme de Almeida e a EEPG Prof. Al fredo Gomes que se localizam na Vila Amália e Vila Bela Vista, respectivamente.

1.2. Objetivos e hipóteses do trabalho

Os objetivos propostos para a elaboração deste trabalho apresentam três níveis de abordagem:

Como nosso primeiro objetivo é estudar ao mesmo tempo estudo/trabalho em relação aos alunos do curso noturno das quatro escolas envolvidas na análise e suas consequências; optamos pela pesquisa do universo das escolas e o depoimento dos alunos.

No âmbito desse trabalho deixamos de analisar o universo do trabalho (pesquisa junto aos empregadores e observação no trabalho) porque seria necessário a realização de um outro trabalho. No entanto, através dos alunos pudemos ter informações sobre o próprio trabalho deles e a visão que têm sobre a atividade que exercem.

Em decorrência das transformações que vêm ocorrendo em nosso País e que levam à grande concentração de renda a uma minoria da população, inúmeros estudantes menores que fazem parte das famílias de baixa renda têm necessidade de participar do processo produtivo para garantirem sua sobrevivência. Pretendemos averiguar seu índice de participação no mercado de trabalho, em que condições isto vêm ocorrendo, os objetivos pretendidos pelo menor estudante como também as consequências que eles vêm sofrendo tanto no aproveitamento escolar quanto no trabalho.

O segundo objetivo tem por meta investigar a importância do trabalho do menor para o processo produtivo. A análise do universo trabalho foi efetuada a partir da interpretação das

respostas fornecidas pelos questionários e, principalmente, por observações efetuadas nas entrevistas nos domicílios dos alunos.

Procurou-se através de informações fornecidas pelos alunos nos questionários identificar a conduta do empregador no cumprimento das leis de proteção ao menor.

O outro objetivo diz respeito à constatação da necessidade do trabalho do menor para complementar a renda familiar.

Foram também objeto de análise a família, grupos sociais de que fazem parte, os motivos que originaram a migração, fixação e urbanização do Jardim Peri, que se constituíram em elementos explicativos da problemática estudada.

De outra maneira, a elaboração de um trabalho pressupõe a tomada de algumas posições que auxiliam o seu trajeto dentro de uma coerência e de uma reflexão maior do problema em estudo. Algumas hipóteses foram levantadas, tendo em vista o tema geral, relações existentes entre a escola e o trabalho, constatando-se o baixo rendimento escolar no decorrer do ano letivo imposto pelas pequenas possibilidades de tempo que esta cliente possui para estudar.

Outra hipótese coloca-se como consequência do pequeno aproveitamento surgindo o desestímulo e em seguida temos como resultado a desistência da frequência às aulas.

A hipótese seguinte diz respeito ao pressuposto mais acentuado de se encontrar o trabalhador entre os alunos de 5^a a 8^a séries do curso noturno cujo horário está relacionado com suas necessidades de trabalho.

1.3. Revisando a bibliografia sobre o menor

O trabalho do menor constitui um assunto que possui dimensões significativas para análise e reflexões na realidade da sociedade brasileira.

Apesar de sua importância ele tem sido pouco abordado e percebe-se que os ângulos de análise em nossa sociedade têm seguido outras direções.

Todas as questões são relevantes quando estão ligadas ao menor, porém o assunto trabalho do menor que envolve um emaranhado de relações e que apresentam variadas condições de realização acaba sendo esquecida, além de existir fatores extremamente complexos de difícil abordagem por envolver interesses tanto do lado do empregador que almeja pagar o salário mais baixo possível, como do lado do menor e de sua família que necessitam do emprego.

Como nos mostra Lia Fukui, Efigênia M.S. Sampaio e Lucila R. Brioschi no estudo que fizeram sobre o trabalho infantil através da abordagem da grande imprensa paulista.

As autoras colocam que a valorização da escrita e da leitura em nossa sociedade contribui para que grande parte de nossos menores cujas condições de vida são precárias, tentem associar o trabalho e a frequência à escola.

A realidade mostra os aspectos conflitantes em que vivem nossas crianças

"... a participação em uma sociedade letrada exige, para a sua própria sobrevivência, a aquisição das habilidades da leitura, da escrita e do cálculo. Se, para segmentos privilegiados a escola é uma a

quisição antiga, para os segmentos subalternos ela ainda é objeto de reivindicação." (1984:2)

Torna-se necessário uma discussão a respeito, cuja realidade a escola deve considerar, se o seu objetivo for ensinar e não discriminar.

Com uma proposta de se repensar o problema em debate Fulkui, Sampaio e Brioschi se propuseram a analisar o discurso que põe em relação a desescolarização, o trabalho infantil e o problema do menor, através da grande imprensa paulista.

Foram tomados três jornais de grande tiragem e ampla circulação em São Paulo - O Estado de São Paulo, a Folha de São Paulo e Notícias Populares em dois períodos distintos - 1971, 1972, 1973 e 1978, 1979, 1980 selecionando e analisando a forma da abordagem do assunto.

Constataram que dos três temas o trabalho infantil foi o menos divulgado, independente do período e do jornal; concluíram que há uma ocultação por parte da imprensa, desse trabalhador.

Relatam que ao abordar o tema, as fontes de documentação utilizada são, predominantemente, as oficiais.

Quanto ao conteúdo da matéria os três jornais colocam que:

- . reconhecem a existência do trabalho infantil e desconhessem sua extensão;
- . aprovam o trabalho institucionalizado;
- . discutem a redução do salário do menor embora seja assunto controvertido, porque essa inserção formal no mercado de traba-

lho concorre com a mão-de-obra adulta.

Os jornais colocam como problema a falta de dados sobre a extensão do trabalho infantil principalmente quando se trata de trabalho formal; o argumento que persiste é a necessidade de manter de alguma forma o controle sobre esse segmento da população.

Ficou claro que as notícias nunca exploram as circunstâncias a que a população infantil está sujeita, obrigada a trabalhar pela sobrevivência e impedida de freqüentar a escola por lei

"... A grande imprensa, pois, apresenta o trabalho infantil como necessário para a prevenção da delinqüência, usando argumentos baseados na habilitação e capacitação profissional, sem levantar para o debate os aspectos de exploração a ele associados" (1984:28 e 29)

Em trabalho anterior sobre os excluídos da escola, Fulkui, Sampaio e Brioschi, estudam a escola elementar, com ênfase nas relações sociais que caracterizam o sistema escolar como área específica da vida social.

Nesta pesquisa elas se dedicam em estudar escola/trabalho pretendendo mostrar a educação sendo limitada pelo trabalho, na qual a escolarização do menor está presa ao trabalho; e traçam um paralelo entre - a exclusão da escola e a ausência de procura educacional - que definem como sendo a necessidade do trabalho além de outros fatores.

Foi apontado como

"... característica essencial do sistema escolar brasileiro uma ineficiência básica, uma vez que, não

conseguindo abarcar a totalidade da população escolarizável, produz excluídos da escola ao mesmo tempo que cria mecanismos de reciclagem para minimizar a extensão dessa ineficiência no conjunto da população" (supletivo) (1981:4).

O primeiro levantamento dessa pesquisa contou com dados da Secretaria da Educação. O segundo ocorreu com dados obtidos em área rural e urbana. O terceiro foi efetuado depois de caracterizados o sistema escolar e a clientela.

Após ampla análise e reflexão Fukui, Sampaio e Brioschi concluíram que

"... A seletividade está presente de maneira explícita dentro do sistema escolar e contribui desta forma de maneira clara para os índices de repetência, abandono e exclusão da clientela escolar" (1981:8)

Colocam ainda que a escola de primeiro grau brasileira tal como se apresenta, dirige-se a uma clientela que não necessita trabalhar.

Alvim coloca em discussão o comportamento na forma de dominação própria às fábricas com Vila Operária (descrito em 1979 pela primeira vez).

A maior parte dos entrevistados passaram por um processo de proletarização a partir dos anos 30 deste século.

A absorção de mão-de-obra para indústria têxtil, em Pernambuco, era efetuada através de aliciamento junto a grupos sociais camponeses ou de pescadores.

Eles tinham como interesse principal famílias numerosas, cujo peso maior nesse tipo de contrato recai sobre as crianças,

ças e jovens.

Pessoas isoladas se agregavam à famílias para poderem trabalhar; esse processo interessava ao aliciador e à família.

"Esses menores agregados tendiam a pagar um certo tributo à sua família adotiva para efeitos de aliciamento, sendo sobrecarregados nos encargos domésticos, como corte e transporte de lenha, etc., o que vinha a gravar o cansaço das longas jornadas de trabalho na fábrica". (1981:8)

O aliciamento das famílias constituia num mecanismo disfarçado para recrutamento de crianças e jovens; e isto era feito onde a crise de reprodução das famílias era mais grave.

O desempenho dos pais correspondia a serviços periféricos como cata do algodão no início do processo produtivo. Foi apontado também que o número de quartos da casa estava relacionado com o número de operários que trabalhavam na indústria.

"Com isto a fábrica cria todo um sistema de estímulo para que as famílias enviem um maior número de trabalhadores para suas dependências industriais, forçando por assim dizer a continuidade de uma mão-de-obra fixa". (1981:10)

Era comum a direção da fábrica incentivar as famílias na alteração da idade de seus filhos para que mais cedo pudessem participar do processo produtivo.

"O trabalho das crianças significava para a fábrica a formação de profissionais para os diversos serviços necessários na indústria têxtil" (1983:13)

Alvim, teve nessa demonstração intenção de avaliar o significado do trabalho infantil em uma fábrica com vila operária.

Referindo-se ao trabalho infantil na agricultura em processo de mudança, nas relações de trabalho Antuniassi teve por objetivo investigar a existência e a consequência social dessa participação,

*"... tendo em vista o processo de escolarização".
(1983:15)*

Através de um estudo sobre agricultura no Estado de São Paulo, ela utiliza dados levantados pelo Instituto de Economia Agrícola de São Paulo que mostra a evolução da participação da mão-de-obra infanto-juvenil na força de trabalho agrícola, no período de 1970 a 1975. Ela mostra que é na década de 70 que ele começa a aparecer com mais frequência, quando é observado o processo de proletarização do trabalhador rural, expansão do trabalho assalariado, principalmente, o volante.

Constata que o trabalhador mirim não é dispensado em nenhuma das categoriais de trabalho embora sua participação seja mais intensa na unidade familiar.

Antuniassi também observou que

"... a criança trabalha sem remuneração, mesmo quando o pai ou responsável é um trabalhador". (1983 : 104)

Acrescenta que são as pequenas propriedades que mais empregam a mão-de-obra infantil, tanto nas categorias que trabalham por unidade familiar quanto entre os assalariados e que a participação do trabalhador-mirim do sexo masculino é maior.

Quando estabelece a relação entre trabalho infantil e produtos cultivados, separados segundo níveis de tecnificação-tradicionais, em transição e modernos, segundo as regiões onde

predominam, verifica que a população trabalhadora infanto-juvenil se distribui de forma desigual. Nas regiões em que predominam os produtos considerados em transição e tradicionais a participação maior é do trabalhador mirim proprietário, enquanto as áreas mais modernas, com maior área cultivada a agricultura tecnificada a participação maior é do trabalhador mirim volante.

Esta diferenciação segundo a autora revela que o emprego deste tipo de mão-de-obra está associado à modernização parcial da agricultura como também

"... os dados mostram que proporcionalmente são as propriedades menores (até 100 ha), as que mais utilizam mão-de-obra temporária mirim como estratégia para rebaixar os custos relativos à força de trabalho" (1983:107).

É importante mostrar que

"... o número de trabalhadores volantes mirins cresceu 6,5% no período de 1970-75 enquanto a mão-de-obra volante adulta diminuiu na mesma proporção" (1983:106)

Com relação ao trabalho infantil/escolarização

"... mostram que, entre os alunos das escolas pesquisadas pelo CERU (2), o número dos trabalhadores aumenta com a idade. Aos 12 anos, 50% das crianças estão conciliando as tarefas escolares com o trabalho. Observamos que o trabalho está negativamente associado ao sucesso na vida escolar".

---

(2) CERU - Centro de Estudos Rurais e Urbanos.

"A liberação das crianças do trabalho familiar dependeria de uma modernização mais abrangente que se fizesse acompanhar de uma modificação na estrutura de posse e uso da terra, capaz de assegurar ao trabalhador familiar maior participação no valor produzido". (1983:113).

O problema apresentado deve ser refletido, uma vez que a autora afirma o fator negativo do alto índice de repetência e evasão escolar com a população entrevistada, este fato confirma o papel negativo do início muito cedo na atividade produtiva.

O trabalho de Cheywa R. Spindel tem por finalidade especial estudar o menor trabalhador assalariado registrado.

Esta pesquisa foi realizada em 8 Estados Brasileiros, abrangendo as regiões Nordeste, Sudeste e Sul, com 1.000 menores empregados em indústria e no comércio; foram entrevistados 120 empresários.

A preocupação básica é saber quem são os menores, por que trabalham, qual o segmento social que os produz e quais as suas habilidades e aptidões valorizadas no mercado.

Através de dados estatísticos do censo de 1980 Spindel coloca

"... verificamos que para cada trabalhador menor registrado há 10 que não o são" (1983:1)

Participaram das indagações a família, escola e a empresa, trabalhadas articuladamente.

A autora observa que

"... a evolução crescente na 'oficialização' de menores no mercado de trabalho urbano, e sobretudo na indústria, no período de 1970-1980, no Brasil, paripa su ao crescente aumento da composição orgânica do ca

pital industrial pode ser um fato amais na argumentação de tese de 'desvinculação' do capital da escola. No entanto não se deve esquecer que, não são a estrutura rígida e centralizada do sistema educacional, ainda está sintonizada ao binômio educação - produtividade como também ainda permanecem em pé os valores familiares que se apoiam na crença da correlação direta entre produtividade e salários" (1983:4-5)

Ao problematizar o trabalho do menor ela revela que os empregados registrados conseguiram esta situação através de informações fornecidas pelos próprios empregados, cabe ressaltar que 60% dos entrevistados pertencem a famílias de chefes, funcionários com ocupação qualificada ou semi-qualificada; o que revela melhor nível sócio-econômico de que faz parte o menor registrado, no interior da classe trabalhadora.

As grandes e médias empresas apontaram escolaridade como triagem para ser admitido no emprego, embora a maior preocupação do empresário não esteja no conhecimento obtido no sistema de ensino mas ligado ao processo de socialização do menor; ou seja, obediência e certos padrões de comportamento que permitem ao empregador mais segurança frente às condições de disciplina e de trabalho impostas.

A experiência de trabalho foi bastante mencionada nas pequenas e médias empresas na seleção dos menores e aparece bastante valorizada a prática doméstica. Com o intuito de aproximação da realidade foi perguntado aos entrevistados porque estavam trabalhando. As respostas obtidas mostraram que apenas 1 em cada 2,5 deste grupo de trabalhadores participavam do processo produtivo por necessidade. Do total de menores estudados 1/5

tem acesso integral ao produto do seu trabalho; a maioria entrega parte à família; na região Sul/Sudeste, 14% deles entregam o envelope fechado em casa; o comportamento adotado está diretamente ligado aos padrões de comportamento da família.

Este trabalho comprova que a idade e o sexo também contribuem para controlar a posse ou não do salário e as meninas são mais penalizadas em relação aos meninos; o compromisso de trabalho é igual para meninos e meninas mas não a contribuição a ser paga à família. Spindel coloca

"... para uma parcela importante dos menores que trabalham, o trabalho é a maneira encontrada para manter um nível de reprodução social que acompanha, a evolução do nível das forças produtivas, ou pelo menos que permite não ampliar a defasagem historicamente existente". (1983:20)

Foi constatado neste estudo que o trabalho é um obstáculo a uma trajetória educacional mais prolongada, contudo as estatísticas da última década indicam um aumento no nível dos menores que trabalham como também o número daqueles que trabalham e estudam.

Hoje a escola não é prioridade primeira para aqueles que têm menor poder aquisitivo. Convém mostrar, como exceção, os trabalhadores das indústrias metalúrgicas, que, embora submetidos a longas jornadas de trabalho e a condições insalubres, conseguem conciliar escola e trabalho.

Gouveia faz uma análise junto a algumas escolas noturnas e vários locais de trabalho das cidades de São Paulo e Santo André. Investigou-se como se dá a contratação dos menores, a forma como eles encaram a situação aceitando trabalhar em condi

ções pouco vantajosas com o intuito de conservar o emprego.

Ficou claro a consciência que eles possuem a respeito de certas atividades que não oferecem ascensão profissional, que eles encaram com resignação. A pesquisadora deixa evidente que este trabalho ocorre por necessidade da família. Para o menor trabalhar, levar dinheiro para casa dá "status", ele se sente realizado, fato pelo qual Gouveia (1983:61) o interpreta como *"necessidade transfigurada em virtude"* indicando de forma apropriada o efeito da socialização ou ideologização.

Carvalho demonstra em seu trabalho sua constante preocupação com o ensino noturno no Brasil, ela questiona a qualidade de conteúdo que é transmitida para os alunos que tem necessidade de trabalhar durante o dia. Ressalta o importante papel da escola como transmissora de conhecimento e faz críticas frente às contradições que existem em seu interior; suas propostas são aparentemente igualitárias embora ela participe ao mesmo tempo da formação do trabalhador e do empregador.

Sua pesquisa ocorreu no interior de uma escola em Ribeirão Preto - São Paulo, onde através de entrevistas, aplicação de questionários efetuada com alunos, e funcionários ela teve oportunidade de constatar que na escola:

"... se configuram duas situações bem diversas e expressam a divisão em classes sociais que se reproduz no interior do ambiente escolar" (1986:35)

na medida em que professores e alunos lhe revelaram que o ensino é reduzido, ocasionado pela falta de condições dos alunos aprenderem depois de uma jornada de trabalho de 8 horas ou mais e que a situação dos professores é semelhante.

Como se vê, tudo contribui para que o aproveitamento do noturno seja menor. Mesmo assim os alunos procuram frequentá-lo, pelo papel ideológico que exerce, na medida que atribui ao conhecimento que a escola transmite, como sendo única forma de melhorar socialmente.

Carvalho ressalta que o ensino noturno surgiu para a tender os alunos que estão envolvidos no mercado de trabalho e que

"... a escola situa-se como instituição que contribui para a reprodução do trabalhador à medida que prepara a força de trabalho para ser 'livre', ofertante no mundo da mercadoria" (1986:17)

A autora demonstra que alunos e professores concordam com ensino fraco e reduzido transmitido na escola noturna, o que eles não entendem claramente é que isto ocorre por motivos que extrapolam ao funcionamento da escola.

Carvalho coloca as razões da existência destes cursos que precisam ser procurados fora da escola, uma vez que os alunos fazem parte de famílias trabalhadoras e o seu trabalho é importante para a reprodução social da própria família.

"É o próprio conceito de trabalho que precisa ser reformulado". (1981:170) (tese)

Faz-se necessário colocar as observações de alguns educadores:

A Profa. Bittencourt (1986:1) em seu trabalho ao refletir sobre a História da Educação no Brasil nos mostra que a Geografia e a História, como disciplinas escolares tiveram papel interligado no currículo, pelo menos no que se refere à temáti-

ca brasileira.

Com as atuais mudanças políticas surge a necessidade de se adequar o currículo à nova realidade política e social ; pois é através delas que o ensino e a aprendizagem se efetua, na prática do cotidiano.

"O currículo é a via pelo qual se pode concretizar o caminho percorrido pela escola. Nessa dimensão ele pode se tornar agente de transformação no comportamento educacional; pode ser a forma de se articular o processo democrático através da relação professor-aluno".

A autora coloca que devemos pensar em outra escola , em vista de que a geração de alunos e professores é outra; cercada de novos meios de comunicação, num mundo que a escrita se coloca de outra forma.

Torna-se necessário:

"... refletir sobre a preocupação de um currículo que proporcione uma participação democrática do aluno e que realmente esteja voltada para as camadas populares". (1986:7)

As observações efetuadas por Paulo Freire no decorrer de sua experiência com educação de adultos nos mostra a necessidade de se organizar programas com vocabulário vindo do universo dos grupos populares, que expresse a sua real linguagem, os seus anseios, as suas inquietações, as suas reivindicações, os seus sonhos. Ele mostra:

"... se, do ponto de vista crítico, não é possível pensar sequer a educação sem que se pense a questão do poder; se não é possível compreender a educação como prática autônoma ou neutra, isto não

significa, de modo algum, que a educação sistemática seja uma pura reprodutora da ideologia dominante" (1984:28)

uma vez que

"... a negação daquela ideologia (ou o seu desvelamento) pela confrontação entre ela e a realidade (como de fato está sendo e não como o discurso oficial diz que ela é), realidade vivida pelos educandos e pelos educadores, percebemos a inviabilidade de uma educação neutra". (1984:29)

"... já que a educação modela as almas e recria os corações, ela é a alavanca das mudanças sociais" (1984:32).

Ele continua esclarecendo que a transformação social corresponde a um processo histórico em que a subjetividade e objetividade se prendem dialeticamente. Ainda segundo Paulo Freire não é possível praticar sem avaliar a prática e analisar o que se faz, comparando os resultados obtidos com as finalidades que procuramos alcançar com a prática.

A nossa tarefa revolucionária inclui além de informar, formar corretamente.

A maioria das análises que envolvem o trabalho do menor expressam essa atividade como sendo necessária a sua auto-sustentação ou mesmo para complementação da renda familiar. Mediante tal situação esta atividade é uma forma de sobrevivência ou mesmo reprodução de famílias carentes, o que não se pode negar mediante a constatação do real.

A reflexão que se efetua corresponde à análise desse trabalho sob outro ângulo. Na realidade social ele se amplia e

a sua participação no processo produtivo contribui efetivamente para a reprodução do capital; como observou Spindel (1986:6):

"... tem se mostrado necessário captar o trabalho do menor nos processos que regem a reprodução econômica da sociedade, procurando um conhecimento que sirva para desmistificar algumas premissas assumidas como justificativas aos 'usos' e 'abusos' que o capital faz desta mão-de-obra, tais como a sua baixa produtividade, menor qualificação, baixa escolaridade, o caráter complementar de seu salário, etc."

pois ele é parte integrante e estrutural do processo social de produção.

É fundamental considerá-lo como um segmento específico da força de trabalho; pois ele constitui uma categoria que no interior de sua classe possui uma trajetória histórica própria; com características peculiares; de idade, de experiência, e de produtividade que não podem ser esquecidas, devem ser desvendadas em todas as suas implicações. É através destes argumentos que se efetuam a super exploração dessa força de trabalho em formação; atribuindo-lhes remuneração menor.

Como observou Cortês (1986:45) no seu trabalho:

"... este quadro vai implicar, direta ou indiretamente, no rebaixamento do custo da força de trabalho como um todo, como também num controle político e ideológico sobre os trabalhadores. A 'superioridade' da remuneração da força de trabalho do adulto, sua inserção diferencial na escala de produção de empregos são apresentadas aos menores como a recompensa legítima a uma situação natural e justa; através dessas práticas, mantêm-se a garantia de disciplina e 'docilidade' exigidas para a reprodução das condições de produção".

No que se refere ao mercado este trabalho aparece rotulado como tendo vantagens diferenciais frente a outros segmentos da força de trabalho.

O menor se caracteriza como saída vantajosa para o empregador, no sentido de ser usada sua pouca idade e inexperiência para o desprestigiar com o intuito de desvalorizá-lo.

De forma nenhuma deve ser esquecido que este trabalho gera valor, independente de sua quantidade; como tal contribui para o crescimento do grupo social em que está inserido.

Ao tentar investigar o problema do menor com maior profundidade, chegamos à análise de suas famílias, que na sua quase totalidade se fixaram no Jardim Peri na década de 60, fruto do processo social migratório.

Segundo a constatação de Milton Santos (1985:81)

"A cada período da história corresponde uma mudança estrutural e organizacional, e a urbanização apresenta características particulares e requer uma definição nova. À medida que as infra-estruturas e os equipamentos necessários à produção e ao comércio se tornam mais numerosos e especializados, algumas cidades se encontram numa situação privilegiada".

Nota-se que a esta afirmação se vinculam outros trabalhos que se tem realizado, referentes a nossa sociedade.

Becker (1968:114) diz que:

"... as migrações internas constituem manifestação dinâmica de uma organização em processo de crescimento, mas de crescimento desequilibrado. É, portanto, esse desequilíbrio que deve ser objeto de a

nálise e reparação. Expressando as justas aspirações das massas rurais a integrarem-se na economia moderna e a elevar o seu padrão de vida, as migrações diluem as diferenças regionais e setoriais, constituindo uma tentativa espontânea para equilibrar a organização do espaço.

Do ponto de vista estritamente econômico contribuem, efetivamente, para a urbanização do país, para o crescimento industrial do Sudeste e, através de frentes pioneiras, promovem a integração econômica de vastas porções do território".

Gonçalves, quando analisa em seu trabalho a organização do espaço ao se referir ao processo migratório coloca (1985: 17),

"... a migração é um fenômeno no qual, em nossa sociedade, o trabalhador migra para determinados lugares onde possa vender a sua força de trabalho. Estes tais lugares são, exatamente, aqueles onde o capital está localizado ou para onde o capital está migrando".

Referindo-se também a organização do espaço Seabra coloca (1980:5):

"... as relações sociais nas sociedades humanas não primitivas que hoje habitam o planeta não levam a uma distribuição igualitária do produto das atividades dos homens. As diferenças na distribuição do produto da atividade dos homens diferencia-os quanto às disponibilidades econômicas para o emprego de técnicas já disponíveis. Deste modo, as condições naturais não afetam igualmente a existência dos diversos grupos sociais que compõem a sociedade humana".

Necessário se faz colocar as posições da Profa. Amé-

lia Inês Geraiges de Lemos quanto à experiência que ela possui em trabalhos realizados na periferia da cidade de São Paulo utilizando a pesquisa participante (1987:5(. Ela nos mostra a importância que existe:

"... quando se compartilha o cotidiano da realidade social, quando o pesquisador convive com pessoas reais, com suas culturas e seus grupos sociais a pesquisa participante está sendo realizada".

Relata a autora:

"Nesses contatos com os grupos populares escutávamos e sentíamos suas histórias de vida e através delas pudemos chegar a novas formas de explicar a realidade. Partilhamos com eles das discussões por melhores condições de vida, a necessidade de creches, a forma de poder pagar as prestações do BNH, a luta para conseguir postos de saúde, o movimento de desempregados durante a crise de 1982-83, etc..."

continua a autora:

"O espaço, o bairro de Itaquera foi observado, descrito, interpretado e explicado a partir dos seus conflitos. Esses conflitos são os responsáveis por novas formas especiais que convivem e ao mesmo tempo se chocam".

E, mais adiante:

"A partir destas novas formas de produção do espaço o solo urbano adquire um novo conceito de valor de uso e de valor de troca, resultado do trabalho e dos conflitos entre o capital e o trabalho". (1987: 6)

Através deste panorama teórico que procura ver o trabalho do menor como reprodutor da sociedade como um todo sem

perder as especificidades de sua utilização, tenta-se recuperar a natureza social do seu trabalho e transformá-lo em objeto de estudo.

Esse caminho suscita uma trama considerável de análise: no que se refere às condições de trabalho, das possibilidades de frequentar a escola, das formas de vida, das condições existentes entre situação de vida, trabalho e escola, da relação trabalho e a família, da profissionalização, da participação precoce no trabalho e outros.

Mediante esta gama de questões suscitadas pela análise, optou-se pela tentativa de caracterizar o trabalhador menor e estudante do curso noturno como também as relações entre ele, escola, processo produtivo e a família em um bairro da periferia da cidade de São Paulo a partir de uma pesquisa realizada de 1984 a 1988.

1.4. A pesquisa

Como ponto de partida tomamos alunos da escola noturna como sujeitos desse estudo, procurando entender a importância da escola para ele e as relações que se estabelecem entre ele e o trabalho; é de interesse também analisar o valor para o mercado desse tipo de empregado.

Foram objeto de análise o relato de vários meninos e meninas que estudam à noite por necessidade de trabalho para ajudar a família ou para o auto-sustento, com jornada de oito ou mais horas de serviço.

Decorridos alguns anos de prática docente no convívio com jovens que se esforçam para conciliar as duas atividades , sentimos necessidade de investigar a relação entre vida escolar e trabalho.

Tomamos como referencial empírico a EEPG Profa. Rita Bicudo Pereira, onde foram efetuadas as primeiras observações e a EEPG Profa. Elza Saraiva Monteiro por ser a outra escola do Jardim Peri. Numa fase mais avançada da pesquisa foram incluídas a EEPG Guilherme de Almeida e a EEPG Prof. Alfredo Gomes, porque elas se localizam em loteamentos vizinhos, com o intuito de se investigar a possibilidade de problemas semelhantes que pudessem esclarecer o estudo em questão.

A coleta de dados ocorreu em maio de 1985 a abril de 1986, através da aplicação de questionário entre os alunos de todas as escolas, tomando-se uma classe por série cujo critério de escolha adotado foi a classe com maior número de alunos presentes no dia; fizemos entrevistas com os alunos matriculados e desistentes, pessoal administrativo e docente.

Consultamos arquivos e atas na Secretaria das escolas, dados estatísticos escolares, mapas na Delegacia Regional. Fizemos entrevistas com diretores e docentes de anos anteriores para investigar a evolução da realidade; foi de interesse também conhecer através deles como se processou a ocupação do Jardim Peri e qual era a origem familiar dos alunos.

Cabem aqui, ainda, algumas observações mais recentes que levantamos dos questionários respondidos, sobre o local de nascimento dos avós e pais dos entrevistados, com o intuito de entender os motivos que levaram essas pessoas a se fixarem na

quela periferia.

Entramos em contato com o Instituto Florestal do Estado que nos forneceu uma série de mapas com o intuito de localizar o terreno que eles doaram para a instalação da primeira escola do bairro.

Foram efetuadas algumas entrevistas com alunos em março de 1988 que tinham por finalidade comparar a realidade atual com a de 1985.

Os conteúdos questionados se relacionavam com a idade, sexo, horário de trabalho, tipo de atividade desenvolvida, contrato de trabalho, forma de pagamento.

Fizeram parte do universo da pesquisa alunos de 5^a a 8^a séries do período noturno das quatro escolas envolvidas na investigação.

Dos 332 alunos que responderam ao questionário, foram aproveitados apenas os mais completos perfazendo um total de 226. Entrevistamos 66 alunos dos quais 20 eram freqüentes e 46 desistentes, as entrevistas tiveram duração em média de 30 minutos e o roteiro nem sempre foi seguido com rigor para dar maior liberdade aos alunos.

As entrevistas com os freqüentes foram efetuadas na escola, com os desistentes houve maior dificuldade, isto porque elas ocorreram em suas residências e nem sempre o endereço obtido era o mesmo. Achamos o resultado proveitoso pela oportunidade de se conhecer o ambiente doméstico dos alunos.

Foi esse o material empírico que nos forneceu elementos para as reflexões e questionamentos levantados. Um exemplar

do questionário está anexo no final do texto.

A fonte fundamental de informações foi o discurso dos alunos através dos questionários e entrevistas.

O processo de interpretação de todo o material colhido foi o eixo referencial desse trabalho, com a inclusão de da dos levantados junto aos seguintes órgãos do Estado de São Paulo:

- . Prefeitura Municipal de São Paulo - Administração Regional da Casa Verde - PMSP-AR Casa Verde;
- . Secretaria Municipal de Planejamento - SEMPLA;
- . Empresa Metropolitana de Planejamento da Grande São Paulo S.A. - EMPLASA;
- . Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal- CEPAM (Fundação Prefeito Faria Lima);
- . Divisão Regional de Ensino da Capital - DRECAP-I;
- . Delegacia de Ensino - D.E. (2ª e 3ª);
- . Secretaria do Menor - Sede São Paulo;
- . Fundo das Nações Unidas para a Infância - Sede São Paulo UNICEF.

O texto apresenta como características principais:

- . Os cursos noturnos são freqüentados por quantidade cada vez maior de crianças e jovens que, desde cedo, fazem parte do processo produtivo, portanto, são explorados.
- . A fala destes alunos nos revelou as condições de trabalho desses estudantes e a pequena condição que eles possuem para competir no mercado.
- . É importante refletir sobre o trabalho do estudante no inte

rior da sociedade capitalista em que ele vive, sobretudo, quando a realidade é terceiro mundo, incluindo as contradições que nelas ocorrem.

CAPÍTULO II

METROPOLIZAÇÃO, TRABALHO DO MENOR E SUA FAMÍLIA

2. METROPOLIZAÇÃO, TRABALHO DO MENOR E SUA FAMÍLIA

2.1. Metropolização de São Paulo

A cidade de São Paulo contou com inúmeros fatores que contribuíram para que se tornasse a área propícia à expansão da indústria nacional. O café trouxe a esta região condições indispensáveis ao processo de industrialização. A posição geográfica da cidade foi um dos fatores marcantes: situada na porção oriental do Estado, o planalto próximo à serra do Mar era passagem para o escoamento do café pelo Porto de Santos; este comércio criou uma infra-estrutura de ferrovias importantes para o escoamento do produto, que passava pela capital paulista.

Com o decorrer do tempo, melhoraram os serviços públicos da cidade; foi construída rede de água e esgoto, iluminação, aproveitamento dos rios da área na construção de usinas hidrelétricas, instalação de linhas de bonde. Tais fatos contribuíram para que a cidade de São Paulo se transformasse em centro de grande atração para o mercado de trabalho.

Os dados do recenseamento do Brasil demonstraram isso: em 1872 no 1º censo, São Paulo ocupava o 5º lugar dentre as cidades mais povoadas, em 1900 ela já tinha conquistado o 2º lugar perdendo apenas para o Rio de Janeiro e em 1960 ela ultrapassava o Rio de Janeiro e tornava-se a maior cidade brasileira; com 3,3 milhões de habitantes. Esta constatação inicialmente se deve à expansão cafeeira e à concentração industrial.

Com a concentração industrial no Sudeste, inicia-se uma nova maneira da organização do espaço. O Sudeste passa a ser

o espaço geográfico brasileiro de maior destaque.

Expandem-se a rede de transportes, inicialmente as ferrovias e posteriormente as rodovias ligando as diversas áreas brasileiras às principais metrópoles. As mercadorias produzidas em São Paulo são comercializadas em todo o país, favorecidas pelos meios de comunicação que se desenvolveram. Tal realidade facilitou as comunicações e estimulou grandemente as migrações internas.

Com a industrialização, o espaço geográfico de São Paulo transformou-se, ocorreu a metropolização da cidade.

Conforme Castells:

"... o espaço é um produto material em relação com outros elementos materiais, entre os quais os homens, que contraem determinadas relações sociais, que dão ao espaço uma forma, uma função, uma significação social. É a expressão concreta de cada conjunto histórico no qual uma sociedade se especifica". (1976:141).

A concentração das atividades industriais condicionou extraordinária expansão das atividades terciárias na região: rede bancária, lojas de comércio, a rede de ensino cresceu bastante tanto a particular quanto a estadual como também criaram-se cursos profissionalizantes, multiplicaram-se os hospitais, pronto-socorros, clínicas médicas, postos de saúde além de estabelecimentos de luxo: salão de beleza, clubes, escolas de práticas esportivas.

"A porcentagem de empregos cresceu na Grande São Paulo 60% entre os anos de 1950 e 1960". (Singer, 1980: 124).

Este fato contribuiu para que inúmeras pessoas imigrassem para São Paulo em busca de melhores condições, aumentando ainda mais o crescimento urbano.

Milton Santos nos coloca que:

"... as diferenças entre lugares são o resultado do arranjo espacial dos modos de produção particulares. O 'valor' de cada local depende de níveis qualitativos e quantitativos dos modos de produção e da maneira como eles se combinam". (Santos, 1974:8).

No entanto, o aumento de serviços não acompanhou o crescimento demográfico, e logo surgiram desequilíbrios enormes entre a oferta e a demanda destes serviços, causando sérios problemas de moradia e infra-estrutura urbana que atingiram grande parte da população que se expandiu nos loteamentos periféricos, nas favelas e nos cortiços.

Conforme Milton Santos:

"O espaço se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente, entretanto qualquer que seja o período histórico, o espaço é o resultado da produção". (Santos, 1980:209).

É importante que se esclareça; quando se fala do acelerado crescimento da cidade de São Paulo, a posição privilegiada dos serviços que ela tem condição de oferecer; nela se concentram os melhores hospitais, centros de saúde, instituições educacionais, etc., ocasionada pela sua privilegiada situação econômica comparada com outras áreas do país; nelas o aumento sem controle de sua população traz sérios desequilíbrios dos serviços essenciais da cidade ocasionando uma deterioração da vida

para significativo número de pessoas, originando as populações marginais.

Paul Singer analisa a cidade sobre vários aspectos. Ressalta ele que é importante que se coloque a pujança econômica de São Paulo e se mostre a relevância de sua infra-estrutura (edificações, energia elétrica, saúde, educação...) como os indicadores que mostram seu crescimento econômico intimamente ligado à indústria.

O mesmo autor ressalta todos os problemas da grande cidade e mostra a gravidade dos mesmos e as consequências sofridas pela população pela incapacidade de inseri-la no desenvolvimento. Exemplifica através de Castells:

"... que caracteriza a urbanização da América Latina como sendo de aceleração crescente, constituindo grandes concentrações de população sem desenvolvimento equivalente da capacidade produtiva, a partir do êxodo rural e sem assimilar os migrantes no sistema econômico urbano, com a formação de uma rede urbana truncada e desarticulada". ("L'urbanization dépendent en Amérique Latine" in *Espaces et Sociétés*, nº 3, julho 1971 pg.21)

Sobre outra ótica mostra-se a análise da Pontifícia Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo:

"No entanto, se examinado o desenvolvimento da cidade do ponto de vista das condições de vida de seus habitantes, verifica-se um elevado e crescente desnível entre a opolência de uns poucos e as difículdades de muitos. É a riqueza representada nas moradias suntuosas dos 'jardins', e a pobreza dos baírros trabalhadores, carentes dos serviços urbanos bāsicos - transporte, água, esgoto, habitação". ("São Paulo 1975, Crescimento e Pobreza", 1976:17).

São estas algumas das características que aparecem no loteamento que estamos [~]nós propondo a estudar no capítulo seguinte. (vide Figura 01).

2.2. O Jardim Peri na metrópole paulistana

O Jardim Peri constitui um dos loteamentos periféricos de São Paulo, que abriga grande número de famílias trabalhadoras da cidade. Ele está localizado na zona Norte da cidade, na Serra da Cantareira e ao lado do Instituto Florestal.

O relevo é acidentado e esta área corresponde aos contrafortes da Serra da Cantareira cuja altitude é de 775 m, o que lhe dá características específicas, muito bonitas do ponto de vista natural.

A população que ali se instalou está distribuída entre o Parque Estadual da Capital (1)(Instituto Florestal) e a Reserva Estadual da Cantareira (2); a ocupação do lugar teve seu início com dois núcleos de população, um no cume do morro, próximo ao Instituto Florestal, outro no sopê do mesmo morro e se expandiu pela encosta atingindo outras áreas da serra.

---

(1) Parque Estadual da Capital - área que se presta a pesquisa, recreação e lazer.

(2) Reserva Estadual da Cantareira - área que se presta para pesquisa científica, aguardando definição adequada para manejo.

Estes esclarecimentos foram fornecidos pelo engenheiro do Instituto Florestal.

Fonte: SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
 ASSESSORIA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO E CONTROLE EDUCACIONAL - ATPEC
 CENTRO DE INFORMAÇÕES EDUCACIONAIS - CIE
 SÃO PAULO EXTERIOR

ÁREA DE JURISDIÇÃO DA
 COORDENADORIA DE ENSINO DA GRANDE SÃO PAULO
 DIVISÕES REGIONAIS DE ENSINO
 DELEGACIAS DE ENSINO

- Ⓐ SEDE DA D.R.E.
- ▲ SEDE DA D.E.
- SEDE DE MUNICÍPIO

DECRETO Nº 28090 D.O. 14/01/88

Área de estudo

FIGURA 01

Ela ocorreu de forma irregular, as ruas são tortuosas e acompanham as irregularidades do relevo. O crescimento do Jardim Peri se fez de forma desconexa e sugerem momentos distintos de ocupação do solo. (vide Figura 02).

Gradativamente foram ocorrendo transformações: a população aumentou sensivelmente a partir da década de 1960; foram surgindo imigrantes atraídos pelas vantagens reais ou supostas, que a dinâmica metrópole paulista passou a oferecer tamanha a febre de construções e tão poderosa sua força econômica.

Sem condições, fixaram-se na periferia em habitações improvisadas de madeira. O aumento populacional do Jardim Peri ocorreu desta forma; no início a construção dos barracos eram distantes entre si, com o aumento considerável de pessoas a situação se complicou e houve necessidade de acomodar um número cada vez maior de pessoas em um espaço menor, dando origem as características de favelas daquele loteamento que era clandestino.

Bertha Becker (1968:114), em seu estudo sobre migrações chama a atenção para o fato de que:

"... as migrações internas, processo espontâneo de reorganização do espaço gerado pelos desequilíbrios resultantes das formas de implantação industrial, ainda que contribuindo para o crescimento econômico do país, o fazem de forma penosa e insatisfatória".

Essas pessoas vivem em acomodações restritas, geralmente são famílias numerosas que se acomodam em um quarto que é também cozinha, separada por algumas tábuas.

Os responsáveis pela casa trabalham em locais distantes e permanecem fora o dia todo. As crianças que geralmente nes

LIMITES DA ÁREA DE ESTUDO

LEGENDA

- Loteamento clandestino oficializado
- Loteamento clandestino oficializado
- Loteamento clandestino oficializado
- Loteamento clandestino oficializado
- Loteamento clandestino oficializado
- Loteamento aprovado

Fonte: SEMPLA/EMPLASA S/D

ESCALA APROX. 1/20.000

FIGURA 02

ESCALA

0 200 400 600 800
Metros

sas famílias são numerosas ficam sozinhas; sendo atribuída às mais velhas a responsabilidade de cozinhar, lavar e cuidar dos irmãos menores, até o momento que elas também possam participar do mercado de trabalho.

É importante esclarecer que o Jardim Peri não é constituído só por favelas, elas são três e a maior parte da população mora em casas de alvenaria; embora possam ser caracterizadas como famílias de trabalhadores de condições modestas.

Nos últimos anos a área sofreu modificações significativas; a população aumentou consideravelmente e surgiram na aquele lugar algumas indústrias artesanais como fábrica de vasos, confecção de roupas, de lustres; multiplicaram-se as casas comerciais, o super-mercado foi substituído por outro maior; na avenida principal foi instalado consultório dentário, médico e a população ganhou um posto de saúde do Estado.

As residências da avenida principal estão sendo substituídas por sobrados modernos o que significa que as famílias mais simples estão sendo obrigadas a se deslocar para locais mais distantes e o solo vem sendo ocupado por residências de pessoas com maior poder aquisitivo.

O movimento na área aumentou muito, nota-se um fluxo maior de ônibus e carros, o movimento das lojas comerciais é grande e o vai e vem de pessoas é constante.

Como já mencionei anteriormente trabalho nesse lugar desde 1972 quando fui lecionar na EEPG Profa. Rita Bicudo Pereira para alunos de quinta e sexta séries; o funcionamento de sétima e oitava séries teve início no ano seguinte.

No período anterior ao ano de 1972 a escola assistia alunos de 1ª e 4ª séries.

No decorrer desses anos tive um número significativo de alunos, cada um deles enfrentando problemas diversos e pude observar que as salas de aula em março estão cheias, a partir de julho a frequência fica reduzida à metade continuando a de crescer até dezembro; além de se constatar alunos dormindo nas últimas aulas do período noturno, motivos que me levaram a uma investigação mais profunda.

Como a nossa proposta é analisar o relacionamento en tre menor, escola e trabalho, com alunos do período noturno, i niciamos fazendo investigação na EEPG Profa. Rita Bicudo Perei ra com alunos de primeira a oitava séries. Encontramos menores trabalhadores desde os sete anos; constatamos alunos que ven diam sorvete na rua, catavam bolinha de tênis no clube nos fins de semana, ajudavam em banca na feira, carregavam sacola na feira, empacotavam no super-mercado.

Entre alunos de primeira a quarta séries o número dos que trabalhavam era pequeno como também entre os estudantes do período vespertino de quinta, sexta e sétima séries porque a oitava série funciona só no período noturno.

Mediante tal constatação delimitamos a área a ser es tudada entre quinta à oitava séries do período noturno por es tar nela a maioria dos alunos que trabalhavam.

No decorrer da investigação sentimos necessidade que

esta análise se estendesse a outras escolas a fim de que pudéssemos estabelecer comparação entre elas.

Assim resolvemos incluir na área em estudo a EEPG Profa. Elza Saraiva Monteiro porque ela faz parte do mesmo loteamento e as EEPG Guilherme de Almeida, EEPG Prof. Alfredo Gomes por estarem localizadas em loteamentos vizinhos. A intenção é investigar se ocorrem nelas os mesmos problemas. (Fig. 3).

Em outro nível de constatação, no livro "São Paulo , 1975, Crescimento e Pobreza" (1976:17) colocam:

"... contando com a maior parte da economia industrial do Estado e tendo-se conservado por várias décadas à frente do processo de concentração, a Grande São Paulo transformou-se num vasto conglomerado, com uma população de quase 11 milhões de habitantes dos quais 96% vivem em áreas urbanas".

Tal fato mobilizou a população brasileira à procura de trabalho, aglomerando-se na periferia da cidade.

"A peculiaridade de São Paulo talvez resida, principalmente, na exacerbação do contraste entre acumulação e pobreza". (1976:19)

Com a expansão da cidade tornou-se necessário o aumento de serviços para atendimento da população o que não acompanhou o ritmo do crescimento populacional, ocasionando uma série de problemas sociais comuns nas áreas de periferia das grandes cidades.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO
(3ª DE DA DRECAP-1)

ESCALA

MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

DRECAP-1

1ª DE

1- PERUS

2- JARAGUÁ

3- PIRITUBA

4- JAGUARA

5- BRASILÂNDIA

2ª DE

6- NOSSA SENHORA DO Ó

7- LIMÃO

8- CASA VERDE

9- VILA NOVA CACHOEIRINHA

3ª DE

10- SANTANA

11- VILA GUILHERME

12- VILA MARIA

4ª DE

13- TUCURUVI

3ª DE

FIGURA 03

2.3. O crescimento da população e a fundação das escolas

A EEPG Profa. Rita Bicudo Pereira teve seu início em 1959 com o nome de Grupo Escolar do Horto Florestal, foi criado nos termos dos Artigos 201 e 205 do Decreto 17.698, de 26 de novembro de 1947 por ato de 26 publicado a 27 ambas datas do mês de maio de 1958, retificado por Decreto de 26 publicado a 27 de novembro de 1958 com quatro classes, mediante a anexação da 1ª e 2ª Escolas Mistas da Pedra Branca. (vide Figura 04).

. Data da criação - 26.05.58

. Data da instalação - 16.02.59

Começaram a funcionar 4 classes da primeira à quarta séries no período da manhã com:

	Masc.	Fem.	Total
Matriculados desde o começo do ano	62	108	170
Eliminados desde o começo do ano	<u>13</u>	<u>24</u>	<u>37</u>
Restante	49	84	133

Fonte: Documentação da Escola

A Profa. Diva, que trabalhou na escola naquele período nos relatou:

"A escola funcionava em um galpão de madeira construído no terreno da esquina entre Av. Santa Inês com o início da Av. Peri Ronchetti, cedido pelo Instituto Florestal do Estado. No ano seguinte, os alunos aumentaram e foi ampliado o número de classes, passando a funcionar duas delas também no período da tarde. A clientela que a escola atendia foi sempre muito po

EVOLUÇÃO URBANA DA ÁREA DE ESTUDO
LOCALIZAÇÃO DAS ESCOLAS

Fonte: PMSP/VASP-CRUZEIRO - MUNICÍPIO DE SÃO PAULO/1959

FIGURA 04

bre: grande parte dos alunos residiam em locais dis tantes da Serra da Cantareira e andavam quilômetros para chegar. Apesar disso, eram assíduos e gostavam de estudar. Nessa época as classes chegavam a ter 49 alunos, as carteiras eram duplas e os menores sen tavam em três. Nesse período os problemas não eram tão sérios, pelo menos no que se refere à ali mentação: as famílias, apesar de pobres, alimentavam bem seus filhos, elas tinham horta no fundo do quintal, cultivavam legumes e verduras para enriquecer a ali mentação. Os alunos pertenciam a famílias paulistas. O aumento dos alunos foi gradativo e se acentuou a partir de 1962 com a presença dos migrantes mineiros e nordestinos tornando-se mais evidente a carência alimentar das crianças".

Nós constatamos que as deficiências do ensino em São Paulo remonta período anterior aos anos 60 quando temos conhecimento que escolas funcionavam em instalações improvisadas , com classes super-lotadas e que na época a merenda escolar foi criada pelos professores; quando cada um contribuía com uma par cela, além de recorrerem a doações de algumas casas comerciais do lugar; contavam também com doações de legumes e verduras do Instituto Florestal. Tal comportamento se deve ao fato de se constatar a carência alimentar entre os escolares.

A professora continua dizendo:

"... para tentar solucionar esse problema os profes sores resolveram pedir a colaboração do Diretor do Instituto Florestal do Estado que mandou ampliar a escola construindo uma cozinha de alvenaria, uma sa la pequena, um galpão para abrigar as crianças nos dias de chuva, isto porque anteriormente elas se a brigavam em baixo das salas de aula, que eram cons truídas sobre pilares. Ele mandava também diariamente

um caminhão de água para abastecer a caixa da escola; enviou por inúmeras vezes pedriscos: para melhorar as vias de acesso à escola, isto porque a região é acidentada e não era calçada, na época de chuva formava-se muito barro. Isso ocorreu de 1959 até 09 de setembro de 1965 quando foi inaugurado o prédio novo de alvenaria, que foi construído na gestão do governo Carvalho Pinto e inaugurado pelo governador Adhemar de Barros, localizado na Av. Peri Ronchetti, 494, com o nome de GE Profa. Rita Bicudo Pereira. A partir daí a escola mudou-se para o prédio novo com melhores condições e já havia 22 classes formadas".

Através da documentação da escola conseguimos levantar o número de alunos matriculados em 1965, que correspondiam a:

	Masc.	Fem.	Total
Matrícula desde o início do ano	686	619	1.305
Eliminados desde o início do ano	<u>146</u>	<u>128</u>	<u>274</u>
Restantes	540	491	1.031

Pré-primário

	Masc.	Fem.	Total
Matriculados desde o início do ano	35	41	76
Eliminados	<u>3</u>	<u>0</u>	<u>3</u>
Restantes	32	41	73

O Jardim Peri no fim dos anos 50 possuía dois pequenos núcleos populacionais que se distribuíam da seguinte forma: um no início da Av. Peri Ronchetti próximo à Pedra Branca e ao Instituto Florestal, local que está a uma altitude de 816 m da Serra da Cantareira, e o outro se desenvolveu no fim da Avenida,

área que possui uma altitude de 749 m. A encosta da serra corta da pela Avenida Peri Ronchetti era uma área totalmente vazia re coberta por vegetação. (vide Figura 05).

A urbanização que se desenvolveu no fim da Avenida e ra assistida pelas escolas isoladas do Jardim Peri que iniciaram seu funcionamento no dia 16 de fevereiro de 1955.

Dados obtidos na escola mostram o número de alunos que ela atendeu até 1960.

ANO	ALUNOS	CLASSES
1955	94	04
1956	48	03
1957	45	03
1958	43	02
1959	41	02
1960	46	02

Este histórico corresponde a década de 1960, quando o Grupo Escolar do Jardim Peri deixou de ser escola isolada.

"O Jardim Peri era um loteamento de periferia pobre ..."

relatou uma professora daquela época:

"... não havia favela, as casas eram de alvenaria pobre, possuíam quintal com horta e criação de ga linha, pato. Aqui era uma escola quase de roça, a aquele tipo bem de zona rural. A clientela era ca rente como ainda é. A escola funcionava em duas sa las de madeira, não havia diretoria e tinha um ba nheiro para todos; funcionavam três períodos, de manhã duas segundas séries, no período intermediá-

Fonte: INSTITUTO AGRÔNOMICO
MUNICÍPIO DE SÃO PAULO/1962

ESCALA
0 250 500 750
Metros

LEGENDA

	ESCOLAS
	Funcionando
	Previstas

FIGURA 05

rio duas primeiras séries e à tarde uma terceira série e uma classe anexada com terceira e quarta séries. Em 1963, quando foi construído o GE da Vila Amália professores e alunos foram transferidos para lá, porque era mais perto para eles do que ir a tê o GE do Horto Florestal. Com a construção do GE Profa. Rita Bicudo Pereira na Av. Perí Ronchetti, 494, muitos alunos voltaram a estudar no Jardim Perí porque esta escola passou a ser mais perto para aqueles que moravam no Jardim Perí em relação a Vila Amália; eles se transferiram para o GE Profa. Rita Bicudo Pereira no início do ano seguinte em 1966".

Constatamos nos depoimentos efetuados sobre as escolas do Jardim Perí que elas eram semelhantes tanto na precariedade das instalações quanto na clientela humilde que atendiam e que a assistência por parte dos órgãos do Estado era inexpressiva. (vide Fig. 06).

A professora Diva continuou seu depoimento sobre o GE Profa. Rita Bicudo Pereira:

"O número de alunos foi crescendo anualmente e o aproveitamento chegava a ser satisfatório, isto porque a escola contava com uma equipe de professores dedicados que se preocupavam com os alunos mais fracos e davam aulas de recuperação fora do horário; embora não houvesse acomodação, as crianças eram reunidas em volta do poço no fundo da escola e se dava revisão dos ensinamentos que porventura elas não tivessem conseguido aprender. Dessa maneira conseguia-se boa promoção no fim do ano.

É importante lembrar que a escola sempre contou com a colaboração da Sociedade Beneficiente Santa Rita, que fornecia anualmente uniformes, calçados para serem distribuídos aos mais necessitados.

EVOLUÇÃO URBANA DA ÁREA DE ESTUDO
LOCALIZAÇÃO DAS ESCOLAS

.53.

Fonte: Ministério da Aeronáutica
Município de São Paulo/
1967

ESCALA
0 100 200 300
Metros

ESCOLAS
□ FUNCIONANDO
■ PREVISTAS

FIGURA 06

Os professores também sempre se prontificavam a ajudar, diante de qualquer problema se reuniam para solucioná-lo, organizando mutirão de arrecadação, fazendo bazar com roupas e alimentos cuja renda era revertida para a caixa escolar com finalidade de atender aqueles que não tinham recurso al gum".

Com o aumento populacional do Jardim Peri, o espaço físico do GE Profa. Rita Bicudo Pereira não teve mais condições de atender a todos que o procuravam.

A 4^a Delegacia de Ensino da Capital que assistia aquele setor da cidade, sentiu necessidade de criar salas de aula isoladas no morro do Jardim Peri Novo, para assistir as crianças pequenas que não tinham condições físicas de se deslocarem a pé até a Av. Peri Ronchetti, a distância era aproximadamente de 3 km de morro.

O Prof. José Ademir que foi um dos pioneiros a trabalhar nas classes do Jardim Peri Novo relata:

"Ela começou com três salas isoladas criadas pela Delegacia de Ensino que funcionava na Capelinha da Paineira.

O Padre Eduardo cedia o espaço da Igreja, a Delegacia mandou as carteiras e os professores lecio navam em três períodos. O nosso espaço de trabalho era o mesmo do culto religioso, no início da semana nós afastávamos os bancos da igreja e colocávamos as carteiras para os alunos se acomodar, a lousa era montada no altar do padre. Esta situação permanecia até a sexta-feira, nesse dia no fim da aula era nossa incumbência arrumar a igreja para o culto religioso do fim de semana; isso se repetia semanalmente".

Essas classes isoladas estavam agregadas ao GE Profa. Rita Bicudo Pereira, que dava-lhes orientação e supervisão.

O Professor continuou dizendo:

"... nós enfrentávamos problemas também com os pais, quando se desentendiam corriam para a escola, não sei se era por causa dos filhos, do professor ou por que iam procurar apoio do padre para intermediar no entendimento;"

e chamou nossa atenção quando descreveu o comportamento diferente daquelas pessoas:

"... eram migrantes do interior dos vários estados do Nordeste, constituíam famílias bem estruturadas, raramente saíam de casa; passavam horas na janela das salas assistindo o desenrolar das aulas. Os alunos não possuíam noção de escola, não tinham caderno, nem lápis. O professor dava o material diariamente porque eles perdiam; interrompiam a aula para levar marmíta do pai no trabalho, enfim no meu entender a escola para eles era o lugar de recreação do Padre Eduardo.

Mais tarde o Dr. Renato, que era protestante e tinha muitos terrenos no lugar construiu duas salas de alvenaria para a escola: a partir daí começaram a funcionar duas classes por período".

Dados levantados nos documentos da escola nos deram conhecimento que essas classes isoladas começaram a funcionar no 2º semestre de 1971 em três períodos com os seguintes alunos:

HORÁRIO	SÉRIE	MASC.	FEM.	TOTAL DE ALUNOS
7h45 / 10h25	1º ano	20	20	40
10h45/ 13h45	1º ano	14	16	30
13h45/ 16h45	2º ano	15	15	<u>30</u>
				100

Estas classes isoladas existiram até o ano de 1977 quando passaram a fazer parte da EEPG Profa. Elza Saraiva Monteiro em um prédio construído para funcionar a escola.

A população continuou se expandindo, ocupando toda a encosta da montanha. A demanda populacional era tão grande que foi necessário criar no GE Profa. Rita Bicudo Pereira o curso ginásial (na época) no ano de 1972 para atender os alunos que terminavam a quarta série; estas crianças não tinham idade para frequentar escola muito distante dali. (vide Figura 07).

No ginásio começaram funcionar quintas e sextas séries e as aulas eram ministradas das 15h00 às 19h00, o período noturno teve início em 1973 com os alunos maiores, sétimas e oitavas séries; nos anos seguintes as matrículas aumentaram significativamente, passaram a funcionar todas as salas do prédio em quatro períodos tendo um intervalo de 30 minutos entre o vespertino e o noturno (19h00 às 19h30); as aulas tinham seu início às 7h00 e o seu término às 23h00.

Refletindo sobre os depoimentos efetuados constatamos que apesar da ampliação gradativa da rede escolar ela nunca conseguiu atender a demanda da população que foi sempre maior.

A EEPG Profa. Elza Saraiva Monteiro que foi criada pelo Decreto 9.909 de 17.06.77 publicada no D.O. de 18.06.77, passou a funcionar no dia 12.09.77 formada com classes que vieram da EEPG Profa. Rita Bicudo Pereira e da EEPG Profa. Raquel de Assis Barreiro. Ela foi construída no Jardim Peri Novo para atender a demanda populacional que se expandiu naquele morro.

Nesse final de ano ela estava constituída com:

Fonte: MINISTÉRIO DO EXÉRCITO/
VASP-CRUZEIRO
GRANDE SÃO PAULO/1973

ESCALA

0 80 160
Metros

ESCOLAS

LEGENDA

■ Funcionando

■ Previstas

FIGURA 07

Nº de alunos - 676

Nº de classes - 19 de 1ª a 4ª séries

(Estes dados foram obtidos na escola)

No ano de 1978 a escola passou a funcionar de primeira a oitava séries e só no noturno nesse ano foram formadas 13 classes com alunos da quinta à oitava séries. A secretária Aparecida Barbosa que chegou na escola em 1977 nos contou:

"A clientela no início era ruim, ela se formou na sua maioria pelos desistentes de outras escolas, existiam alunos favelados com baixo nível de comportamento que se misturavam com os de classe média com melhores condições. O curso noturno não era reservado só para os que trabalhavam, nele estudavam a grande maioria dos alunos de quinta a oitava séries, isto porque na escola só funcionavam duas quintas séries no vespertino".

A assistente de direção Profa. Etelvina continuou relatando sobre os alunos:

"O aproveitamento era baixo e o número de desistentes era grande; os alunos além de estarem cansados do trabalho vinham para a escola a pé. Tudo isto contribuía para que não houvesse aprendizado. Naquela época o último ônibus subia até aquele morro às 17h30, por ser o lugar perigoso.

Hoje os ônibus chegam até a escola embora a volta ocorra só até 21h00, por questão de segurança; os ônibus descem 'recolhe' até a praça com a Av. Perí Ronchetti e pegam passageiros a partir daí. No percurso mais perigoso eles param só para conhecidos.

Quanto ao aproveitamento dos alunos continua baixo e muito grande a evasão; cansados do trabalho, a maioria chega na segunda aula, perde as expli

cações e não consegue mais acompanhar; além de se constatar que hoje o curso noturno não está oferecendo coisa muito interessante para o aluno em termos práticos de proveito para a vida. Eles encontram um ensino de pouca qualidade, professores desestimulados, pouco incentivo para prosseguirem; acabam desistindo ao constatarem o baixo aproveitamento obtido quando são divulgados os resultados das avaliações a partir do segundo bimestre.

A escola acaba sendo para muitos o local de relacionamento social, nela eles encontram espaço para conversas sem perigo de assalto e agressões".

Em 1987 foi criado o ensino supletivo nesta escola (de primeira a quarta séries), nos foi relatado que a procura é grande embora a evasão e os problemas apresentados por estes alunos se assemelham aos do curso regular do 1º grau noturno.

O aumento populacional continuou ocorrendo naquela área e nos loteamentos vizinhos, a demanda de ensino se fazia sentir quando foi criada a EEPG Guilherme de Almeida, pelo Decreto 9.631, do dia 31 de março de 1977, publicado no D.O. de 01.04.77.

Esta escola se localiza na Vila Amália e começou a funcionar no dia 04.06.77 com 11 classes de primeira a quarta séries e um total de 390 alunos.

No ano de 1978 ela passou a funcionar de 1ª a 8ª séries com alunos remanejados de outras escolas que funcionavam com super-lotação; por determinação da Delegacia de Ensino.

Nesse ano ela estava constituída por 26 classes que vieram formadas da EEPG Prof. Antonio José Leite e duas da EEPG Profa. Rita Bicudo Pereira e quinze classes foram criadas; o que dá para se concluir que grande parte da população estava sem escola.

Um professor daquela época relatou:

"No início a escola não tinha secretaria nem funcionários, os professores é quem faziam tudo inclusive limpeza do prédio nos fins de semana. Quanto ao aproveitamento escolar dos alunos das quintas séries é péssimo como também a evasão é grande; a partir das sextas séries a melhora é gradativa e os alunos que atingem a sétima série na sua maioria conseguem terminar o curso.

A queda do aproveitamento é maior entre os alunos que trabalham: geralmente chegam sem alimentação ou só tomam um lanche; no final do expediente escolar chegam a dormir em aula; eles trabalham para se manter e ajudar a família. A evasão acentua-se entre os alunos trabalhadores."

A mesma ocorrência vai ser observada também na Vila Bela Vista que está muito próxima das áreas que já foram analisadas e a necessidade de escola estava evidente quando foi criada a EEPG Prof. Alfredo Gomes, pelo Decreto Lei 13.291/79. publicado pelo D.O. de 02.03.79.

Ela foi instalada no dia 12.02.79 com quatro classes de alunos que vieram da EEPG Prof. Antonio José Leite e doze classes foram criadas. Funcionaram nesse ano 16 classes de primeira a oitava séries e foram matriculados 756.

A clientela que essa escola assiste se caracteriza por ser de classe média baixa e a maioria é oriundo de famílias que habitam a favela do Jardim Peri e a Odassy Mazzalli, nome da rua com que eles identificam também a favela.

Uma professora e funcionários da escola falaram sobre os alunos:

"... eles apresentam todo tipo de necessidade; desde alimentar até carência afetiva; os adultos de suas famílias trabalham, desde pequenos eles assumem os compromissos domésticos, os maiores cuidam dos menores. A maioria dos alunos do noturno trabalha, vêm para escola cansados e nem sempre conseguem chegar no horário além de estarem sem alimentação. O aproveitamento é péssimo, eles vêm desmotivados e pouco aproveitam. Há queixas dos professores que os alunos não têm material, não estudam e quando se faz uma exigência maior eles fogem, pulam o muro e vão embora antes do término das aulas. Quando é feita a distribuição da merenda escolar nota-se inibição dos alunos maiores, e eles pedem para os menores pegarem o lanche com salsicha ou sopa, isto porque os colegas caçoam e dizem que a merenda é 'mata fome'.

Eles se queixam da falta de variedade da merenda, embora a merendeira tente mudar o sabor colocando legumes e verduras na sopa.

É importante colocar que a evasão escolar é muito grande no curso noturno".

A escriturária desta escola nos informou que os alunos que a compõem na sua grande maioria são originários do Nordeste; fato que ela constatou na apresentação de documentos por ocasião da matrícula.

Depois de refletirmos sobre os depoimentos da clientela das escolas do Jardim Peri e das áreas vizinhas, gostaríamos de chamar a atenção dos órgãos competentes da necessidade de se pensar em outra escola para o ensino noturno; e para que ela exista com possibilidade de sucesso acreditamos que seja preciso planejar o seu funcionamento relacionado com o funcionamento do processo produtivo; uma vez que o grande empecilho

para o sucesso escolar é a longa jornada de trabalho dos jovens.

O nosso estudo se refere ao primeiro grau porque o Jardim Peri não é assistido por escolas que possuem o segundo grau.

Com o intuito de mostrar o crescimento da população do Jardim Peri e áreas próximas fizemos uma relação de cada uma das escolas que fazem parte deste estudo com o número de matrículas e classes em março de 1988. (vide Fig.08 e Fotos de 03 a 10).

. EEPG Profa. Rita Bicudo Pereira

Março de 1988

Número de classes: 49

Total de alunos: 1.712

Pré-escola - 2

Ciclo básico - 22

3^a séries - 6

4^a séries - 4

5^a séries - 6

6^a séries - 4

7^a séries - 3

8^a séries - 2

49

. EEPG Profa. Elza Saraiva Monteiro

Março de 1988

Número de classes: 51

Número de alunos: 1.748

Ciclo básico	-	18
3 ^a e 4 ^a séries	-	11
5 ^a a 8 ^a séries	-	16
Supletivo	-	4
Deficientes	-	<u>2</u>
		51

EEPG Prof. Alfredo Gomes

Março de 1988

Número de classes: 44

Total de alunos: 1.141

Pré-escola	-	12
Ciclo básico	-	11
3 ^a e 4 ^a séries	-	6
5 ^a a 8 ^a séries	-	12
Supletivo		<u>3</u>
		44

EEPG Guilherme de Almeida

Março de 1988

Número de classes: 60

Total de alunos: 2.050

Ciclo básico	-	20
3 ^a e 4 ^a séries	-	12
5 ^a séries	-	10
6 ^a séries	-	7
7 ^a séries	-	7
8 ^a séries	-	<u>4</u>
		60

Fonte: Documentação das escolas

EVOLUÇÃO URBANA DA ÁREA DE ESTUDO
LOCALIZAÇÃO DAS ESCOLAS

Fonte: EMLASA - ATUALIZAÇÃO - JANEIRO/1988
MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

☐ ESCOLAS FUNCIONANDO

FIGURA 8

ESCALA

0   150   300

Metros

Contribuíram para o levantamento histórico das Escolas:

- . Diva Therezinha Rosa
- . Dayse Bertoli
- . Ruth Trinca
- . Luiza Mantellassi
- . José Ademir Nardo
- . Etelvina Rissuthi Fernandes
- . Guiomar Cruz Antonio
- . Nilza Aparecida Braga
- . Maria Verônica da Silva
- . José Alberto Gonçalves

2.4. Caracterização do menor

"Considera-se, pela legislação brasileira, como menor legalmente integrado no mercado de trabalho todas as pessoas maiores de 14 anos e menores de 18 anos que executam trabalho remunerado em empregos registrados em carteiras de trabalho".

Menor corresponde ao termo legal que define toda a população abaixo de 18 anos de idade; período da vida do homem reservado para sua formação e socialização; que deverá ocorrer de maneira informal no grupo familiar e formal na escola. Partindo-se do pressuposto que os encargos para o progresso da sociedade é incumbência do jovem de hoje no dia de amanhã; cabe a esta sociedade a responsabilidade de formá-lo, instruí-lo a fim de que ele tenha plena condição de assumir na idade adulta os encargos para com a sua família como também contribua no avanço da coletividade.

A ideologia apontada não é o que vem ocorrendo nas últimas décadas na sociedade brasileira.

O desenvolvimento capitalista em nosso país constitui o elemento capaz de provocar profundas transformações em toda sociedade nos dias atuais.

A família tem sofrido diretamente o impacto das transformações, principalmente no que diz respeito a remuneração da força de trabalho.

O custo de vida se torna cada dia mais elevado e a remuneração recebida pelo chefe da família não tem sido suficiente para cobrir os gastos; isto tem ocasionado o ingresso na for

ça de trabalho de todos os elementos da casa desde a mais ten
ra idade.

Vemos apontadas as precárias condições de vida como fator determinante da entrada do menor no mercado de trabalho, acarretando para ele sérias consequências na sua vida atual e futura.

Desde cedo o jovem se depara com o trabalho e o com
promisso escolar, nem sempre as duas atividades se conciliam a
carretando sempre prejuízo de uma; a atividade profissional e
exercida de dia obriga o aluno a estudar à noite, o desgaste o
casionado pelo trabalho juntamente com as dificuldades de con
dução além da alimentar culminam geralmente com a diminuição do
aproveitamento, desestímulo e, na maioria das vezes, com a de
sistência da escola.

Constata-se que os excluídos da escola fazem parte da população de mais baixos rendimentos.

Como observaram Fukui, Sampaio e Brioschi (1980:1,2), no trabalho que elaboraram "A Questão do Trabalho Infantil na Grande Imprensa Paulista na Década de 70" são vários os motivos da desistência escolar:

*"... pelo fato da escola exigir da clientela um in
vestimento considerável em material e uniforme, ve
rificando-se a um dos fatores da seletividade que caracteriza a organização escolar. No entanto, a valorização expressa do aprender a ler, escrever e contar, associada às precárias condições de vida faz com que, em primeiro lugar muitas crianças ten
tem associar algum tipo de atividade remunerada a
frequência a escola. Essa conjugação tem-se mos-*

trado inviável de ser mantida por tempo prolongado ocasionando o processo de exclusão nos primeiros anos de escolaridade".

Esta realidade tenho observado no Jardim Peri, onde leciono. Nossa escola no início do ano está com as classes lotadas. Quando são efetuadas as primeiras avaliações e constatados os resultados, a frequência começa a diminuir. Este processo vai se acentuando gradativamente, ao atingir novembro essa redução chega a atingir cifras de 60 a 70%; embora esta ocorrência seja mais acentuada no período noturno. Esses alunos têm necessidade de conciliar o trabalho com a escola, cansados no fim do dia ainda enfrentam transporte, muitos vêm direto para a escola por questão de tempo e na maioria das vezes sem alimentação. Ao constatarem o baixo rendimento se desestimulam e abandonam a escola.

Segundo Paulo Freire (1987:12,13) o trabalho a ser feito junto ao menor trabalhador é de cunho político, ideológico e pedagógico. Ele coloca que:

"... os meninos, no fundo homens antecípidos pela dureza da luta, precisam chegar a entender, em termos críticos, a razão de ser de sua luta; precisam entender o seu trabalho, precisam entender o próprio jogo como expressão da vida deles".

Isto porque:

"... Não há esperança da justiça social. Por isso: são na luta se espera com esperança".

2.5. Caracterização da família

O Jardim Peri é constituído na sua maioria por famílias de classe média baixa e baixa. Antes de 1962 a população se caracterizava por serem paulistanos e paulistas e sua maioria era de operários.

Depoimento de moradores antigos do lugar me revelaram que a expansão da área ocorreu a partir da década de 1960 com a chegada de inúmeras famílias mineiras e nordestinas muito pobres; foi a partir daí que começaram a surgir naquele loteamento as primeiras favelas.

O meu interesse em estudar os alunos me levou a um aprofundamento maior atingindo os familiares com o intuito de tentar encontrar explicações para certas atitudes de comportamento dos meus alunos. Através dos questionários aplicados obtive um universo de informações sobre 1.793 pessoas incluindo os familiares dos entrevistados. As questões feitas têm por objetivo investigar a origem dos alunos através de perguntas sobre o local de nascimento das pessoas, o nível de escolaridade delas, tipo de trabalho desempenhado, salário, de onde elas vieram para São Paulo e o tempo de moradia que elas possuem no Jardim Peri. Das 1793 pessoas que chegaram em São Paulo 846 sendo a maioria mineiros 21,04% seguidos de 18,67% baianos, 18,20% paranaenses, 15,24% paulistas, diminuindo a proporção de pessoas que vieram dos outros estados do Nordeste, seguidos por um número ainda menor de brasileiros dos outros estados que tiveram interesse em migrar para São Paulo. A vinda dos estrangeiros nessa época é pouco significativa, prevalecendo maior interes-

se dos portugueses que vieram 1,41% seguidos de 0,84% de italia
nos, 0,48% de bolivianos, 0,24% espanhóis e 1 alemão correspond
endo a 0,12% do total de migrantes estrangeiros. (vide Fig. 09).

2.6. Migração e trabalho

Os dados levantados na pesquisa vão confirmar a his
tória da migração brasileira quando revelam que a mobilidade in
ter-regional foi mais intensa com a população mineira e nordes
tina para as grandes cidades do sudeste.

A mobilidade entre os Estados brasileiros se tornou
mais intensa no Governo Kubitschek com a realização do Program
a de Metas, que visava transformar a estrutura econômica do
País, pela criação da indústria de base e a reformulação das
condições reais de interdependência com o capitalismo mundial
(1979:150).

Era objetivo desse programa abolir os pontos de es
trangulamento da economia e expandir a indústria de base.

O governo tinha por finalidade criar condições econôm
icas, financeiras, sociais e políticas para o florescimento da
livre iniciativa, cujo interesse era atrair empresários estrang
eiros com tecnologia e capital.

Fêz parte desse plano a construção e reaparelhamento
de ferrovias, a construção e pavimentação de rodovias entre e
las Belém-Brasília, tornando os Estados brasileiros mais prôxim
os através da comunicação. Tais fatos contribuíram para que
populações oriundas de áreas rurais e urbanas de vários Estados

DE ONDE VIERAM PARA SÃO PAULO FAMILIARES E ALUNOS ENTREVISTADOS

FIGURA 09

brasileiros se dirigissem para o Sudeste principalmente para São Paulo, onde foi instalado o maior parque industrial do Brasil. As populações se sentiam atraídas pelas vantagens reais ou supostas que a Metrôpole Paulista podia lhes oferecer.

Esta manifestação dinâmica e espontânea vai contribuir para a organização do espaço da nova região e ele só vai ser entendido como resultado de uma relação social ou seja o espaço produzido socialmente.

O Jardim Peri mostra essa realidade e o crescimento dele a partir da década de 60 em função da expansão industrial da cidade constata a chegada de inúmeras famílias no local interessadas em emprego oferecido na cidade.

O fato exposto nos mostra que houve em São Paulo um aumento muito grande de serviços no setor terciário, que produz a concentração humana; vemos que a atividade comercial além de ter ampliado se especializou, o mesmo aconteceu com a atividade financeira, a rede de ensino se estendeu bastante, aparecendo ao seu lado uma variedade de cursos profissionalizantes; os serviços pessoais também se ampliaram como os hotéis, salões de beleza, além do amplo leque de empregos originados pela indústria automobilística e os serviços semi domésticos em prédios.

Buscando as origens da clientela estudantil procurei indagar sobre o lugar de nascimento dos pais e avós inclusive daqueles que nunca vieram para São Paulo ou mesmo daqueles que já estiveram aqui e retornaram ao lugar de nascimento.

Neste universo obtive informações de 1.793 pessoas

incluindo os familiares dos entrevistados. As questões feitas além de investigar o local de origem das pessoas questionou também o nível de escolaridade, tipo de trabalho desempenhado, salário, de onde vieram para São Paulo e o tempo de moradia no Jardim Peri.

O número de pais e avós dos entrevistados com que obtivemos informações somam 1.052 pessoas; constatamos que a grande maioria nasceu em Minas Gerais e constitui 22,44% convém esclarecer que de 11,21% desses indivíduos não foi informado local de nascimento porque os alunos desconheciam. Vamos encontrar em seguida a Bahia tendo uma porcentagem de 17,50% só a partir daí aparece São Paulo, capital com 11,40% de representantes que habitam hoje aquele loteamento, em seguida surge São Paulo interior com 10,74%; dos outros Estados do Brasil a porcentagem é pequena. (vide Figura 10).

É importante mencionar que existem avós e pais com origem em países da Europa como: Portugal, Itália, Espanha, Hungria e Alemanha; existe também representantes do Japão e da Bolívia embora de todos eles a porcentagem de representantes é pequena.

Se tentarmos agrupar os migrantes dos vários Estados do Nordeste que se fixaram no Jardim Peri constatamos que eles correspondem a 34,41% superando a porcentagem de mineiros que também para lá se dirigiram.

Esse movimento de migração interna define um processo social resultante de mudanças de um determinado lugar que provocam o deslocamento horizontal de pessoas de todas as classes sociais, que, por razões diversas saem do lugar de origem para outro.

LOCAL DE NASCIMENTO DOS PAIS E AVÓS DOS ENTREVISTADOS (RELACIONADOS)

FIGURA 10

0 250 500 750
km

Esse fenômeno nasce e se desenvolve num contexto so
cial historicamente determinado.

Segundo nos mostra Paul Singer (1980:129):

"... os vastos fluxos migratórios que cruzam o território brasileiro, que, de acordo com o censo de 1970, englobavam mais de 30 milhões de pessoas numa população de pouco mais de 93 milhões, é fácil ver que o exército industrial de reserva atinge dimensões formidáveis no Brasil, já, que a grande maioria dos migrantes se desloca à procura de trabalho".

Na figura que envolve todos os familiares incluindo os irmãos, pode-se constatar maior número de nascimentos na capital de São Paulo, correspondendo a 30,46% o que revela o nascimento de vários filhos após a fixação da família na cidade de São Paulo. Minas Gerais continua aparecendo com apreciável número de nascimentos e correspondem a 17,17% em seguida aparece a Bahia com 13,77%, São Paulo - interior com 7,80%, Pernambuco com 5,57%, Paraná com 5,29%. Temos familiares dos entrevistados que nasceram em outros estados da federação em pequena porcentagem. É mínima a representação de outros países e corresponde aos já mencionados.

As informações que relatam o local de nascimento dos alunos mostra que 54,86% deles são de São Paulo - capital, vieram do interior de São Paulo 10,77%; constata-se que a Bahia é o Estado que segue com 9,29%, Minas Gerais com 7,52%, Paraná com 5,3% dos outros estados da federação o número de nascimento é pequeno. (ver Tabela 01).

Somando-se os alunos nordestinos eles correspondem a 18,14%, para esta forma de avaliação eles ocupam o segundo lugar de procedência.

A comparação objetiva verificar até que ponto o número de pessoas que constituem os moradores do Jardim Peri são procedentes de outros municípios, como também o período em que eles se fixaram no bairro.

Os familiares dos alunos do Jardim Peri começaram a se estabelecer naquele local há quase trinta anos, isto ocorreu de forma gradativa e hoje aquele loteamento encontra-se po

TABELA 01

LOCAL DE NASCIMENTO DOS ALUNOS

ESTADO	RITA BICUDO	ELZA SARAIVA	GUILHERME DE ALMEIDA	ALFREDO GOMES	TOTAL GERAL	%
São Paulo-capital	29	30	34	31	124	54,86
São Paulo-interior	04	09	05	05	23	10,17
Bahia	07	08	05	01	21	9,29
Minas Gerais	08	04	03	02	17	7,52
Paraná	03	07	01	01	12	5,30
Pernambuco	02	02	02	02	08	3,53
Ceará	04	01	-	-	05	2,21
Pará	-	03	-	-	03	1,32
T. Acre	-	02	-	-	02	0,89
Distrito Federal	-	02	-	-	02	0,89
Rio Grande do Norte	-	-	02	-	02	0,89
Maranhão	01	01	-	-	02	0,89
Paraíba	01	-	-	01	02	0,89
Sergipe	-	01	-	-	01	0,45
Rio de Janeiro	-	01	-	-	01	0,45
Espírito Santo	-	-	01	-	01	0,45
TOTAL	59	71	53	43	226	100

Fonte: Questionários aplicados - Outubro/1985

voados; 31,19% informaram que estão no Jardim Peri há mais de de zesseis anos, 15,59% moram lá entre oito e dez anos. Existe um equilíbrio entre os que se estabeleceram na área no período de:

8 a 13 anos	-	13,53%
14 a 16 anos	-	13,36%
5 a 7 anos	-	13,35%

É pequena a porcentagem dos indivíduos que chegaram re centemente.

Comprovando este fenômeno Paul Israel Singer nos mo tra em seu estudo (1975:13), que:

"O proletariado industrial, constituído pelos assalariados do setor capitalista da economia, tem crescido fortemente, como resultado da aceleração do ritmo de acumulação do capital e da expansão da força de trabalho urbana, que resulta tanto das migrações internas como do crescimento vegetativo da população das cidades.

Entre 1950 e 1970, a força de trabalho engajada em atividades não agrícolas aumentou de 117%, passando de 7,2 para 16,5 milhões de pessoas, mas o número de assalariados nesta atividade cresceu - 172% neste período, passando de 4,8 para 12,9 milhões".

Considerando-se que a grande maioria dos migrantes vieram do local de nascimento direto para a cidade de São Paulo, convém mencionar que outros fatores levaram uma minoria que corresponde a 4,51% daqueles que aqui estão, tentar se estabelecer em outro lugar anterior ao atual, 1,78% deles saíram de Minas Gerais, foram para o Paraná e posteriormente se dirigiram para a cidade de São Paulo. Em alguns casos resultou no estabele

cimento de migrantes no interior de São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia: A procedência dessas pessoas ocorreu de vários pontos do país para os locais indicados e posteriormente eles se fixaram na cidade de São Paulo.

O estudo efetuado sobre as condições sócio-econômicas das famílias envolvidas neste trabalho oferece elementos que esclarecem os motivos que ocasionam a entrada do menor no mercado de trabalho como forma de sobrevivência da família.

Através de levantamento feito ficou constatado que a formação cultural das famílias do aluno do Jardim Peri se caracteriza por terem escolarização inferior. Os dados gerais de instrução vem confirmar o quanto essas famílias possuem padrões modestos na sociedade, via de regra os mais cultos são os que vão conseguir melhores condições no grupo. A renda familiar auferida por elas é pequena para um número relativamente grande de pessoas que a compõem; este quadro define a necessidade de trabalho dos filhos para complementar os gastos.

Informações fornecidas por eles mostram que 21,57% são analfabetos, 14,82% chegaram a 2ª série, 29,39% corresponde aos que conseguiram atingir a 4ª série, 10,41% concluíram a 8ª série. São 6,77% chegaram ao 2º grau e para o nível superior é insignificante os representantes - 0,30%. Para esse resultado foram utilizados 1.565 informações, é importante esclarecer que o nível maior de instrução pertence às pessoas do sexo masculino, o preconceito ao pouco valor da necessidade de instrução para as mulheres fica claro neste levantamento. (Tabelas 02 a 06).

Esta realidade vai se refletir nas funções de trabalho desempenhada por eles, predominando os empregados em servi

TABELA 02

TOTAL GERAL POR SÉRIE - ESCOLARIDADE DA FAMÍLIA

ESCOLARIDADE	5 ^a série		6 ^a série		7 ^a série		8 ^a série		TOTAL		TOTAL GERAL	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	a b	%
Analfabeto	37	47	40	45	35	33	44	56	156	181	337	21,57
1 ^a a 2 ^a série	15	19	30	18	27	46	32	45	104	128	232	14,82
3 ^a a 4 ^a série	50	49	34	44	75	77	82	49	241	219	460	29,39
5 ^a a 6 ^a série	48	34	32	23	34	26	42	23	156	106	262	16,74
7 ^a a 8 ^a série	11	12	19	22	28	20	25	26	83	80	163	10,41
2º grau	04	08	06	10	19	18	20	21	49	57	106	6,77
Superior	-	-	-	01	-	-	02	02	02	03	05	0,30
Total	165	169	161	163	218	220	247	222	791	774	1565	100

Fonte: Questionários aplicados - Outubro/85

TABELA 03

EEPG PROFa.RITA BICUDO PEREIRA - ESCOLARIDADE DA FAMÍLIA

ESCOLARIDADE	5ª série		6ª série		7ª série		8ª série		TOTAL			
									M		F	
	M	F	M	F	M	F	M	F	ab	%	ab	%
Analfabeto	08	15	12	14	09	10	18	20	47	23,74	59	26,97
1ª a 2ª série	02	10	07	03	03	14	06	19	18	9,09	46	21,00
3ª e 4ª série	10	11	07	07	21	19	30	17	68	34,34	54	24,66
5ª e 6ª série	09	05	01	07	08	09	15	06	33	16,67	27	12,33
7ª e 8ª série	-	02	06	02	06	07	09	12	21	10,61	23	10,50
2º grau	-	-	03	-	06	04	02	06	11	5,55	10	4,57
Superior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	29	43	36	33	53	63	80	80	198	100	219	100

Fonte: Questionários aplicados - Outubro/85

TABELA 04

EEPG PROFa. ELZA SARAIVA MONTEIRO-ESCOLARIDADE DA FAMÍLIA

ESCOLARIDADE	5 ^a série		6 ^a série		7 ^a série		8 ^a série		TOTAL			
									M		F	
	M	F	M	F	M	F	M	F	ab	%	ab	%
Analfabeto	12	15	20	19	18	14	23	29	73	26,94	77	33,33
1 ^a a 2 ^a série	05	02	10	04	18	21	17	11	50	18,45	38	16,45
2 ^a a 4 ^a série	09	06	09	11	24	26	21	16	63	23,24	59	25,54
5 ^a a 6 ^a série	06	05	10	06	17	05	12	07	45	6,60	23	9,96
7 ^a a 8 ^a série	01	03	05	02	11	08	06	09	23	8,49	22	9,52
2º grau	-	-	01	01	08	03	06	08	15	5,54	12	5,20
Superior	-	-	-	-	-	-	02	-	02	0,74	-	-
Total	33	31	55	43	96	77	87	80	271	100	231	100

Fonte: Questionários aplicados - Outubro/85

TABELA 05

EEPG GUILHERME DE ALMEIDA - ESCOLARIDADE DA FAMÍLIA

ESCOLARIDADE	5ª série		6ª série		7ª série		8ª série		TOTAL			
									M		F	
	M	F	M	F	M	F	M	F	ab	%	ab	%
Analfabeto	06	09	06	04	07	08	-	01	19	10,38	22	12,57
1ª a 2ª série	02	03	08	04	04	05	07	12	21	11,48	24	13,72
3ª a 4ª série	23	17	08	10	20	23	15	07	66	36,07	57	32,57
5ª a 6ª série	12	17	14	03	07	10	06	05	39	21,31	35	20,00
7ª a 8ª série	08	05	06	06	06	03	04	02	24	13,11	16	9,14
2º grau	-	01	01	05	03	08	09	05	13	7,10	19	10,86
Superior	-	-	-	-	-	-	01	02	01	0,55	02	1,14
Total	51	52	43	32	47	57	42	34	183	100	175	100

Fonte: Questionários aplicados - outubro/85

TABELA 06

EEPG PROF. ALFREDO GOMES - ESCOLARIDADE DA FAMÍLIA

ESCOLARIDADE	5 ^a série		6 ^a série		7 ^a série		8 ^a série		TOTAL			
									M		F	
	M	F	M	F	M	F	M	F	ab	%	ab	%
Analfabeto	11	08	02	03	01	01	03	06	17	14,44	18	12,50
1 ^a a 2 ^a série	06	04	05	07	02	06	02	03	15	12,71	20	13,89
3 ^a a 4 ^a série	08	15	10	16	10	09	08	09	36	30,51	49	34,03
5 ^a a 6 ^a série	09	07	07	07	02	02	05	05	23	19,49	21	14,58
7 ^a a 8 ^a série	02	02	02	12	05	02	07	03	16	13,56	19	13,19
2º grau	04	07	01	04	02	03	04	02	11	9,32	16	11,12
Superior	-	-	-	01	-	-	-	-	-	-	01	0,69
Total	40	43	27	50	22	23	29	28	118	100	144	100

Fonte: Questionários aplicados - outubro/85

ços domésticos, pedreiros, auxiliares de costura, agricultura, marceneiros, motoristas, guarda-noturnos, ajudantes-geral e outras funções que aparecem em menor proporção.

A ordem de trabalho desempenhado pelos familiares dos alunos foi descrita em forma decrescente do número de pessoas que as desempenham.

Considerando-se que o grau de instrução seja importante para a reprodução da classe e que o nível de esclarecimento da clientela contribui para obtenção dos melhores trabalhos, o grau de conhecimento dos familiares desses alunos mostra o baixo valor do seu trabalho na sociedade.

Comprovando esta realidade nos mostra Cortês em seu trabalho (1986:181):

"... a baixa escolaridade do grupo concorre e reforça, dentro de certos limites, a desvalorização de sua força-de-trabalho no mercado e, desta forma, implica na manutenção da produção e reprodução das condições de vida em situação de carência que, por sua vez, impõem, a necessidade de trabalho suplementar, o do menor inclusive".

A partir de observação efetuada em dados fornecidos por eles sobre a renda mensal da família, é possível perceber que no conjunto das famílias consideradas o montante percebido por elas é insuficiente para manutenção de todos os membros da casa, mesmo em suas necessidades básicas.

Motivo pelo qual eles se vêm obrigados a lançar no mercado de trabalho todos os elementos da casa que apresentam o mínimo de condição de fazê-lo.

A tabela demonstrativa de renda familiar deixa claro que 14,68% delas sobrevivem com renda entre três e quatro salários mínimos, 14,18% recebem de seis a sete salários e 12,42% estão na faixa de quatro a cinco salários mínimos. (Tab. 07).

Encontramos algumas famílias sobrevivendo com salário inferior ao mínimo; do que pude constatar elas eram mantidas pelas mães, com ordenado que recebiam pelo serviço de doméstica, em um outro caso o sustento da família estava sendo feito pelo aluno e seu sobrinho; isto porque os elementos adultos da casa estavam desempregados.

Também aparece o inverso, encontramos alguns casos cuja renda da família é superior a 15 salários chegando mesmo duas delas a ultrapassar os 22, apesar de que tal soma inclui salários de vários elementos da casa chegando atingir seis deles.

A situação configurada através das informações nos mostra que 21,47% dessas famílias são constituídas por seis pessoas, 15,82% por sete e 14,68% por cinco; os dados apresentados correspondem à média das famílias em análise; apesar de que existe entre eles famílias mais numerosas chegando a ter mais de 10 pessoas, embora apareçam em porcentagens pequenas; o mesmo ocorre com as que possuem poucos elementos na casa.

A investigação que relaciona o número de pessoas da família com a quantidade delas que trabalha deixou claro que a média dessas famílias é constituída por seis e sete elementos e a quantidade dos que participam do mercado de trabalho variou da seguinte forma (Tabela 08):

TABELA 07

REDA MENSAL DA FAMÍLIA DOS ENTREVISTADOS QUE INFORMARAM

SALÁRIO	RITA BICUDO	ELZA SARAIVA	GUILHERME DE ALMEIDA	ALFREDO GOMES	TOTAL GERAL	%
1/2 a 1	01	-	02	01	04	2,26
1 a 2	02	03	01	03	09	5,11
2 a 3	02	03	02	04	11	6,27
3 a 4	10	09	04	03	26	14,68
4 a 5	08	07	03	04	22	12,42
5 a 6	06	03	04	03	16	9,03
6 a 7	10	11	02	02	25	14,18
7 a 8	04	07	03	01	15	8,47
8 a 9	01	05	02	01	09	5,08
9 a 10	04	01	03	01	09	5,08
10 a 11	-	03	01	-	04	2,25
11 a 12	-	05	01	01	07	3,95
12 a 13	01	-	-	01	02	1,12
13 a 14	01	01	-	-	02	1,12
14 a 15	01	-	01	-	02	1,12
15 a 16	-	-	-	03	03	1,69
16 a 17	-	01	-	-	01	0,56
17 a 18	-	02	-	-	02	1,12
18 a 19	01	01	02	-	04	2,25
19 a 20	-	-	-	-	-	-
20 a 21	-	-	01	-	01	0,56
21 a 22	-	-	-	01	01	0,56
22 acima	-	01	-	01	02	1,12
TOTAL	52	63	32	30	177	100

Salário mínimo na época: Cr\$ 333.000,00

Fonte: Questionários aplicados - Outubro/1985

TABELA 08

RELAÇÃO ENTRE O Nº DE PESSOAS QUE TRABALHAM, Nº DE PESSOAS DA FAMÍLIA E TOTAL DE FAMÍLIAS

Nº DE PESSOAS DA FAMÍLIA	NÚMERO DE PESSOAS QUE TRABALHAM DAS FAMÍLIAS DOS ENTREVISTADOS E NÚMERO DE FAMÍLIAS								TOTAL DE FAMÍLIAS
	1	2	3	4	5	6	7	8	
2	1								01
3	1	5	5						11
4	4	6	7	2					19
5	1	7	13	9					30
6	4	6	19	13	6				48
7	0	7	11	11	4	1	3		37
8	-	2	7	13	3	0	2		27
9	-	1	6	9	10	2	0	1	29
10	-	2	3	5	0	4	2	0	16
11	1	1	0	1	1	1	0	0	05
12	0	0	0	0	0	2	0	0	02
13	-	-	-	-	-	-	-	-	-
14	-	1	-	-	-	-	-	-	01
TOTAL									226

Fonte: Questionários aplicados

As famílias mais numerosas variaram de 8 a 14 elementos na casa e as pessoas que trabalham oscilou de 1 até 8; quanto aos que participam da força de trabalho corresponde aos pais inicialmente, os filhos vão fazendo parte dela à medida que a apresentam o mínimo de condições para fazê-lo; com as famílias menores o fenômeno é o mesmo.

Ficou constatado que a renda per capita naquele grupo social o maior número deles vive com menos de um salário mínimo e corresponde a 24,86%, encontramos 7,35% vivendo com menos de meio salário; a situação inversa que apareceu atingiu três salários e meio correspondendo a 2,84% dessa população ; com renda per capita inferior a quatro salários naquele grupo existem só dois elementos.

O grupo social que habita o Jardim Peri hoje é bem grande, originou-se de inúmeras cidades brasileiras e é fruto da migração interna que se intensificou a partir dos anos sessenta agora ampliada com os elementos que nasceram na cidade de São Paulo e que muito tem contribuído para o seu crescimento econômico, aumentando o número de elementos que aqui vendem sua força de trabalho na indústria, no comércio e mesmo em atividades domésticas; embora a custos de muito sacrifício e exploração porque eles constituem um dos inúmeros loteamentos da periferia da cidade única opção de moradia para classe de baixa renda face à segregação sócio-espacial.

FOTO 01 - EEPG Prof. Rita Bicudo Pereira

FOTO 02 - EEPG Prof. Rita Bicudo Pereira

Alunos do curso noturno

FOTO 03 - EEPG Profa. Elza Saraiva Monteiro

FOTO 04 - EEPG Profa. Elza Saraiva Monteiro

Alunos do curso noturno

FOTO 05 - EEPG Guilherme de Almeida

FOTO 06 - EEPG Guilherme de Almeida
Alunos do curso noturno

FOTO 07 - EEPG Prof. Alfredo Gomes

FOTO 08 - EEPG Prof. Alfredo Gomes
Alunos do curso noturno

CAPÍTULO III

O TRABALHO E A ESCOLA

3. O TRABALHO E A ESCOLA

3.1. O trabalho e a legislação

Quando pretendemos analisar um fato temos algumas noções sobre a realidade, objeto de nosso estudo, que interpretamos com base em certos conceitos que nos levam a conhecê-la melhor.

Uma das nossas propostas é analisar o trabalho do menor e o seu aproveitamento escolar; para que consigamos atingir o fim proposto é importante deixar claro o que é trabalho e as suas implicações junto ao rendimento do aluno.

No campo da Filosofia:

"O trabalho é, em geral, definido como uma atividade específica da espécie humana, de onde advém a noção de seu caráter humanizador na relação que se estabelece entre o homem e a natureza. Parte-se do pressuposto de que, no intercâmbio homem-natureza, esta se distingue do animal ao produzir seus meios de existência". (1)

Do ponto de vista histórico-social encontramos em Marx uma definição bastante precisa; ele:

"... situa a relação homem-natureza no interior de um determinado modo de produção, estabelecendo entre o trabalho e este uma estreita dependência. De um lado, o trabalho constitui e mantém o modo de produção; por outro lado, o modo de produção deter-

---

(1) Mora, J.F. Dicionário de Filosofia. B. Aires, Editorial Sudamérica, 1971.

mina as formas válidas de trabalho. Essa formulação possibilita pensar a produção como um processo histórico, conseqüente à atividade de trabalho como uma categoria histórica". (1966:144)

Em uma sociedade capitalista o homem que não possui os meios de produção tem necessidade de vender sua força de trabalho, transformando a matéria-prima fornecida pela natureza em mercadoria que será comercializada no mercado em troca de dinheiro que vai garantir ao trabalhador poder adquirir outras mercadorias necessárias para sua sobrevivência. O trabalho possui duplo caráter, isto é, produtor de valor de uso e de valor de troca.

O trabalho infantil e a legislação brasileira

O trabalho infantil sempre existiu no desenvolvimento econômico da humanidade. A nível mundial segundo cálculos estatísticos dos Estados Unidos, em 1976 havia 56 milhões de crianças empregadas no mundo (O.I.T., 1979 a). Outros cálculos sugerem que o número é muito superior (por exemplo, O.I.T., 1979 b). (1981:143)

A história contemporânea nos mostra que crianças de todas as idades sempre trabalharam em manufaturas e outros trabalhos, nem sempre em condições de higiene e saúde saudável, além de não ganharem porque as suas minguadas remunerações eram pagas a seus pais. Hoje não estamos muito distantes desta situação, grande parte das crianças trabalham, umas são remuneradas outras não, porque suas tarefas se relacionam com o lar ; não é possível avaliar o seu trabalho, interpretar seu valor

econômico e social. O que tem prevalecido do ponto de vista so
cial é que ele é um mal que deve ser eliminado.

Num país grande como o Brasil, onde se repetem as condições de povos diferentes e que encontramos no mesmo terri
tório centros sofisticados e alta tecnologia contrastando com a miséria de grandes populações, é preciso planejar a educação e o trabalho dos menores como investimento com retorno, embora a longo prazo.

Foi fixado pela Constituição de 1934 para a sociedade brasileira em 14 anos o limite para o ingresso na força de trabalho. A CLT de 1943 acrescenta a proibição de contratação dos serviços de menores em regiões insalubres e perigosas.

A Constituição de 1946 ampliou as vantagens aos meno
res proibindo diferenças salariais para um mesmo trabalho, por motivo de idade e manteve a idade mínima em 14 anos.

A Constituição de 1967 baixou o limite de trabalho do menor para 12 anos aumentando a exploração infantil, realidade que fez surgir protestos na época; foi instituído também o salário do menor que contribuiu para o rebaixamento dos ven
cimentos.

Ela considera menor todo trabalhador de 12 a 18 anos e esclarece que o trabalho dos menores de 12 a 14 anos não po
de impedir sua frequência à escola com finalidade de assegurar sua formação em nível primário. Posteriormente, a escolarização obrigatória foi estendida para 8 anos (7 a 14 anos) e a lei do limite mínimo para o ingresso ao trabalho não foi modificada. Como a escolaridade obrigatória foi estendida até 14 anos, fi
cou sendo esta a idade considerada adequada para o ingresso do

menor na força de trabalho, em nossa sociedade.

Existe uma distorção na legislação brasileira de 1967, quando determina que o ensino deva ser gratuito e obrigatório a toda criança brasileira de 7 a 14 anos e autoriza o início no trabalho aos 12, apesar de ser comum o ingresso no trabalho anterior a essa idade.

A Constituição de 1988, no artigo 7º, capítulo XXXIII, proíbe o trabalho noturno perigoso ou insalubre aos menores de 18 anos e de qualquer trabalho a menores de 14 anos, salvo na condição de aprendiz.

A nova Constituição dá direitos ao menor que pode ficar a critério do empregador, em função da ressalva, na condição de aprendiz. Ela constitui um meio através do qual o empregador pode forjar uma aprendizagem que não existe e continuar explorando o menor trabalhador.

O artigo 227 § 3º, dá garantia de acesso do trabalhador adolescente à escola; embora seja de nosso conhecimento que o curso noturno transmite a seus alunos uma carga reduzida de conteúdo, em virtude deles não terem condição de assimilar muita coisa depois da jornada de trabalho. Tal fato vai continuar ocasionando a discriminação social no interior da própria escola, além de não existirem vagas para todos os adolescentes.

A legislação vigente assegura como dever do Estado com a educação mediante a garantia de progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade do ensino médio (artigo 208).

Vê-se, portanto, que existe uma discrepância na legislação brasileira em virtude de existirem loteamentos da pe

riferia da cidade de São Paulo, uma das mais importantes do país, que não possuem ensino médio; o Jardim Peri é um exemplo deles.

O Estado entendido aqui como sendo um conjunto identificável de instituições que organiza e atua em todos os aspectos da vida social, assume papel importante no direcionamento da força de trabalho jovem, razão pela qual pretendemos nesta pesquisa identificar sua atuação quanto à educação.

3.2. O universo da pesquisa e propostas de trabalho

A partir de uma redefinição de conceitos se adotam novas práticas metodológicas. O conhecimento popular deixa de ser sinônimo de falta do saber a partir de sua valorização. Ele passa a ser referência de grupos que sofrem igual situação social e econômica.

Segundo Amalia Inês Geraiges de Lemos (1987:1):

"... dentro da concepção educacional, se procura uma relação de educação conscientizadora das classes populares. A realidade começa a ser analisada como um processo no qual as classes sociais possuem papéis determinantes".

Na sequência de seu trabalho ela coloca a sociologia integrando na prática da realidade a partir de opção de trabalho junto aos grupos dominados e pobres a participar dos movimentos populares.

Existem técnicas e métodos que:

"... permitem conhecer, questionar e agir sobre o objeto ou realidade estudada e possibilitam a participação dos setores populares na tarefa de descobrir sua própria realidade". (Gajardo, M. 1986:16)

É prática de Paulo Freire a forma alternativa de pesquisa e ação educativa, com finalidade de maior participação social.

Com esse propósito colocaremos nossa experiência pessoal pesquisando a realidade dos estudantes do Jardim Peri.

Nosso contato diário com a área de investigação nos levou a ter vivência mais próxima dos problemas que pretendíamos analisar. Torna-se difícil quando se tem maior ligação com o objeto de estudo, não tomar conhecimento das suas necessidades, da sua vida, das suas inquietudes.

Através das respostas dos questionários aplicados chegou a nosso conhecimento que existiam entre eles vários alunos que trabalhavam e não possuíam registro em carteira, além de terem uma jornada de trabalho com número de horas superior ao permitido.

Foi dado esclarecimento dos direitos do cidadão e do menor, através da CLT a fim de que eles se dirigissem à Sociedade Amigos do Bairro e formalizassem suas reivindicações exigindo dessa maneira o cumprimento legal dos seus direitos.

Em situação diversa foi conseguida a reforma e ampliação do nosso prédio escolar que na ocasião estava em péssimas condições; nessa época funcionavam duas classes por período em um barracão de madeira.

A direção da escola com o apoio da Sociedade Amigos do Bairro formalizou o pedido frente às autoridades competentes e foram atendidos.

Como nos mostra Geraiges de Lemos (1987:5):

"Quando se compartilha o cotidiano da realidade social, quando o pesquisador convive com pessoas reais, com suas culturas e seus grupos sociais a pesquisa participante está sendo realizada. A partir deste momento o pesquisador participa da história do objeto da pesquisa. Não mais se pode dividir, separar, a teoria da prática".

Nosso contato com alunos e pais nos possibilita compreender suas histórias de vida e através delas pudemos chegar a novas formas de explicar a realidade.

Essa incompatibilidade é a responsável por novas formas especiais que convivem e ao mesmo tempo se chocam.

A iniciação nessa vivência, o conceito de espaço que aprendemos na graduação e que assumimos, aqui começa a ter conteúdo e essência:

"... o espaço se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que estão acontecendo diante dos nossos olhos e que se manifestam através de processos e funções. O espaço é então, um verdadeiro campo de forças cuja aceleração é desigual". (Santos, M. 1978:122)

A forma pela qual os habitantes do Jardim Peri têm se organizado no espaço urbano tem como resultado várias maneiras de utilização daquele solo, com características específicas

dos seus ocupantes.

Esta prática nos leva a refletir e também a repensar o comportamento humano.

"A relação de participação da prática científica no trabalho político das classes populares desafia o pesquisador a ver e compreender tais classes, seus sujeitos e seus mundos, tanto através de suas pessoas nominadas, quanto a partir de um trabalho social e político de classe que, constituindo a razão da prática, constitui igualmente a razão da pesquisa". (Brandão, R.D., 1985:13)

Dessa maneira vemos integrada a pesquisa participante na Geografia humana.

3.3. Análise dos dados obtidos no questionário

Para a análise desta realidade foram aplicados 332 questionários dos quais 106 estavam incompletos e 226 foram aproveitados, isto foi feito em quatro escolas da zona Norte da cidade de São Paulo, como já foi mencionado. Duas delas se localizam no Jardim Peri, a EEPG Profa. Rita Bicudo Pereira e a EEPG Profa. Elza Saraiva Monteiro, as outras ficam em locais vizinhos; a EEPG Prof. Alfredo Gomes se localiza na Vila Bela Vista e a EEPG Guilherme de Almeida na Vila Amália.

Na EEPG Profa. Rita Bicudo Pereira foram aplicados 97 questionários dos quais 38 estavam incompletos e foram avaliadas as opiniões de 59 alunos, cujas idades variaram de 12 a 18 anos; destes 35 são do sexo masculino e 24 do sexo feminino; um é casado e aluno da oitava série.

Quanto ao local de nascimento destes jovens, predominou a capital de São Paulo, com um número de 29 alunos; 4 são do interior; dos outros estados brasileiros prevaleceu Minas Gerais com 8, a Bahia com 7, o Ceará com 4 e respectivamente Paraná com 3, Pernambuco com 2, Maranhão e Paraíba com 1. O nível de escolaridade deles é 1º grau, cursando as séries entre 5ª e 8ª.

Destes alunos, 77,96% trabalham e 22,03% não tem atividade remunerada embora deste total 08 são meninas e a maioria delas desempenha tarefas domésticas para que as mães tenham condições de ganho fora de casa; isto significa que das pessoas envolvidas nesse levantamento 5 alunos do sexo masculino são os que tem o dia todo para estudar e estão distribuídos da seguinte forma, 2 estão na 6ª série, 2 na 7ª e 1 na 8ª.

Das ocupações desempenhadas por essas pessoas vai predominar o comércio, estando incluídas aí as atividades de vendedor, balconista, caixa, pacoteiro, ajudante geral; são 14 meninos e 04 meninas. Em seguida, vamos encontrar a indústria-artesanal com um número de 15 pessoas trabalhando nela, distribuídos entre metalúrgicos, serralheiros, mecânicos, costureiras (indústria de confecção). No escritório, encontramos 07 dos quais 06 são rapazes e 01 moça; na construção civil, com atividade de pedreiro apareceram 04 e temos ainda 02 moças empregadas em casa de família desempenhando a função de doméstica. (Fig.11)

Ao analisar a tabela demonstrativa de salário constatei que informaram sua renda 46 alunos dos quais 30 são meninos e 16 são meninas. Quanto à remuneração recebida por eles predominava entre um e um e meio salários correspondendo a

EEPG PROFa. RITA BICUDO PEREIRA
PROFISSÃO DOS ALUNOS POR SEXO E IDADE

FIGURA 11

41,33%; o número daqueles que recebem menos de um salário é alto, estando entre eles 26,08%, em seguida vai aparecer 15,21% que tem ordenado igual a um salário, 13,04% dos alunos recebem entre um e meio e dois salários; com renda maior de dois salários mínimos encontramos só duas pessoas correspondendo a 4,34%. (vide Tabela 09).

Em relação à EEPG Profa. Elza Saraiva Monteiro também localizada no Jardim Peri, embora esteja a três quilômetros mais distante do que a EEPG Profa. Rita Bicudo Pereira, questionamos 71 alunos cujas respostas foram consideradas boas. Entre eles 31 são rapazes com idade entre 14 e 18 anos e 40 são moças com idade de 13 a 18 anos.

A clientela desta escola é predominantemente formada por meninas, o que não ocorreu com a anterior; e também vai aparecer um número maior de meninas com atividades domésticas sem remuneração; encontramos o dobro delas trabalhando no comércio; na indústria a quantidade é menor, aumentando o número de alunas que trabalham em atividades domésticas remuneradas e são quatro as que trabalham em escritório.

Os rapazes entrevistados desta escola são em menor número, dos trabalhadores predominam aqueles que possuem atividade no comércio, em seguida aparecem aqueles que trabalham na indústria artesanal; cinco estão no setor terciário (escritório), três no comércio ambulante e seis (correspondendo a 19,35%) não trabalham. (vide Figura 12).

Quanto ao local de nascimento dessas pessoas, nessa escola vai predominar alunos nascidos na cidade de São Paulo, 9 nasceram no interior de São Paulo, 08 na Bahia, 07 no Paraná,

TABELA 09

SALÁRIO DOS ALUNOS

10-11/85 Cr\$ 333.000,00

FAIXA SALARIAL	HOMEM		MULHER		TOTAL	
	ABS	%	ABS	%	ABS	%
<u>EEPG Profa. Rita B. Pereira</u>						
Menos de 1 salário	08	26,66	04	25,0	12	26,08
Igual a 1 salário	05	16,66	02	12,5	07	15,21
Entre 1 e 1/2 salário	13	43,33	06	37,5	19	41,33
Entre 1/2 e 2 salários	03	10,02	03	18,75	06	13,04
> 2 salários	01	3,33	01	6,25	02	4,34
> 3 salários	-	-	-	-	-	-
Total	30	100	16	100	46	100
<u>EEPG Profa. Elza S. Monteiro</u>						
Menos de 1 salário	02	8,33	10	40,0	12	25,12
Igual a 1 salário	03	12,5	07	28,0	10	20,71
Entre 1 e 1/2 salário	09	37,5	06	24,0	15	30,72
Entre 1/2 e 2 salários	03	12,5	02	8,0	05	10,31
> 2 salários	06	25,0	-	-	06	10,31
> 3 salários	01	4,17	-	-	01	2,83
Total	24	100	25	100	48	100
<u>EEPG Guilherme Guimarães</u>						
Menos de 1 salário	02	9,51	05	38,46	07	20,58
Igual a 1 salário	04	19,09	04	30,78	08	23,53
Entre 1 e 1/2 salário	09	42,85	02	15,38	11	32,35
Entre 1/2 e 2 salários	05	23,80	01	7,69	06	17,65
> 2 salários	01	4,75	01	7,69	02	5,89
> 3 salários	-	-	-	-	-	-
Total	21	100	13	100	34	100
<u>EEPG Prof. Alfredo Gomes</u>						
Menos de 1 salário	-	-	03	42,86	03	13,04
Igual a 1 salário	04	25,0	-	-	04	17,40
Entre 1 e 1/2 salário	04	25,0	03	42,86	07	30,43
Entre 1/2 e 2 salários	03	18,75	01	14,28	04	17,40
> 2 salários	05	31,25	-	-	05	21,73
> 3 salários	-	-	-	-	-	-
Total	16	100	07	100	23	100
<u>Total das escolas</u>						
Menos de 1 salário	12	13,18	22	36,07	34	22,36
Igual a 1 salário	16	17,58	13	21,32	29	19,07
Entre 1 e 1/2 salário	35	38,47	17	27,87	52	34,21
Entre 1/2 e 2 salários	14	15,39	07	11,47	21	13,82
> 2 salários	13	14,29	02	3,27	15	9,87
> 3 salários	01	1,09	-	-	01	0,67
Total	91	100	61	100	152	100

Fonte: Questionários aplicados - Outubro/1985

EEPG-PROFa., ELZA SARAIVA MONTEIRO
PROFISSÃO DOS ALUNOS POR SEXO E IDADE

250

150

100

50

FIGURA 12

em menor proporção vão aparecer os demais estados. Este fato vai ser semelhante nas outras duas escolas que fazem parte da pesquisa: predominam alunos nascidos na cidade de São Paulo, 34 na EEPG Guilherme de Almeida, 31 na EEPG Prof. Alfredo Gomes); do interior do Estado de São Paulo temos 05 nas duas escolas, em proporção menos significativas vão aparecer Minas Gerais com 03 e 02 alunos, Bahia 05 e 01 e 02 de Pernambuco, e 1 da Paraíba. (Tab. 01)

Dos salários recebidos pelos alunos predominam entre um e um e meio numa porcentagem de 41,33% na EEPG Profa. Rita Bicudo Pereira, 32,35% na EEPG Guilherme de Almeida, 30,72% na EEPG Profa. Elza Saraiva Monteiro e 30,43% na EEPG Prof. Alfredo Gomes. Aparece um número bastante significativo daqueles que recebem menos de um salário, estando equilibrada a porcentagem entre os elementos na EEPG Profa. Rita Bicudo Pereira (26,08%) e a EEPG Profa. Elza Saraiva Monteiro (25,12%) para (20,58%) na EEPG Guilherme de Almeida e (13,04%) na EEPG Prof. Alfredo Gomes; acima de três salários apareceu um aluno da EEPG Profa. Elza Saraiva Monteiro. (Tabela 09).

É importante observar que os maiores salários são atribuídos para as pessoas do sexo masculino. Ao me referir aos tipos de ocupações desempenhadas por eles, entre as escolas, elas se assemelham embora na atividade de comércio e indústria artesanal vamos encontrar um maior número na EEPG Profa. Rita Bicudo Pereira seguida pela EEPG Profa. Elza Saraiva Monteiro, EEPG Guilherme de Almeida, EEPG Prof. Alfredo Gomes. Desempenhando serviços de escritório a situação se inverte, aparecendo primeiro a EEPG Guilherme de Almeida, seguida pela EEPG Profa. Elza Saraiva Monteiro, EEPG Prof. Alfredo Gomes e EEPG Profa. Rita Bicudo

cudo Pereira; trabalhando na construção civil aparece 4 alunos da EEPG Profa. Rita Bicudo Pereira e 1 da EEPG Prof. Alfredo Gomes, os que se ocupam do comércio ambulante são poucos. Aparece um número significativo daqueles que não trabalham embora os dados indique mais meninas sem função, o que vem constatar que elas desempenham serviços domésticos para que suas mães possam sair de casa com o intuito de desempenhar outra função remunerada; isto ocorre de forma mais acentuada na EEPG Prof. Alfredo Gomes. (Figura 13 e 14).

Do meu contato com os alunos quando apliquei o questionário constatei que o nível de organização familiar, educacional, econômico da clientela da EEPG Prof. Alfredo Gomes é a menos favorecida das escolas envolvidas na pesquisa. Lã, para conseguir dez formulários preenchidos foi necessário juntar duas classes por falta de frequência dos alunos ou mesmo desistência; convém lembrar que eu estive fazendo a entrevista nos dias 6, 7 e 13 de novembro de 1985. O comportamento deles não foi satisfatório; apesar de eu ter explicado a finalidade da pesquisa vários se negaram a responder como também encontrei respostas agressivas, termos de baixo nível e no item que pedia informação de salário e renda familiar não deram; a compreensão das respostas foi difícil pela dificuldade que eles têm de escrever.

Nesse dia cheguei na escola no início do período e consegui alunos só a partir da 2ª aula, a maioria deles trabalha longe e chega tarde; mesmo assim o tempo que dispensaram para responder às questões foi fracionado, pois a preocupação deles era saber o horário que iriam embora e quais os professores que tinham faltado, algumas classes foram dispensadas depois da ter

EEPG GUILHERME DE ALMEIDA
PROFISSÃO DOS ALUNOS POR SEXO E IDADE

250

200

150

100

50

FIGURA 13

EEPG PROF. ALFREDO GOMES

PROFISSÃO DOS ALUNOS POR SEXO E IDADE

250

200

150

100

50

Comércio - vendedor, balconista, pedreiro, aj. geral, caixa	Serviços domésticos - babá, faxineira
Não trabalha	Não definiu profissão
Escritório	Construção civil - aj. jardinagem
Atividade industrial - metalurgia, serralheiro, costureira, mecânico	

FIGURA 14

ceira aula e a minha pesquisa foi entregue sem terminar; a conclusão da mesma foi efetuada em outro dia.

A aparência deles é de jovens sofridos, cansados, suas roupas são bastante simples, de pouca qualidade e surradas significando isto o baixo poder aquisitivo daquela clientela. Entrevistando várias funcionárias da escola elas me contaram que bem poucos alunos vão lá para estudar, o interesse está mais voltado para brincadeira, diálogo com colegas, encontro com as meninas, talvez por ser o local da área onde eles encontram mais segurança; as ruas das imediações são perigosas, elas se encontram entre duas favelas onde marginais perigosos se refugiam.

Na EEPG Profa. Elza Saraiva Monteiro a situação é semelhante, embora o nível dos alunos seja um pouco melhor encontrei a escola com maior freqüência, os questionários que eles responderam estavam mais legíveis e completos significando melhor nível, a aparência física e da indumentária era um pouco superior.

Hoje os alunos da EEPG Profa. Rita Bicudo Pereira são de classe média baixa trabalhadora e apresentam melhores condições do que as escolas anteriores, ela se localiza em uma área mais central.

Em 1972 quando cheguei no Jardim Peri para lecionar só existia a EEPG Profa. Rita Bicudo Pereira e a clientela era bem mais pobre do que a atual; aquele setor urbano cresceu muito e ela é hoje a escola central. De forma natural a clientela de nível menor foi sendo transferida para as regiões mais distantes.

Já a EEPG Guilherme de Almeida é a que apresenta alunos de melhor situação das quatro envolvidas na pesquisa; ela foi criada em 1977 num local distante de favelas, as pessoas que ela assiste são pobres embora possuam uma constituição familiar mais organizada.

Dados fornecidos pelas escolas mostram que nos anos de 1984, 1985, 1986 ela conseguiu formar o maior número de alunos, 291, enquanto que a EEPG Profa. Rita Bicudo Pereira formou 161, a EEPG Profa. Elza Saraiva Monteiro 130 e a EEPG Prof. Alfredo Gomes 65.

A EEPG Guilherme de Almeida também tem o maior n^umero de classes funcionando no período noturno.

É importante mostrar a preocupação da geografia humana na investigação do tipo de vida da população estudantil e de seus familiares, pessoas que habitam o Jardim Peri e áreas vizinhas, mediante a constatação de análise feita, esses estudantes constituem pessoas que nasceram na capital de São Paulo e hoje fazem parte da força produtiva da cidade.

É objeto da geografia a maneira pela qual o espaço do loteamento que elas moram foi produzido, embora façam parte também fenômenos ligados à história econômica e política. Afinal de contas, os indivíduos que ocupam o espaço geográfico são seres com vontade, aspirações, sentimentos e desejos.

Como nos mostra Carlos Walter:

"Os homens socialmente produzem a sua Geografia para se reproduzirem enquanto seres humanos num contexto de relações sociais determinadas". (Gonçalves, Carlos Walter, 1985:7)

Através do histórico das escolas, constatei que a expansão daquele setor urbano ocorreu no período que a Metrôpole de São Paulo era a mediadora na integração da economia do país e o mercado internacional. O espaço urbano concentra as indústrias e os centros de decisões das multinacionais; motivo que o casionou o aparecimento de grande variedade de empregos.

Os movimentos migratórios se multiplicam voltados com interesse no mercado de trabalho que a cidade oferecia. É vertiginoso o crescimento demográfico da região metropolitana, ocasionando o surgimento de bairros cada vez mais distantes, única solução para famílias de baixa renda; foi nesse período que o Jardim Peri iniciou sua expansão que não terminou até hoje.

No princípio as áreas verdes eram substituídas por habitações modestas que aumentaram de forma gradativa. Hoje as casas cobrem os morros intermediadas por ruas estreitas, as centrais asfaltadas com calçada pequena em alguns trechos, nos demais elas não existem e os transeuntes têm que trafegar na rua; as demais são de terra. Como já foi colocado o aumento populacional ocasionou o aparecimento de casas comerciais como padarias, açougues, bares, bazares, um supermercado e hoje constata-se a existência de pequenas indústrias artesanais, contribuindo para ampliar o mercado de trabalho naquela área. (vide Fotos 09 e 10).

Dessa maneira, a fisionomia da Serra da Cantareira onde se localiza o Jardim Peri tem hoje outra aparência, ela expressa o que foi produzido pelo homem que para lá migrou.

O Jardim Peri é um dos inúmeros loteamentos da periferia que abriga a classe trabalhadora em condições muito precāria, parte dela se amontoa em barracos formando as várias fave

FOTO 09 - Vista Geral da Área de Pesquisa - Jardim Peri

FOTO 10 - Jardim Peri (habitações precárias)

las que existem por lá, além do trabalho e da moradia eles en frentam as sérias condições de transporte.

Lúcio Kowarick quando aborda a periferia na lógica da desordem, coloca-a como sendo a fórmula de reproduzir nas cidades a força de trabalho e consequência direta de desenvolvimento econômico que se formou na sociedade brasileira nas últimas três ou quatro décadas. Isto possibilitou de um lado altas taxas de exploração de trabalho, e do outro forjou formas espoliativas que se dão ao nível da própria condição urbana de existência a que foi submetida a classe trabalhadora. É nessas áreas que está a pobreza da cidade e a de seus habitantes.

Além de todos os problemas já abordados é importante mencionar que o depoimento de grande número de pais e avós desses alunos mostram que eles se fixaram naquele setor urbano a partir da década de 60 e a maior quantidade deles é procedente de Minas Gerais, Estados do Nordeste e interior do Estado de São Paulo; somando-se os que vieram dos vários Estados do Nordeste ultrapassam o número dos mineiros.

Eles são indivíduos que migraram para São Paulo em busca de trabalho e melhores condições, escassas na sua área de origem.

3.3.1. *Relações de trabalho do aluno*

Os alunos do curso noturno das escolas em estudo constituem na sua maioria jovens que trabalham tendo como recurso para completar sua formação as aulas que iniciam às 19h30 e terminam às 23h05; existem aqueles cujo trabalho é distante e

que pela dificuldade de transporte não conseguem chegar no ho
rário; a alternativa encontrada foi a autorização para entra
rem na segunda aula.

O aproveitamento é pequeno, embora haja boa vontade; o cansaço é um dos fatores que impedem o maior aprendizado co
mo também o fato deles permanecerem presos no trabalho sob vi
gilância do patrão cuja finalidade é a produção; ao chegarem na escola vêm naquele ambiente maior descontração, distraem - se conversando com colegas, assimilando parcialmente o conteúdo das aulas. Embora também o que lhes é transmitido está dis
tante do seu cotidiano representando pouco valor prático, de
sencadeando o desinteresse.

Este mesmo problema nos mostra Claudio Salm (1980:35) em seu trabalho:

"... a raiz do problema da educação está na freqüente desvinculação entre escola e trabalho...".

É comum nas últimas aulas do período se encontrar a
luno dormindo; eles levantam cedo, trabalham muitas horas du
rante o dia e deitam tarde, conseqüentemente não possuem ener
gia no final da jornada. Esta é a nossa realidade; além de en
contrarmos professores também cansados, desestimulados pela fal
ta de valorização que têm recebido; vendo-se obrigados a lecio
nar em vários colégios e períodos para conseguir sobreviver.

Aprofundando dados fornecidos por eles esclarecemos que o universo desta pesquisa está representada por 226 pes
soas das quais 51 declararam que não possuem atividade remunera-
da, delas 175 são assalariadas, correspondendo a 77,43% do
total dos envolvidos. (vide Tabela 10).

TABELA 10

IDADE DE INGRESSO DOS ALUNOS ENTREVISTADOS NO MERCADO DE TRABALHO

IDADE	EEPG PROFa. RITA BICUDO PEREIRA	EEPG PROFa. ELZA SARAIVA MONTEIRO	EEPG GUILHERME DE ALMEIDA	EEPG PROF. ALFREDO GOMES	TOTAL GERAL	%
14	17	15	09	06	47	20,80
15	12	13	10	04	39	17,26
13	08	05	10	03	26	11,50
16	01	13	03	05	22	9,74
12	05	06	01	04	16	7,08
11	02	04	01	03	10	4,43
17	02	01	01	02	06	2,65
10	01	0	02	01	04	1,77
09	01	01	0	0	02	0,88
07	01	01	0	0	02	0,88
18	0	0	0	01	01	0,44
N.trab.	09	12	16	14	51	22,57
TOTAL	59	71	53	43	226	100,00

Fonte: Questionários aplicados - outubro/85

Esses alunos ingressaram no mercado de trabalho no período compreendido entre os anos de 1975 a 1985 com idades que variaram de 7 a 18 anos. Constatamos que o início de trabalho se deu cedo; 14 anos foi a idade que teve maior quantidade iniciando-se na força produtiva e isto prevaleceu no ano de 1985 com 26,55% decrescendo em 1984 com 18,41% e 1983 com 11,95%. De 1980 a 1982 começaram a trabalhar 6,64%, 5,75% e 4,86% dos alunos, respectivamente; no período anterior a porcentagem foi inexpressiva.

Ficou constatado pelas respostas obtidas que as idades de ingresso ao trabalho variaram da maneira relacionada na tabela 10 anexa.

Tentando analisar por séries a idade que o aluno começou a trabalhar, em ordem decrescente, encontramos o seguinte: 26,47% da sétima série, 24,59% da oitava, 20,41% da sexta e 8,33% das quintas.

Na análise dos depoimentos dos alunos em estudo constatamos que no início da vida profissional a porcentagem maior trabalhou no comércio e corresponde a 41,15% dos alunos; em seguida predominam os serviços domésticos com 12,39% e em terceiro lugar aparece a atividade industrial com 11,51%; o motivo da grande maioria trabalhar no comércio é pelo fato de o Jardim Peri estar próximo de Santana, bairro que tem condições de absorver grande quantidade de mão-de-obra pela intensa atividade comercial que possui. (Figura 15).

A concentração das atividades urbanas vai permitir o aparecimento de inúmeros empregos na área de serviços. A cidade que tem um contingente populacional avultado vivendo aglomera-

PROFISSÃO DOS ALUNOS POR SEXO E IDADE

TODAS AS ESCOLAS

Comércio - vendedor, balconista, porteiro, ajudante geral, caixa	Serviços domésticos - babá, faxineira
Não trabalha	Não definiu profissão
Escritório	Construção civil - aj. jardineiro
Atividade industrial/artesanal - metalurgia, serralheiro, costureira, mecânico	Comércio ambulante - aj. feira, sorveteiro, eventual

FIGURA 15

damente contribui no surgimento das necessidades de consumo da população que estimula a produção, razão de ser do comércio.

Apareceu em segundo lugar aqueles que desempenham a atividades domésticas, fazendo faxina, com contratos diários e mensais. Estão envolvidas aí alunas de quinta a oitava séries embora o maior número que apareceu corresponde a alunas de oitava série e existe um equilíbrio desse tipo de emprego nas várias escolas envolvidas na pesquisa.

Com atividade industrial aparece quantidade apreciável de empregos e confirma a existência de pequenas indústrias de confecções, bijouterias, bolsas, que absorvem enorme quantidade de braços.

Os trabalhos de escritório, banco, telefonista, estão sendo atribuídos aos alunos que apresentam melhores condições de instrução e responsabilidade e eles recaem naqueles que estão cursando as séries finais de 1º grau. Na construção civil encontramos cinco, no comércio ambulante aparece um, como também na jardinagem e funcionalismo.

Estes menores de modo geral pertencem a famílias cujos membros possuem baixo nível cultural e pouca qualificação para o trabalho, conseqüentemente lhes são atribuídos baixos salários, causa deles terem que recorrer a ajuda de todas as pessoas da casa, mesmo dos filhos que estão em idade escolar, o que ocasiona a necessidade de se transferirem para o noturno.

Esta mesma realidade observa Cortês (1986:201):

"A necessidade de ajudar a família está muito presente nos seus depoimentos. Do total de menores entrevistados, 78,6% afirmaram trabalhar para 'ajudar a

família'; sendo que 24,3% combinaram essa justificativa com explicações da ordem individual como 'gosto de trabalhar'; 'gosto de ter o meu próprio dinheiro'; ou 'é bom trabalhar para não ficar à toa'; 'trabalho para comprar minhas coisas'."

De uma forma ou de outra ela constatou em seu trabalho que as famílias de baixa renda se vêm obrigadas a lançar seus filhos menores no mercado de trabalho para suprir suas necessidades básicas.

No questionamento realizado sobre o desempenho de trabalho atual observa-se que a expectativa de melhora profissional é de todos apesar de que nem sempre conseguem o que gostariam de fazer; sem alternativa eles se submetem ao trabalho que aparece.

As respostas revelaram que continua liderando o trabalho no comércio com 34,07%. Constatamos que inúmeros deles melhoraram de situação saindo dos serviços domésticos e indo para a indústria, as respostas mostraram o crescimento para 15,05% do setor industrial e diminuindo para 9,74% os que trabalham em serviços domésticos.

O fato de se pensar desta forma é ocasionado por ser ele o setor de ocupação que mais foge à vigilância dos encargos sociais, como registro em carteira, férias, reajustes de salários vinculados às leis em vigor; explorando em grau mais acentuado o trabalhador.

Nos outros campos de atividade o número que aparece é pequeno tornando-se pouco significativo na análise em questão.

Em outubro de 1985, 5,30% dos alunos declararam-se de sempregados. Também não havia nenhum representante no serviço público nem na profissão liberal.

Uma das questões essenciais em relação à contratação do trabalho é a existência da carteira assinada, que constitui um documento obrigatório inclusive para os menores. Nela são registrados data de admissão, tipo de contrato, nome do empregador ou firma, a função do empregado, a remuneração, férias e até a rescisão do contrato.

A existência dela corresponde a condições legais na admissão do menor no trabalho além de dar-lhe amparo legal em termos de direitos trabalhistas: salário mínimo, INPS, contagem do tempo para aposentadoria, fundo de garantia por tempo de serviço.

Na realidade ela é uma garantia precária de proteção no emprego em função das transgressões que ocorrem em virtude de muitos empregadores se recusarem a dar caráter legal ao contrato de trabalho; e se de fato houver exigência por parte do empregado ele acaba sendo despedido, motivo pelo qual se calam e continuam sendo explorados em grau ainda maior; isto também observou Cheywa Spindel em seu trabalho (1985:7):

"... tem-se muitas vezes a impressão que a exploração do menor é muito mais o problema de ineficácia administrativa, de não obediência às normas legais, uma fiscalização facilmente corruptível, etc.. Como se na ilegalidade do trabalho do menor, estivesse a causa de sua exploração".

Entre os alunos em estudo 34,95% possuíam registro em carteira, 41,59% correspondiam aqueles integrantes da força produtiva e que estavam excluídos do contrato legal por recusa dos patrões.

Comparando-se as escolas, encontramos maior número de alunos legalmente registrados na EEPG Profa. Elza Saraiva Monteiro: eles correspondiam a 13,71% devendo-se levar em conta que esta foi a escola onde conseguimos quantidade mais elevada de entrevistas; isto porque uma professora da casa se propôs a ajudar na aplicação dos questionários e o fez em vários dias ; nas escolas Guilherme de Almeida e Prof. Alfredo Gomes, os questionários respondidos correspondem aos alunos presentes no dia da entrevista; quanto a situação da EEPG Profa. Rita Bicudo Pereira a entrevista se estendeu por vários dias por ser nela que eu leciono, isto deu oportunidade de abranger um número maior de alunos.

A Tabela 11 vai elucidar de forma clara a situação entre as escolas; estão na EEPG Profa. Rita Bicudo Pereira e na EEPG Profa. Elza Saraiva Monteiro o maior número de alunos menores que trabalham e não são registrados; aparecem também nas mesmas escolas o maior número daqueles que têm registro. A observação geral da tabela vai configurar uma situação de "ilegalidade" maior de menores, em relação àqueles que possuem situação legal.

Tentando-se avaliar por série, percebe-se que o fato do menor ser ou não um trabalhador registrado tem relação com a idade. Para as faixas de idade menor a tendência é de que estes alunos sejam contratados sem registro. Os que possuem situação

TABELA 11
REGISTRO EM CARTEIRA

ALTERNATIVA	EEPG PROFa. RITA BICUDO PEREIRA	EEPG PROFa. ELZA SARAIVA MONTEIRO	EEPG GUILHERME DE ALMEIDA	EEPG PROF. ALFREDO GOMES	TOTAL GERAL	%
POSSUI	19	31	17	12	79	34,95
NÃO POSSUI	30	29	20	15	94	41,59
NÃO TRABALHA	09	-	-	14	23	10,18
DESEMPREGADO	01	11	16	02	30	13,28
TOTAL	59	71	53	43	226	100,00

Fonte: Questionários aplicados - outubro/85

legal são aqueles que estão cursando a sétima ou oitava séries. Quanto aos itens, "não trabalha", "desempregado", existe um e equilíbrio entre as séries.

Levantamentos da PNAD (Pesquisa Nacional de Amostragem Domiciliar) de 1983, mostram a forma clara a negação pela contratação legal dos menores trabalhadores, a nível nacional e estadual - para cada 10 menores empregados, apenas 1,8 tem carteira assinada. Em São Paulo para cada 10 menores que trabalham 3,6 deles possuem registro.

A situação de São Paulo é levemente melhor do que a situação dos outros Estados da Federação.

Voltando à análise da remuneração dos menores trabalhadores 34,21% recebem ordenado entre um e um e meio salário mínimo, cabe observar que 22,36% que ganham menos de um salário mínimo a maioria são meninas demonstrando-se a discriminação de sexo atribuindo-se às meninas menor remuneração.

Existe equilíbrio entre os sexos para aqueles que recebem um salário. Verificou-se que os elementos que têm ordenado superior a dois salários mínimos são doze meninos e duas meninas e com renda maior só apareceu um rapaz.

Pode-se supor que a remuneração atribuída ao menor seja mais baixa porque a política salarial de alguns estabelecimentos comerciais ou industriais adota o pagamento do salário mínimo vigente. Geralmente são estabelecimentos pequenos que sofrem a política econômica do Governo: admitem funcionários sem qualificação e lhes atribuem baixos salários.

No caso do menor a situação piora: os patrões atribuem a eles qualificação inferior e os colocam nas faixas salariais mal remuneradas.

Na verdade, os irrisórios salários pagos a essas pesoas permite entender a presença deles no mercado de trabalho : ela contribui para a elevação da taxa de lucro das empresas e conseqüentemente eleva a acumulação de capital.

3.3.2. Jornada de trabalho e forma de pagamento

O período legal do dia de trabalho conforme CLT, é de 8 horas diárias, apesar de que alguns dos incluídos nesta pequisa declararam trabalhar um número de horas superior ao permitido. Sabe-se que esta é uma das maneiras de se realizar a super-exploração, sem haver alteração salarial devida.

Dos alunos trabalhadores entrevistados 39,37% têm um período de trabalho superior ao permitido significando uma sobrecarga bastante alta para aquelas pessoas que continuam em atividade, terminada a jornada de trabalho; com mudança na forma de desgaste de energia, inicialmente ele é físico e em seguida é intelectual uma vez que eles vão para a escola em busca de aprendizado diferente, confiantes que através dele conseguirão progredir na vida e argumentam:

"Estudando eu chegarei ao meu ideal".

"É difícil vencer na vida sem estudo".

"Só trabalho você não consegue emprego melhor".

Eles depositam grande confiança no que a escola possa lhes oferecer, além da atividade social que ela é para essa juventude. No ambiente escolar eles encontram liberdade, segurança,

e oportunidade de fazer inúmeras amizades.

O trabalho preenche o dia do aluno e limita seu horário de estudo, não sobrando praticamente tempo de lazer.

Para exemplificar pedimos a alguns alunos a descrição do seu dia. Eis um exemplo:

Walter, 17 anos, diz:

"Acordo 6h40, escovo os dentes, troco de roupa, pego minha mochila, ponho minha marmita e saio para trabalhar, pego o ônibus e vou até Santana para o serviço, entro 8h00, ponho minha roupa de trabalho, coloco minha marmita na geladeira e começo a trabalhar. Eu trabalho na Ótica Voluntários; eu trabalho com lente de óculos. Às 12h00 eu vou almoçar, depois às 13h00 volto ao trabalho a mesma coisa com lente de óculos, às 18h00 eu vou trocar de roupa e vou embora. Pego o ônibus, venho de pê até minha casa. Tomo banho, janto, pego meu material e vou para a escola. Eu estudo das 19h30 às 23h00 e vou para casa dormir. Eu ganho salário mínimo".

Esse sacrifício tem objetivo "para melhorar na vida" e a única forma de vencê-lo está na conquista do conhecimento que a escola vai lhe dar, por isso colocam todo empenho para conciliar os dois: trabalho e escola porque "sem trabalho não vivo e sem escola não progrido", conforme depoimento do aluno.

Na realidade uma atividade constitui empecilho para outra, isto dá para constatar também na fala da menina Andréia, 14 anos.

"Trabalho no Jardim Peri, acordo às 6h20 e saio de casa 6h50; entro no trabalho às 7h00, trabalho numa fábrica de lençol, sou arrematadeira. Paramos às

9h00 para tomar café e entramos às 9h15. Tenho uma hora de almoço e saio às 6h00 da tarde, de segunda a sexta".

O relógio passa a ser o fiscal constante para que o compromisso seja efetuado no horário previsto.

O mundo de compromisso desses alunos - trabalhadores quer escolar ou no serviço são preenchidos de regulamentos que os obrigam a agir.

Constatamos outro exemplo quando na reunião de entrega das avaliações do segundo bimestre de 1988 perguntamos à mãe do Adriano Luiz, 13 anos, aluno da 5ª série do período noturno, qual o motivo da constante ausência do menino às aulas, e uma das causas do baixo aproveitamento que ele vinha apresentando.

O relato efetuado pelo próprio aluno que estava na companhia de sua mãe nos surpreendeu.

"Eu trabalho na Casa da Esfiha, sou entregador, mais faço muitas coisas mais, trabalho na copa, vendo sorvete no balcão, etc. A minha hora de trabalho na semana é das 8h00 às 18h00 e eu acordo às 7h00. No fim de semana (sexta, sábado e domingo) eu trabalho das 8h00 da manhã às 10h00 da noite e nesses dias tenho 15 minutos de almoço. Eu ganho Cz\$ 15.000,00 e tenho uma folga na semana. O dinheiro que eu ganho é lógico que é pra dar em casa, mais eu fico com Cz\$ 5.000,00.

Este aluno faltava toda sexta-feira para trabalhar e às vezes também na segunda-feira, só que por cansaço.

É claro que o aproveitamento escolar fica bastante prejudicado, é impossível alguém que tenha tido uma jornada de

intensa atividade física conseguir grande aprendizado na escola, que é a tarefa que se segue; o cansaço físico impede que o bom aproveitamento aconteça.

Edmundo, 14 anos, 5^a série, também descreve:

"Eu trabalho de segunda a sábado na Folha de São Paulo, acordo de madrugada, às 4h00 da manhã para trabalhar; sou jornaleiro, chegando no serviço pego um tanto de jornal e saio para vender, quando acabo volto para prestar contas. Às 2h00 da tarde eu almoço no serviço mesmo, porque em casa não dá tempo. Saio às 14h30 e vou direto para a escola, estudo das 15h00 às 19h00; tem dia que eu perco a hora da escola.

Recebo Cz\$ 15.000,00 por mês, pego vale todo dia 22. Sô tenho o domingo para me divertir".

A jornada de trabalho desses alunos varia bastante, embora prevaleça a de 8 horas, sendo 27,43% aqueles que indicaram o número de horas trabalhada. É importante também mencionar os que desempenham 10 horas diárias que são 14,16%, como também é notável os que trabalham 9 horas, correspondendo a 10,62%.

A análise por série mostra que os trabalhadores com jornada maior estão cursando as últimas séries.

No ponto abordado sobre a forma de pagamento prevaleceu a mensal com um índice de 61,06%, os diaristas são em menor número e correspondem a 6,19% porque é prática desse tipo de pagamento os trabalhos de pedreiros e domésticas que aparecem em pequena proporção. Incluídos na designação "outros" (significando produção, tarefa, quinzena) existem 6,64%.

Essa forma de pagamento é pequena no processo produtivo em que eles estão inseridos.

3.3.3. Esperança do progresso e necessidade de trabalho

Prosseguindo nossa investigação ficou claro que todos expressam vontade de subir na escala social, uns permanecendo no emprego que estão porque gostam; a grande maioria objetiva outras atividades embora para que isso aconteça sejam necessários cursos específicos; eles são 61,06% e demonstram através da vontade de conseguir melhor salário, com o intuito de ver satisfeita maior quantidade de suas necessidades.

Entre as razões que eles apontam como causas das mudanças prevalece a de gostar da profissão pretendida e se incluem aqui 19,03% das opções; 13,28% mostram que a sua escolha está voltada para aquela que dá mais dinheiro, 12,83% expressaram que o trabalho pretendido é "melhor" e que é "uma maneira de crescer". Neste questionamento encontramos 23,45% sem responder e as demais opiniões são em número reduzido.

Os encargos mais pretendidos estão no setor terciário representados por: piloto, bancário, escritório, professor, manequim, investigador, boy, digitador, enfermeira e outros. Eles correspondem à vontade de 34,08% dos alunos, em seguida aparecem os interessados no setor industrial que são 8,40% cujas profissões ambicionadas são mecânico, metalúrgico, serralheiro, operador de máquina, técnico geral, eletrônica; em terceiro lugar aparece o serviço público, com uma porcentagem de 5,31%, em seguida vem a profissão liberal com 3,98% e os serviços domésticos com 0,44%.

A necessidade de ajudar a família é bastante presen-

te no relato dos menores, 58,41% dos 226 que responderam o ques
tionário declararam que seu ordenado compõe o orçamento mensal
 da família, 46,44% correspondem aqueles que ajudam nas despesas
 em geral como, compra de alimentação, pagamento de aluguel, luz,
 água, 7,52% compram alimentação, 1,33% pagam aluguel, 0,44% co
laboram na manutenção da casa, 2,22% são aqueles que ganham pa
ra si. (vide Tabela 12).

Outros informaram sua ajuda à família de outra forma,
 aí significa economia familiar e não remuneração; a partir do
 momento que eles assumem as tarefas domésticas liberando outro
 membro da casa para o trabalho assalariado, ou ajudando o pai
 em seu comércio, dispensando a contratação de um empregado, des
ta maneira participam da reprodução da família, embora de for
ma indireta.

Para a maioria deste grupo social a motivação funda-
 mental do seu trabalho é a necessidade de contribuir de alguma
 forma na renda familiar. São poucos os que justificaram seu
 trabalho como independência, ou mesmo vontade de assumir seus
 custos.

Como observa Cortes (1986:203):

*"... ao se considerar a estrutura familiar, mais es-
 pecificamente a da família das classes trabalhado-
 ras urbanas, sob o ponto de vista da produção capi-
 talista e da reprodução da força-de-trabalho, é pos-
 sível desvendar essa ambigüidade dos depoimentos
 dos menores a respeito da necessidade de seu traba-
 lho. Ou seja, a instituição familiar sob o modo de
 produção capitalista, no processo de reprodução da
 força de trabalho, participa dos mecanismos para
 tanto - acionados, na medida em que se encarrega da*

TABELA 12

SITUAÇÃO DOS ENTREVISTADOS QUANTO À CONTRIBUIÇÃO NO ORÇAMENTO
FAMILIAR

	SIM	NÃO	NÃO RESPONDEU	NÃO TRABALHA	TOTAL
EEPG Profa. Rita Bicudo Pereira					
5ª série	08	-	01	02	11
6ª série	06	-	01	03	10
7ª série	11	03	01	03	18
8ª série	19	-	-	01	20
Total	44	03	03	09	59
EEPG Profa. Elza Saraiva Monteiro					
5ª série	07	-	01	02	10
6ª série	11	01	02	-	14
7ª série	19	01	-	05	25
8ª série	10	07	01	04	22
Total	47	09	04	11	71
EEPG Guilherme de Almeida					
5ª série	06	02	01	07	16
6ª série	05	-	01	05	11
7ª série	11	02	-	03	16
8ª série	05	01	03	01	10
Total	27	05	05	16	54
EEPG Prof. Alfredo Gomes					
5ª série	05	01	05	03	14
6ª série	-	02	01	02	05
7ª série	-	05	01	03	09
8ª série	06	06	02	01	15
Total	11	05	09	09	43
TOTAL GERAL	132 (58,41%)	22 (9,74%)	21 (9,29%)	51 (22,56%)	226 (100%)

Fonte: Questionários aplicados - Outubro/85

sobrevivência/manutenção dos trabalhadores adultos e da formação de novos trabalhadores jovens".

A análise por série se assemelha ao que já foi exposto. Terminado o relato daqueles que mostraram vontade de mudar de atividade para progredir, encontramos 11,50% que declararam estar contentes com o que fazem, em seguida aparece 22,57% que representam os desempregados e os que nunca trabalharam, não responderam 4,87%.

Quando se tenta entender o trabalho do menor no âmbito das relações familiares, é necessário se levar em conta a situação da família e é importante analisá-la, para se verificar os motivos delas terem lançado seus filhos ainda em formação no mercado de trabalho.

Naturalmente é o processo produtivo que ao definir o nível de vida das famílias lhes atribuem compromissos reais e que para verem solucionados, recorrem ao trabalho dos filhos menores.

A família, enquanto fornecedora de força de trabalho tem sofrido diretamente o impacto das transformações sociais, a deteriorização das condições de vida das famílias das classes trabalhadoras ocasionadas pelo baixo poder aquisitivo do chefe de família, a alta constante do custo de vida, obrigam a inserção do menor no mercado de trabalho.

Na mesma linha de constatação Gouveia menciona, em sua pesquisa que realizou em São Paulo e Santo André em 1981, (1982:9):

"... o trabalho precoce não decorre necessariamente da desagregação familiar ou do fato de o menor provir de uma família incompleta. O que explica a entrada da criança ou do adolescente no mercado de trabalho, na maioria dos casos, são, antes, as díficuldades financeiras decorrentes dos baixos rendimentos dos adultos".

Entretanto em termos de grupo familiar, a entrada do menor no mercado de trabalho cria uma situação paradoxal. De um lado seu salário colabora para a elevação da renda familiar. De outro ele passa a ser concorrente do trabalhador adulto e a desvalorizá-lo; uma vez que trabalha o mesmo número de horas e recebe valor mais baixo do que os pagos aos adultos.

Quando se constata o rebaixamento do padrão de vida e a constante queda real dos salários, a família assume a carga de reproduzir a força de trabalho para o capital, numa situação criada por ele.

3.3.4. O trabalho e o rendimento escolar

Ao tentar analisar os caminhos do dia a dia dos nossos alunos do curso noturno ficamos conhecendo as amargas estratégias por eles efetuadas, na vontade de conseguir melhor situação na sociedade. Assumir a situação de estudar e trabalhar para o jovem significa enfrentar inúmeros problemas. Atividade remunerada integrada à vida do menor que estuda tem sido considerada difícil de ser vivida principalmente se for por muito tempo.

Os compromissos do trabalho acabam sendo empecilho para o aproveitamento normal dentro da escola e como o poder a

quisitivo desses alunos é restrito, a escolaridade não é prioridade e eles acabam por abandoná-la, inicialmente por período temporário com intenção de retomá-la dentro das possibilidades.

Apesar de na atualidade se pretender a democratização do ensino e mesmo que isto possa representar uma abertura para trabalhadores e seus filhos, a escola continua seletiva uma vez que no seu interior ela distribui diferentemente o saber dada a dificuldade das várias áreas da sociedade de absorver os ensinamentos. Desta forma permanecer na escola é difícil; o menor trabalhador a ela se dirige esgotado, cansado, até o momento que consegue um diploma, sem haver formação adequada para a sua profissão ou acaba desistindo de estudar.

Dada a relevância do fato é importante a análise entre a intenção trabalho-escola e como ela acontece na vida desses estudantes.

Os dados em estudo, obtidos nas escolas pesquisadas, são alguns dos indicadores dos conflitos desse cotidiano; eles se referem aos anos de 1984, 1985 e 1986, a escola deste período está ligada ao ano de 1985 quando foram aplicados os ques-tionários.

O referencial corresponde às tarefas que indicam a composição das escolas em março, nelas constam o ano, o período que no caso refere-se ao noturno, o horário de funcionamento do curso, número de classes, total de alunos matriculados em cada série e total geral em 31 de março. As tabelas seguintes referem-se à realidade no decorrer do ano relatando: afastamento por transferência, evadidos, retidos por freqüência, retidos por avaliação, promovidos e matrícula total. O número geral

em dezembro difere do indicado em março ocasionado pelas matrículas e transferências ocorridas durante o ano. Esse histórico compreende o período letivo de março a dezembro.

A tabela 13 nos demonstra que a EEPG Profa. Rita Bicu do Pereira teve um número de matrículas em março de 1984 no curso noturno de 73 alunos para a 5ª série do primeiro grau que foram distribuídas em duas classes. No decorrer do ano houve transferências, matrículas, evadidos, retidos por frequência, retidos por avaliação e promovidos; em dezembro a situação era a seguinte: 58,54% de alunos que não foram promovidos, alguns deles nem chegaram a avaliação final e ocorreu da seguinte forma: 18 evadidos, 18 retidos por frequência, 12 retidos por avaliação, num total de 48 (58,54%); 4 foram transferidos e 30 corresponde ao número de promovidos correspondendo a 36,59%. No ano de 1985 a situação apresentou pouca variação embora tenha aumentado para 58,82% o número daqueles que permaneceram na mesma série; sendo 18 os evadidos, 19 os retidos por frequência e 13 os retidos por avaliação num total de 50 alunos, este resultado é de dezembro para uma matrícula de 79 alunos em março que formavam duas classes; neste ano nas quintas séries a promoção foi de 36,48% correspondendo a 31 alunos. Continuando a análise na mesma série no ano de 1986 constatamos que em março o número de matrículas aumentou e isto ocorreu de forma gradativa nos três anos em análise; no mesmo ano os reprovados e evadidos somaram 61 correspondendo a 71,76%; as promoções baixaram para 24,72% correspondendo a 21, e os alunos transferidos foram 3,52%.

O que ocorreu nestes três anos em relação à 5ª série do primeiro grau foi grande procura em março, aumentando o nú

TABELA 13

EEPG PROFa. RITA BICUDO PEREIRA

RENDIMENTO ESCOLAR DOS ALUNOS - 5ª SÉRIE

5ª SÉRIE MATRÍCULA/MARÇO	ANO	CLASSES	EVASÃO-RETIDOS	PROMOVIDOS	TRANSFERIDOS	MATRÍCULA TOTAL
73	1984	2	48 - 58,54%	30 - 36,59%	4 - 4,87%	82 - 100%
79	1985	2	50 - 58,82%	31 - 36,48%	4 - 4,70%	85 - 100%
81	1986	2	61 - 71,76%	21 - 24,72%	3 - 3,52%	85 - 100%

Fonte: Dados fornecidos pela escola.

mero de participantes todos os anos, o mesmo ocorreu com a evasão embora tenha sido mais acentuada no ano de 1986; as promoções diminuíram de ano para ano e em 1986 baixaram de forma significativa.

Para as sextas séries a situação é semelhante, vamos encontrar grande número de matrículas em março com mais alunos em 1985; quanto à evasão notamos que ela começa a diminuir em relação à quinta série, apesar de ser alta também e apresenta maior elevação em 1986; a situação de dezembro mostra que as promoções decresceram entre 1984 a 1986. (vide Tabela 14)

Os argumentos alegados corresponderam aos empecilhos que a vida de um trabalhador impõem: *"repeti três anos; sou cobrador de ônibus e o horário não dá pra chegar", "estava fraco, não ia dar desisti", "motivo de trabalho, não dá para chegar nem na segunda aula"*.

Encontramos uma certa estabilidade nas sétimas e oitavas séries no número de alunos existentes no decorrer do ano, as evasões diminuem sensivelmente e se tornam ainda menor no último ano do curso. (vide Tabelas 15 e 16).

Essa mesma realidade é constatada por Cortes (1986 : 317), em seu trabalho sobre o menor na cidade de Araraquara:

"... é plausível referir-se ao atraso escolar dessa população assim como à evasão escolar existente".

A forma mais direta para eu saber o motivo da desistência de estudar foi procurar esses alunos em casa e perguntar ao menor porque parou de estudar, dessa maneira constatei também até que ponto o trabalho interfere na formação educacional desses jovens.

TABELA 14
EEPG PROFa. RITA BICUDO PEREIRA
RENDIMENTO ESCOLAR DOS ALUNOS - 6ª SÉRIE

6ª SÉRIE MATRÍCULA/MARÇO	ANO	CLASSES	EVASÃO-RETIDOS	PROMOVIDOS	TRANSFERIDOS	MATRÍCULA TOTAL
79	1984	2	48 - 55,82%	36 - 41,86%	2 - 2,32%	86 - 100%
83	1985	2	50 - 53,76%	37 - 39,78%	6 - 6,46%	93 - 100%
76	1986	2	51 - 62,96%	27 - 33,34%	3 - 3,70%	81 - 100%

Fonte: Dados fornecidos pela escola

TABELA 15
EEPG PROFa. RITA BICUDO PEREIRA
RENDIMENTO ESCOLAR DOS ALUNOS - 7ª SÉRIE

7ª SÉRIE MATRÍCULA/MARÇO	ANO	CLASSES	EVASÃO-RETIDOS	PROMOVIDOS	TRANSFERIDOS	MATRÍCULA TOTAL
71	1984	2	27 - 36,49%	43 - 58,11%	4 - 5,40%	74 - 100%
76	1985	2	29 - 34,93%	54 - 65,07%	0 - -	83 - 100%
71	1986	2	26 - 36,61%	41 - 57,75%	4 - 5,64%	71 - 100%

Fonte: Dados fornecidos pela escola

TABELA 16
EEPG PROFa. RITA BICUDO PEREIRA
RENDIMENTO ESCOLAR DOS ALUNOS - 8ª SÉRIE

8ª SÉRIE MATRÍCULA/MARÇO	ANO	CLASSES	EVASÃO-RETIDOS	PROMOVIDOS	TRANSFERIDOS	MATRÍCULA TOTAL
62	1984	2	16 - 25,39%	46 - 73,02%	1 - 1,59%	63 - 100%
72	1985	2	19 - 25,00%	57 - 75,00%	- -	76 - 100%
76	1986	2	16 - 20,77%	58 - 75,34%	3 - 3,89%	77 - 100%

Fonte: Dados fornecidos pela escola.

As explicações dadas pela desistência da escola referem-se na sua maioria a empecilhos ocasionados pelo trabalho : "horário de trabalho, não dava para chegar nem na segunda aula", "cansaço do trabalho", "estava fraco não ia dar para passar de sisti", "estava fraco porque brincava muito", "repeti três vezes e desisti", "isto porque trabalhava por turno e na semana que era escalado para tarde e noite não ia na aula", "não conseguia aprender matemática". Um ponto sobre o qual me parece importante chamar a atenção é que o aluno coloca sobre si a culpa de "ter baixo aproveitamento", da "dificuldade de apren-der", do "não querer estudar", etc. Foram poucos os que declararam que a "a aula não era interessante", "o professor não sabia ensinar".

Outras razões são frequentemente mencionadas como esgotamento físico, cansaço; alguns ainda colocaram o fato de ter muito sono e dormir na aula, porque trabalhavam pesado o dia todo.

A realidade da EEPG Profa. Elza Saraiva Monteiro é semelhante a da escola relatada anteriormente; a evasão nas quintas e sextas séries é grande melhorando nas sétimas e se estabilizando nas oitavas. (vide Tabelas 17 a 20).

A escola no ano de 1984 contava com 105 alunos matriculados na quinta série do curso noturno, no mês de março, cuja divisão deu origem a três classes. No decorrer do ano vamos constatar a evasão de 35 deles e 20 ficaram retidos por avaliação, eles correspondem aos alunos que de uma forma ou de outra não conseguiram ir para a série seguinte e representam 51,87% das classes, os promovidos são 41,53% e vai aparecer 6,60% que

se transferiram.

No ano de 1985 vamos encontrar duas quintas séries e 72 alunos: essa redução se deve a uma seleção feita pela direção da escola; não foram aceitos os desistentes do ano anterior, como também aqueles que só deram problemas disciplinares e não apresentaram aproveitamento nos estudos; a evasão desse ano nessa série foi de 62,95% correspondendo aos evadidos, retidos por avaliação e retidos por frequência, os promovidos foram 27,18% e vai aparecer a transferência de 9,87% da classe.

Como a evasão das quintas séries foi grande, no ano de 1986 a direção da escola resolveu ampliar o número de classes das primeiras séries e criar no noturno o curso supletivo, iniciando o funcionamento de uma primeira e de uma segunda séries. A direção da escola achou viável essa mudança por preter maior aproveitamento por parte da clientela, o que não vinha ocorrendo com as quintas séries cujos alunos além de não apresentarem aproveitamento davam inúmeros problemas de disciplina. A única quinta série que ficou apresentou no decorrer do ano alto índice de evasão correspondendo a 18 alunos, e 3 foram retidos por avaliação: vemos aí constatado um índice de 52,5% da classe que não conseguiram dar continuidade aos seus estudos; foram promovidos 45% do total e aparece uma transferencia. Comparando-se os três anos encontramos baixo índice de aprovação no ano de 1985 melhorando sensivelmente em 1986; tal fato se deve à seleção da clientela.

Relatamos informações obtidas na escola sobre o procedimento adotado para se tentar melhorar o aproveitamento da aquela clientela: a maneira encontrada para não prejudicar os

que tinham interesse em estudar foi excluir os indisciplinados.

Até que ponto constitui acerto a atitude adotada ou estaria a escola funcionando como órgão reprodutor de desigualdades sociais?

Partindo-se do pressuposto que esses alunos indisciplinados sejam oriundos de famílias desagregadas ou incompletas, de que forma poderíamos exigir deles o que nunca aprenderam? Ou estaria a escola se desencumbindo da tarefa de educar?

As sextas séries dessa escola nos anos que estão sendo investigados tiveram duas classes, em 1984 o número de alunos era de 71, em 1985 aumentaram para 77 e em 1986 diminuíram para 65; a relação dos desistentes e dos retidos por avaliação ou por frequência diminuíram em relação à série anterior e cresceram as porcentagens de promoções que foram 65,29% em 1984, 51,83% em 1985 e 53,74% em 1986.

Nas sétimas séries vamos encontrar uma estabilidade maior tanto quanto ocorreu na escola anterior, o número de alunos evadidos e retidos diminui como nos mostra a tabela a seguir.

A evasão e reprovação nesta escola foi maior nesta série em relação a EEPG Profa. Rita Bicudo Pereira; as aprovações cresceram em 1984 e 1986.

No último ano do curso a situação é mais estável, o número de matrículas de março se equilibra com as aprovações de dezembro, as evasões e reprovações são pequenas.

TABELA 17
EEPG PROFa. ELZA SARAIVA MONTEIRO
RENDIMENTO ESCOLAR DOS ALUNOS - 5ª SÉRIE

5ª SÉRIE MATRÍCULA/MARÇO	ANO	CLASSES	EVASÃO-RETIDOS	PROMOVIDOS	TRANSFERIDOS	MATRÍCULA TOTAL
105	1984	3	55 - 51,87%	44 - 41,53%	7 - 6,60%	106 - 100%
72	1985	2	51 - 62,95%	22 - 27,18%	8 - 9,87%	81 - 100%
38	1986	1	21 - 52,50%	18 - 45,00%	1 - 2,5 %	40 - 100%

Fonte: Dados fornecidos pela escola

TABELA 18
EEPG PROFa. ELZA SARAIVA MONTEIRO
RENDIMENTO ESCOLAR DOS ALUNOS - 6ª SÉRIE

6ª SÉRIE MATRÍCULAS/MARÇO	ANO	CLASSES	EVASÃO-RETIDOS	PROMOVIDOS	TRANSFERIDOS	MATRÍCULA TOTAL
71	1984	2	22 - 30,55%	47 - 65,29%	3 - 4,16%	72 - 100%
77	1985	2	37 - 44,56%	43 - 51,83%	3 - 3,61%	83 - 100%
65	1986	2	30 - 44,77%	36 - 53,74%	1 - 1,49%	67 - 100%

Fonte: Dados fornecidos pela escola

TABELA 19
EEPG PROFa. ELZA SARAIVA MONTEIRO
RENDIMENTO ESCOLAR DOS ALUNOS - 7ª SÉRIE

7ª SÉRIE MATRÍCULA/MARÇO	ANO	CLASSES	EVASÃO-RETIDOS	PROMOVIDOS	TRANSFERIDOS	MATRÍCULA TOTAL
70	1984	2	16 - 22,87%	52 - 74,28%	2 - 2,85%	70 - 100%
74	1985	2	36 - 45,55%	37 - 46,86%	6 - 7,59%	79 - 100%
72	1986	2	31 - 40,78%	43 - 56,59%	2 - 2,63%	76 - 100%

Fonte: Dados fornecidos pela escola

TABELA 20
EEPG PROFa. ELZA SARAIVA MONTEIRO
RENDIMENTO ESCOLAR DOS ALUNOS - 8ª SÉRIE

8ª SÉRIE MATRÍCULA/MARÇO	ANO	CLASSES	EVASÃO-RETIDOS	PROMOVIDOS	TRANSFERIDOS	MATRÍCULA TOTAL
55	1984	2	10 - 17,23%	47 - 81,05%	1 - 1,72%	58 - 100%
61	1985	2	16 - 25,80%	41 - 66,14%	5 - 8,06%	62 - 100%
56	1986	2	15 - 26,31%	42 - 73,69%	- -	57 - 100%

Fonte: Dados fornecidos pela escola

Minha investigação na residência dos desistentes da EEPG Profa. Elza Saraiva Monteiro revelou a mesma realidade já constatada: "*trabalho até às 20h00 não dá para chegar*", "*indisciplina, recebi transferência*", "*dificuldade em matemática*", "*comecei namorar meu pai me tirou da escola*", "*trabalho longe*".

A análise efetuada corresponde à realidade do Jardim Peri, a seqüência da investigação vai abordar escolas que se localizam em setores vizinhos, cuja finalidade é averiguar se existe semelhança nos fatos ocorridos.

Constatei que na EEPG Guilherme de Almeida nesses três anos o número de alunos matriculados em cada uma das séries foi muito maior do que nas escolas descritas, ela contou com organização de classes que variou de 4 a 6 por série, como demonstram as tabelas 21, 22, 23 e 24.

A seqüência da realidade desta escola se assemelha às duas anteriores. Apresenta um número grande de matrículas em março e no decorrer do ano ocorre evasão e reprovação grande; sendo que este fenômeno é maior nas quintas séries diminuindo na sexta e se estabilizando nas sétimas e oitavas séries.

As entrevistas feitas nas casas dos desistentes revelaram um quadro semelhante aos que já foram colocados; as tabelas 25 a 28 referem-se a realidade da EEPG Prof. Alfredo Gomes.

A realidade desta escola é constituída de 242 alunos do curso noturno no ano de 1984, eles estavam distribuídos em duas classes por série, nesse ano nas quintas séries, houve uma evasão de 58,22% sendo que 28 correspondiam aos evadidos e 18 os retidos por avaliação, foram promovidos 32,92% e 7 se transferiram correspondendo a 8,86%; essas classes em março tinham

TABELA 21
EEPG GUILHERME DE ALMEIDA
RENDIMENTO ESCOLAR DOS ALUNOS - 5ª SÉRIE

5ª SÉRIE MATRÍCULA/MARÇO	ANO	CLASSES	EVASÃO-RETIDOS	PROMOVIDOS	TRANSFERIDOS	MATRÍCULA TOTAL
216	1984	6	189 - 80,28%	44 - 18,88%	2 - 0,84%	236 - 100%
207	1985	6	121 - 64,01%	64 - 33,88%	4 - 2,11%	189 - 100%
178	1986	5	123 - 69,11%	54 - 30,33%	1 - 0,56%	178 - 100%

Fonte: Dados fornecidos pela escola.

TABELA 22
EEPG GUILHERME DE ALMEIDA
RENDIMENTO ESCOLAR DOS ALUNOS - 6ª SÉRIE

6ª SÉRIE MATRÍCULA/MARÇO	ANO	CLASSES	EVASÃO-RETIDOS	PROMOVIDOS	TRANSFERIDOS	MATRÍCULA TOTAL
188	1984	5	160 - 72,07%	57 - 25,68%	5 - 2,25%	222 - 100%
162	1985	5	85 - 52,48%	73 - 45,06%	4 - 2,46%	162 - 100%
200	1986	6	133 - 66,5 %	67 - 33,50%	- -	200 - 100%

Fonte: Dados fornecidos pela escola

TABELA 23
EEPG GUILHERME DE ALMEIDA
RENDIMENTO ESCOLAR DOS ALUNOS - 7ª SÉRIE

7ª SÉRIE MATRÍCULA/MARÇO	ANO	CLASSES	EVASÃO RETIDOS	PROMOVIDOS	TRANSFERIDOS	MATRÍCULA TOTAL
151	1984	5	81 - 51,92%	71 - 45,52%	4 - 2,56%	156 - 100%
157	1985	5	60 - 60,0 %	36 - 36,0 %	4 - 4,0 %	100 - 100%
157	1986	5	90 - 57,34%	66 - 42,03%	1 - 0,63%	157 - 100%

Fonte: Dados fornecidos pela escola

TABELA 24
EEPG GUILHERME DE ALMEIDA
RENDIMENTO ESCOLAR DOS ALUNOS - 8ª SÉRIE

8ª SÉRIE MATRÍCULA/MARÇO	ANO	CLASSES	EVASÃO-RETIDOS	PROMOVIDOS	TRANSFERIDOS	MATRÍCULA TOTAL
136	1984	4	62 - 37,80%	100 - 60,99%	2 - 1,21%	164 - 100%
118	1985	4	31 - 25,40%	89 - 71,97%	2 - 1,63%	122 - 100%
139	1986	4	35 - 25,19%	102 - 73,38%	2 - 1,43%	139 - 100%

Fonte: Dados fornecidos pela escola

TABELA 25
EEPG PROF. ALFREDO GOMES
RENDIMENTO ESCOLAR DOS ALUNOS - 5ª SÉRIE

5ª SÉRIE MATRÍCULA/MARÇO	ANO	CLASSES	EVASÃO-RETIDOS	PROMOVIDOS	TRANSFERIDOS	MATRÍCULA TOTAL
62	1984	2	46 - 58,22%	26 - 32,92%	7 - 8,86%	79 - 100%
75	1985	2	39 - 49,36%	37 - 46,85%	3 - 3,79%	79 - 100%
83	1986	2	68 - 72,34%	16 - 17,03%	10 - 10,63%	94 - 100%

Fonte: Dados fornecidos pela escola

TABELA 26
EEPG PROF. ALFREDO GOMES
RENDIMENTO ESCOLAR DOS ALUNOS - 6ª SÉRIE

6ª SÉRIE MATRÍCULA/MARÇO	ANO	CLASSES	EVASÃO-RETIDOS	PROMOVIDOS	TRANSFERIDOS	MATRÍCULA TOTAL
66	1984	2	36 - 45,0 %	41 - 51,25%	3 - 3,75%	80 - 100%
71	1985	2	58 - 78,37%	14 - 18,93%	2 - 2,70%	74 - 100%
79	1986	2	55 - 65,47%	24 - 28,58%	5 - 5,95%	84 - 100%

Fonte: Dados fornecidos pela escola

TABELA 27
EEPG PROF. ALFREDO GOMES
RENDIMENTO ESCOLAR DOS ALUNOS - 7ª SÉRIE

7ª SÉRIE MATRÍCULA/MARÇO	ANO	CLASSES	EVASÃO-RETIDOS	PROMOVIDOS	TRANSFERIDOS	MATRÍCULA TOTAL
60	1984	2	27 - 38,57%	41 - 58,58%	2 - 2,85%	70 - 100%
51	1985	2	37 - 71,15%	15 - 28,85%	- -	52 - 100%
39	1986	1	23 - 57,5 %	15 - 37,5 %	2 - 5,0 %	40 - 100%

Fonte: Dados fornecidos pela escola

TABELA 28
EEPG PROF. ALFREDO GOMES
RENDIMENTO ESCOLAR DOS ALUNOS - 8ª SÉRIE

8ª SÉRIE MATRÍCULA/MARÇO	ANO	CLASSES	EVASÃO-RETIDOS	PROMOVIDOS	TRANSFERIDOS	MATRÍCULA TOTAL
54	1984	2	16 - 30,76%	36 - 69,24%	-	52 - 100%
45	1985	2	20 - 44,44%	20 - 44,45%	5 - 11,11%	45 - 100%
20	1986	1	4 - 20,0 %	15 - 75,0 %	1 - 5,0 %	20 - 100%

Fonte: Dados fornecidos pela escola

62 alunos. Em 1985 a matrícula em março aumentou para 75 alunos e a evasão diminuiu para 49,36%, 35 eram os evadidos e 4 os retirados por avaliação, transferidos nesse ano aparecem 3,79%. Em 1986 as matrículas em março foram de 83 alunos embora suba bastante a evasão para 72,34% cuja situação correspondia a 56 evasões, 1 retido por frequência e 11 retidos por avaliação, os promovidos foram 17,03% e houve 10 transferências. O ano de 1986 teve maior número de matrículas em março como também ocorreu uma grande quantidade de evasões e reprovações, o número de aprovados foi o mais baixo do período em análise. Nas sextas séries encontramos matrículas em março suficiente para formar duas classes em 1984, a evasão desta série foi de 45,0% incluídos os alunos retidos por avaliação, os promovidos foram 51,25% e transferidos houve 3. No ano de 1985 para 71 matrículas em março tivemos 78,37% entre retidos e evadidos; porcentagem muito alta; a promoção contou com 18,93% quantidade pequena pelo número de alunos que passaram pela escola no decorrer do ano; para 1986 vamos constatar 79 matrículas em março, duas classes formadas; em dezembro aparece 65,47% de alunos que permaneceram na mesma série incluindo retidos e evadidos, as promoções contaram com 28,58%.

Na sétima série as matrículas em março vão variar, em 1984 aparecem 60 matriculados que formaram duas classes; no ano seguinte são 51 os alunos no começo do ano, que também deram origem a 2 classes; em 1986 aparecem 39 alunos que formaram uma classe, os alunos evadidos baixaram em relação ao ano anterior, embora continuasse alto o número de promoções.

Vamos encontrar uma estabilidade maior na oitava sê

rie, nos dois primeiros anos aparece em março 54 e 45 alunos que formam 2 classes, em 1986 esse número se reduz para 20 de saparecendo uma classe, melhora o índice de aprovação e a de sistência no decorrer do ano diminui.

As questões apontadas como causa da desistência nes sa escola revelam que a sua clientela refletem ser, alguns de les, originários de famílias desagregadas ou mesmo provir de famílias incompletas.

A maneira tribulenta e mesmo grosseira de se relacio narem, demonstra pessoas que nunca tiveram em casa alguém que os orientasse sobre a forma mais acertada de se relacionar com os colegas ou mesmo com superiores que os orientam dentro da escola.

Quando estive nesta escola para aplicar os questioná rios tive oportunidade de observar isso como também alguns de les de forma pouco delicada negaram a responder às questões , embora fosse esclarecido que eles não eram obrigados a fazê-lo.

Quando percorri a casa dos desistentes para questio nar a causa do abandono do estudo ouvi as seguintes respostas: *"trabalho, e o lugar que passo para chegar em casa é perigoso" (favela), "não tinha condição de comprar material", "pai faleceu, tive que trabalhar e o horário não dá para chegar", "saí porque no ambiente escolar havia muita indisciplina".*

Os dados apresentados mostram que a evasão escolar no noturno é muito grande como também a repetência, mais acentua da nas 5^{as} e 6^{as} séries; para as 7^{as} e 8^{as} a situação muda, e xiste uma estabilidade maior na frequência e cresce o número de aprovações.

A trajetória percorrida para se entender algumas atitudes praticadas pelos menores estudantes do período noturno da periferia nos leva a uma série de reflexões sobre os conflitos no valor da escola para o menor estudante e o retorno dado pelo mercado.

Ficou constatado que a clientela em estudo faz parte de famílias de trabalhadores que têm necessidade, para completar o orçamento familiar, lançar seus filhos menores e estudantes no mercado de trabalho, cuja finalidade é colaborar nas despesas e assumir alguns gastos pessoais.

Constatação anterior nos leva a concluir que quando se propõem a conciliar escola e trabalho inúmeras barreiras a parecem.

Esses alunos saem de casa muito cedo, enfrentam condução geralmente lotada, trabalham o dia todo, no fim da tarde de volta só têm tempo de tomar um banho, pegar o material e ir para a aula. São poucas as condições que lhes sobram para o aprendizado; fatigado e sem coragem o único interesse que lhes sobra é a satisfação do encontro com amigos além do ambiente seguro que a escola lhes oferece para que desenvolvam um círculo melhor de amizades.

Com o decorrer dos meses surgem as primeiras avaliações, mediante os resultados eles se desencantam, tentam mais um período, embora a recuperação seja difícil pela falta de tempo disponível para estudar, além da fadiga e tempo hábil para chegar no início do período, colaborem para a situação se tornar cada vez pior e acabam desistindo da escola com esperanças de poder recomeçar no ano seguinte.

Não há opção: o trabalho precisa ser mantido como lem
bra Carvalho (1985:35):

*"... o aluno do curso noturno sô é aluno porque tra
balha. E pelo fato de estar trabalhando ou procu
rando trabalho que ele se matricula na escola".*

O mercado de trabalho urbano seja ele no comércio ou na indústria exige cada vez mais dos indivíduos qualificação pa
ra o desempenho dos cargos que possam oferecer.

O jovem se vê pressionado a se matricular na escola afim de conseguir o emprego e continua nela com o objetivo de melhorar na função que passa a desempenhar.

Isto se deve ao fato de se julgar que a tarefa de es
colarização prepara o indivíduo para desempenhar melhor o car
go que ocupa, embora saibamos que o trabalho bloqueia, trunca
ou mesmo encerra a trajetória educacional do menor.

Informações estatísticas divulgadas pelo IBGE sobre a última década como também os dados do PNAD dos últimos anos têm mostrado crescente incorporação de menores de idade no mercado de trabalho, observa-se elevação dos níveis de escolaridade como também tem aumentado a quantidade de menores que trabalham e estudam.

Dando seqüência aos questionamentos procurei obter informação sobre a importância do estudo e do trabalho na vida das pessoas em análise.

O resultado das opiniões de todas as escolas incluin
do-se análise por série para detectar a maturidade do aluno, ob
tivemos grande ênfase da importância do conhecimento obtido na escola para vencer na vida; possibilitando em termos futuros ,

melhor emprego ou mesmo subir de cargo no trabalho em que es
tão.

O resultado correspondeu a 57,08% representando a o
pinião de 129 alunos; sô na sexta sêrie que predominou: "*ambos*
são importantes - trabalho e estudo".

Obtivemos alguns comentários que os ensinamentos es
colares são pouco utilizados no desempenho de suas funções de
trabalho, eles ajudam de forma geral, alegaram que não é precii
so estudar para trabalhar e que o desempenho da função melhora
com a prática.

Em segundo lugar, correspondendo a 36,37% das opii
niões num total de 83 alunos, apareceu ambos (trabalho e estu
do são importantes); os que deram essa resposta justificaram
suas razões ressaltando o valor da dependência uma da outra:
"*sem trabalho não como e sem estudo não subo no emprego*". Vê-
se aqui um ciclo vicioso, preenchido de problemas ocasionados
por se tentar desempenhar as duas atividades.

Os problemas enfrentados pelo menor representam ini
cumbências difíceis de carregar. No trabalho eles são os elee
mentos chaves nas relações sociais de produção; no estudo, pee
los ensinamentos recebidos, eles constituem objeto de reprodu-
ção da ideologia dominante face à necessidade social no prepa-
ro da força de trabalho.

Valorizando sô o estudo tivemos 25,22% corresponden-
do a opinião de 57 alunos e se obteve deles as expressões: " o
estudo é importante para poder ter uma profissão melhor", " paa
melhorar na vida", "para prevenir o futuro".

Dando importância só ao trabalho a porcentagem de valor é pequena (5,31%) e se justificaram nas frases "*trabalho pa*ra me sustentar", "*é muito importante*".

Foi abordado também como questão importante no dia a dia do estudante trabalhador a distância que ele tem que percorrer de casa ao trabalho e de casa até a escola.

O local do emprego da maioria dessas pessoas está distante do Jardim Peri de oito a dez quilômetros; 18,58% fazem esse trajeto, predominando alunos de sétimas e oitavas séries.

Distantes do trabalho de cinco a sete quilômetros aparecem alunos com 14 anos de idade representantes de quintas e sextas séries; trabalhando no Jardim Peri existem 16,37%.

Em relação ao trajeto que eles fazem para chegar na escola é pequeno, a maioria desses estudantes mora nas proximidades dela: para 67,70% dos alunos, suas casas estão a quinhentos metros da escola; até mil metros existem 17,70%. A porcentagem que tem dois quilômetros de distância é pequena (4,87%) e trajeto superior é inexpressivo. Convém lembrar que essas distâncias são feitas a pé. Via de regra a condução que esses alunos utilizam para chegar ao trabalho é ônibus: 44,69% deles utilizam só ônibus; trabalhando perto e que dispensam transporte são 19,47%; tendo necessidade de tomar ônibus e metrô existe uma porcentagem de 10,62%; as demais formas de locomoção como bicicleta, moto são insignificantes. Utilizando-se de duas conduções encontramos 8,85%. É bastante expressivo o número de alunos que deixaram de mencionar como chegam ao local de trabalho.

A pergunta sobre a frequência à escola fora do horário de aula, 83,63% responderam que isso não ocorre por questões óbvias, eles trabalham e não possuem tempo livre para fazê-lo. Constata-se que a experiência social desses menores é bastante restrita, influenciada pela condição de trabalhador.

Quando acontece situação inversa, isto é, alunos que estão em férias do trabalho, ou aqueles cujo expediente é meio período ocorre que não existe espaço livre que eles possam utilizar no prédio da escola isto porque elas funcionam com hora aula das 7h00 às 23h10 não possibilitando nem a utilização da quadra, porque o barulho perturba o andamento das aulas. O período disponível da área escolar para a comunidade ocorre nos fins de semana: é por isso que vai aparecer 43,75% frequentando a escola no domingo e 25,0% no sábado, eles vão participar de treinos, organizam jogos amistosos e às vezes campeonato.

Foi indagado sobre o que eles mais apreciavam na escola: 44,26% revelou que é da atenção e do tratamento dado pelos professores; 25,24% expressaram sua afeição pelos colegas, interesse nos diálogos e troca de idéias que ocorre nos intervalos e recreios; apareceu também um grupo de 10,49% que gosta dos ensinamentos que recebem.

Surgiu uma porcentagem de 5,90% que gostavam da quadra para se divertir e 3,93% tinham interesse por um pouco de tudo; em pequena proporção apareceram aqueles a quem agradavam conversar com as meninas, os passeios organizados na escola, a diretora, as festas, o espaço aberto para criatividade; surgiram inclusive os que não gostavam de nada.

3.3.5. *Relações aluno-escola-trabalho*

A escola procura desenvolver no aluno a capacidade de pensar, analisar e interpretar de forma crítica a realidade que o cerca. Essa realidade é o todo que envolve a sociedade e natureza; cabe ao professor levar o aluno a compreender o espaço produzido pela sociedade.

Para que isso aconteça é necessário ele entender as relações entre os homens na produção dos bens materiais.

Existe uma divisão acentuada entre trabalhador manual e o intelectual; o ensinamento transmitido ao trabalhador-estudante na escola tem pouca relação com a sua prática de trabalho.

A nossa sociedade estabelece divisões no saber, a prxis escolar está voltada para a formação global do estudante , segundo ela pretende dar ao estudante o necessário para se relacionar com o grupo à medida que lhe for cobrado segundo seu âmbito de relações.

Dessa forma ela funciona como seletora daqueles que por motivo de trabalho, ou mesmo de grupo social lhes faltam condições de assimilação através dessa prática ela distribui diferentemente o saber.

Quando o aluno procura um emprego exige-se dele estudo para entrar, embora na prática não vá utilizá-lo. Também para que haja estabilidade no trabalho e progresso na carreira é exigido que ele prossiga nos estudos.

A prática do ensinamento na escola difere daquela dada no trabalho; na sala de aula a matéria é transmitida pelo

professor para um grupo de 35 a 40 alunos e é a prova que vai avaliar se o aluno aprendeu ou não, a sua aprovação é determinada pela média dos quatro bimestres. Isto não ocorre no emprego quando se admite um empregado, o encarregado ensina o serviço e ele já vai executando o trabalho, o chefe fiscaliza e corrige os erros e aos poucos a tarefa vai saindo melhor.

Já ficou constatada a importância que o aluno-trabalhador dá ao estudo depositando nele a esperança de melhorar sua posição na escala social embora existam outros motivos da frequência à escola além da:

"... crença de que a extensão da escolaridade é importante para a obtenção de um bom emprego para progredir na vida".

como coloca Gouveia (1983:7). Eles deixam claro que gostam do período de escolaridade porque existem outros elementos que o tornam agradável; a escola é o ponto de encontro com os amigos, o local onde trocam idéias de forma descontraída como também onde se relacionam com as meninas.

O ensino noturno é a única opção para o trabalhador pois os depoimentos obtidos mostram que o serviço lhe foi imposto por necessidade familiar ou até mesmo para se manter.

Existe uma condição social especial, um horário diferente que de uma forma aparente pretende lhe fornecer condições de igualdade no grupo, embora seja bastante discriminatória quando tudo isso ocorre em função da posição que o estudante do noturno desempenha no processo produtivo.

O conteúdo desenvolvido no noturno é limitado: ele é organizado de acordo com as condições de assimilação da classe,

esses alunos enfrentam uma tarefa intelectual após um dia de trabalho intenso e por muito otimista que se seja o seu aprendizado é pequeno. Também nos mostra Carvalho (1985:35):

"... em síntese, ensina-se menos à noite, exige-se menos e reprova-se mais".

O cotidiano permeado de conflitos não é percebido pelo trabalhador estudante que ao terminar sua jornada de trabalho dirige-se para a escola em busca do saber, cansado, mal alimentado e nem sempre consegue aprender.

Mediante as avaliações e a constatação do resultado negativo, ele se desestimula, desiste antes do final do ano para não sofrer humilhação com a reprovação; diante de tantos problemas ele se atrasa e perde na competição do mercado de trabalho e passa a ser mais explorado.

Sua presença no processo produtivo significa a substituição do trabalhador adulto para o mesmo desempenho embora a intenção seja lhe atribuir pouca qualificação e reduziro seu salário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com o que foi colocado como objetivos no início deste trabalho, buscamos investigar as condições reais existentes entre estudo e trabalho do menor; as relações entre escola e o processo produtivo; a importância do trabalho do menor para a sociedade e sua participação para complementação da renda familiar.

Reflexões efetuadas sobre as investigações obtidas nos questionários e depoimentos dos alunos mostram-nos alguns fatos importantes.

É maior o número de menores que participam do processo produtivo por necessidade de complementar a renda familiar, ocasionada pela baixa remuneração de seus pais, do que os alunos que trabalham para si, ou mesmo daqueles que efetuam tal prática para conseguir prestígio em seu meio social. Ficamos sabendo que os familiares desses alunos são migrantes do Estado de Minas Gerais e dos Estados Nordestinos, na sua grande maioria atraídos pela idéia do "amplo" mercado de trabalho que a cidade de São Paulo ofereceria, a partir da década de 1960, momento em que a

"... Metrôpole constitui importante mediação no processo de integração entre a economia do País e o mercado internacional". (1986:1)

Migraram em busca de trabalho e se fixaram no Jardim Peri como em outras áreas da periferia da cidade de São Paulo, única opção de moradia para famílias de baixa renda.

Quanto à prática do trabalho e do estudo ficou evi

denciado que eles são incompatíveis, não apresentando os alunos aproveitamento escolar satisfatório.

Constatou-se que o trabalho do menor contribui para a criação de riqueza, inicialmente para o empregador, e num sentido mais amplo para todo o processo produtivo. Ele é um elemento importante no desempenho de tarefas consideradas simples, liberando o trabalhador adulto para atividades mais complicadas, ou mesmo tirando o emprego do trabalhador adulto que passa a ser desempregado, porque o salário atribuído ao menor é mais baixo.

Tornou-se evidente que sua participação no mercado de trabalho consome grande número de horas de sua vida, fato que ele aceita como condição necessária e com resignação.

No que se refere à escola, ficou constatado que nos cursos noturnos que atendem ao estudante trabalhador, exige-se menos dos alunos, porque existe falta de condição física e mental para assimilação dos conteúdos formais, após longa jornada de trabalho.

A estruturação do curso noturno não sensibilizou ainda as autoridades educacionais, no sentido de construir uma escola eficaz para esse aluno menor, duplamente penalizado.

Como nos mostram Silva, T.R. e Nogueira, M.J. no caderno nº 1 "Curso Noturno um Desafio" (Fundação Carlos Chagas, pg. 6), a educação brasileira não é tão democrática quanto parece ao mencionarem que:

"... - A expansão da escolarização foi consequência, principalmente, da industrialização acelerada do país nas últimas décadas. Havia necessidade de trabalhadores que soubessem ler instruções, calcular, entender a propaganda dos meios de comunicação".

Elas continuam relatando no caderno nº 3, pg. 40 e 41 que:

"... ninguém nega a existência de fatores extra escolares que concorrem para o fracasso escolar: a ca rência alimentar, a carência cultural, as condições de renda da família",

como também que as escolas carentes se caracterizam por ter:

"... maior número de turnos, maior número de séries superlotadas, jornadas diárias mais curtas, menor estabilidade do corpo docente".

A evasão escolar é muito alta como pudemos constatar na tabela fornecida pelas escolas. Ela acontece em decorrência de toda dificuldade que o estudante trabalhador enfrenta quan do tenta conciliar o processo produtivo ao estudo, cujo resultado culmina com o baixo rendimento escolar: o estudante, por causa do resultado negativo, desiste da escola. Ficou constata do que este fato ocorre com maior frequência no Jardim Peri en tre os alunos de quinta a oitava séries do curso noturno.

É importante se pensar em um curso para trabalhadores com conteúdo ligado à sua prática, e que apresentem flexibilidade a fim de que eles tenham condições e interesse em frequentá-lo.

Como já foi colocado, a instituição escolar está produzindo no seu interior o elemento propício ao capital. Sua proposta de igualdade é aparente, quando passamos a ter conhecimento que os ensinamentos não são distribuídos na mesma pro porção para todos os que nela se matriculam.

Apesar da teoria da reprodução social não ser mais aceita por inúmeros teóricos ligados à educação, ela existe na periferia da cidade de São Paulo, a partir do momento em que os conteúdos são preparados na proporção que os alunos têm condição de assimilar.

Dessa forma, a condição social define a separação da escola em duas redes de ensino: a que forma os operários e a que reproduz a burguesia.

As razões para os cursos noturnos precisam ser encontradas também fora da escola, no sentido de se construir uma "nova" escola; a forma de trabalho também precisa ser questionada, uma vez que o trabalho desses alunos é necessário para a sobrevivência da família.

Das observações efetuadas, temos como consequência que os alunos do curso noturno saem da escola sem qualificação específica ou técnica, indo ocupar uma situação inferior na hierarquia salarial, em decorrência de terem frequentado cursos e laborados com conteúdos que eles não tiveram condições de assimilar; desta forma são alunos que apresentam conteúdo formal reduzido como consequência de sua própria história de vida e de trabalho.

A exemplo disto encontramos uma reportagem de Ana Fromer publicada pela Folha de São Paulo de 06.11.88, no caderno de Educação e Ciência, pg. 8, onde a autora coloca algumas mudanças que a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo pretende colocar em prática a partir de 1989, e cuja intenção é facilitar a aprovação em cursos noturnos de São Paulo.

No cronograma de anteprojeto, é proposta da Secretaria implantar um curso de um mês, em janeiro, cujo interesse é recuperar o conteúdo anual que o aluno não aprendeu. Esta proposta seria aplicada somente para duas disciplinas: se o aluno for reprovado, ele irá para as chamadas turmas de desdobramento, onde será dado reforço nas disciplinas onde ele não conseguiu ser aprovado. A escola terá que reorganizar sua carga horária para atender esses alunos, isto nas quintas e sextas séries; para as sétimas e oitavas, pretende-se criar o regime de dependência.

Coloca a autora que:

"A preocupação com a educação e conseqüentemente com a qualidade de ensino parece estar cada vez mais distante da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo".

prossegue:

"... A bandeira da 'educação é um direito de todo cidadão' esqueceu-se de que a qualidade dessa educação é fundamental para que o preceito seja válido".

A partir de toda realidade apresentada, é evidente que os salários a eles atribuídos serão reduzidos, embora essas pessoas tenham por aspiração melhorar sua vida e acreditem obter esta ascensão social através da conclusão do curso que estejam frequentando.

Depositam no diploma adquirido na escola a esperança de se colocarem no mercado de trabalho com remuneração satisfatória e digna para se manterem.

É importante mencionar a ideologia imposta a essas pessoas, que vêm na escola a resolução de seus problemas e a oportunidade de progredirem socialmente.

No que se refere ao processo produtivo, a atual si tuação traz vantagens ao empregador, pois a partir do momento em que esses jovens são lançados no mercado de trabalho sem condições de grandes exigências, submetem-se aos salários irrisórios que o mercado lhes oferece. Tal situação beneficia o empregador que consegue obter maior lucro em cima do menor trabalhador.

No momento atual, em que sérios problemas afetam a sociedade brasileira, há necessidade de se criar uma pedagogia que transforme a realidade concreta atual que está gerando in justiças.

Diz Florestan Fernandes (1985:5):

"O Educador, é aquele que trabalha realmente ao lado do estudante, é aquele que tenta conhecer a realida de concreta e transformá-la a partir de seus alunos. Por aí está o espaço que precisa ser ganho".

É de fundamental importância ligar-se o trabalho efe tuado no interior da sala de aula à comunidade. Nós, professores, não temos condição de avaliar todo relacionamento humano que se processa no ambiente escolar e fora da sala de aula, que também constituem aprendizado de vida.

Através do esclarecimento crítico para avaliação da nossa realidade social, devemos procurar estender o processo de mudança também fora da escola, na sociedade como um todo, a fim de que a filosofia educacional no Brasil reformule os parâ metros da função construtiva da Educação na sociedade brasilei ra.

A transformação implica na responsabilidade de todos que será conseguida através de movimentos sociais, por intermêdio de diálogos frutíferos, buscando-se através da negociação os benefícios que se pretendem.

Sô através da luta social é que conseguiremos a transformação da sociedade brasileira em uma sociedade democrática, e para que isto ocorra o professor é chamado a participar deste trabalho que também é político.

BIBLIOGRAFIA

- . AB'SABER, Aziz N. - "O Sítio urbano de São Paulo". In: A cidade de São Paulo. Estudos de Geografia urbana. São Paulo, Nacional, 1958, v.1.
- . AFANASSIEV, V.G. - "Filosofia Marxista". Rio de Janeiro, Vitória, 1963.
- . ALVIM, Maria Rosilene B. - "O trabalho infantil e reprodução social" - o trabalho das crianças numa fãbrica com vila o perãria". Rio de Janeiro, IFCC/UFRJ, 1981 (mimeografado).
- . ANTUNIASI, Maria Helena R.- "Trabalhador infantil e escolarização no meio rural". Rio de Janeiro, Zhar, 1983.
- . ARRUDA, Rivaldo S.V. - "O processo de estigmatização do menor e sua função ideológica". São Paulo, CERU, s.d. (mimeografado).
- . ASARI, Alice Y. - "Produtores e processadores do ramí - O caso de Londrina - PR." São Paulo, dissertação de mestrado, USP, 1984 (mimeografado).
- . ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS - "Teoria e método da geografia". Borrador 1, São Paulo, AGB, 1982.
- . BECKER, Bertha K. - "As migrações internas no Brasil, reflexo de uma organização do espaço desequilibrada". In: Revista Brasileira de Geografia". Rio de Janeiro, IBGE, 1968, ano 30, nº 2.
- . BITTENCOURT, Circe Maria - "A escola pública em diferentes momentos da História do Brasil. A escola pública hoje". São Paulo, s.d. (mimeografado).

- . BRANDÃO, Carlos R. (org.) - "Repensando a pesquisa participante". 2ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1985.
- . BRESCIANI, Maria Stella M. - "Lógica e Dissonância - Sociedade de trabalho: Lei, Ciência, Disciplina e Resistência Operária". In: Revista Brasileira de História. São Paulo , set. 1985/fev. 1986, v.6.
- . CARVALHO, Célia Pezzolo - "Ensino noturno, realidade e ilusão" São Paulo, Cortez, Coleção Polêmicas do Nosso Tempo, nº12, 1985.
- . CASTELLS, Manuel - "A Questão Urbana", trad. Arlene Caetano, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.
- . CHAUÍ, Marilena - "O que é Ideologia" 9ª ed., São Paulo, Brasiliense, 1982.
- . _____ "Ideologia e Educação". São Paulo, Cortez , 1980.
- . CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL - Emendas Constitucionais até 8, de 14 de abril de 1977, Brasília, 1977.
- . _____ de 1988, Brasília, 1988.
- . COORDENADORIA DE ESTUDOS E NORMAS PEDAGÓGICAS. "Proposta para o ensino de geografia" - proposta preliminar para discussão. 2ª versão, Equipe Técnica, assessoria: OLIVEIRA , Ariovaldo U. de, e LENCIONI, Sandra (USP), São Paulo, 1986.
- . CÔRTEZ, Maria Rita M.S. de - "Lida e vida do menor: Um estudo do trabalhador menor no espaço urbano de Araraquara".

São Paulo, Tese de Doutorado, USP, 1986 (mimeografado).

- . DEMARTINI, Zeila B.F. - "A Educação e o Trabalho infanto-juvenil nas famílias de agricultores paulistas". CERU, São Paulo, s.d. (mimeografado).
- . ECO, Umberto - "Como se faz uma tese", 2^a ed., São Paulo, Perspectiva, 1985.
- . ENGELS, Friedrich - "Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico". Lisboa, trad. Ed. Avante, 1975.
- . FERNANDES, Florestan - "O Educador", In: Revista de Educação da APOESP, nº 1, São Paulo, dez. 1985.
- . FREIRE, Paulo - "Pedagogia do Oprimido", 9^a ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.
- . _____ "A importância do ato de ler", 8^a ed. São Paulo, Cortez, 1984.
- . _____ "Paulo Freire & Educadores de Rua" . 2^a ed., Rio de Janeiro, UNICEF/SAS/FUNABEM, Lidador, 1987.
- . FROMER, Ana - "Qualidade do ensino é esquecida". In: Folha de São Paulo, 06.11.1988, pág. 8.
- . FUNDAÇÃO IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio. São Paulo, 1983, Rio de Janeiro, FIBGE.
- . _____ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio. São Paulo, 1987, Rio de Janeiro, FIBGE.

- . FULKUI, Lia Freitas e alii - "Escolarização e sociedade: um estudo dos excluídos da escola", CERU - Cadernos 14, São Paulo, dez. 1981.
- . _____ "A desescolarização, trabalho infantil e a questão do menor, um projeto de pesquisa", CERU - Cadernos 15, São Paulo, agosto 1981.
- . _____ "A questão do trabalho infantil na grande imprensa paulista na década de 70". São Paulo, 1981 (mimeografado).
- . FURTADO, Celso - "Formação Econômica do Brasil", 12^a ed. São Paulo, Nacional, 1974.
- . GADOTTI, Moacir - "A Educação e Poder" Introdução à Pedagogia do conflito, 5. ed. São Paulo, Cortez, 1984.
- . GAJARDO, Marcela - "A pesquisa Participante na América Latina". São Paulo, Brasiliense, 1986.
- . GONÇALVES, Carlos Walter P. - "Reflexões sobre Geografia e Educação: notas de um debate". São Paulo, 1985 (mimeografado).
- . GOUVEIA, Aparecida Joly - "O trabalho do menor: necessidade transfigurada em virtude". Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas. São Paulo, 44, 1983.
- . GRUSPUN, Haim - "Os Direitos dos Menores". São Paulo, ALMED, 1985.

- . HARVEY, David - "A Justiça Social e a Cidade". São Paulo, Hucitec, 1980.
- . HOLANDA, Sérgio B. de - "Raízes do Brasil" 5. ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1969.
- . IANNI, Octávio - "Estado e Planejamento Econômico no Brasil" (1930-1970), 3. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.
- . KONDER, Leandro - "O que é dialética" São Paulo, Brasiliense, 1981.
- . KOWARICK, Lúcio & CAMPANÁRIO, Milton - "São Paulo". São Paulo, 1986 (mimeografado).
- . LANG, Alice, B.S.G. - "Aspirações à Educação, a Ocupação e ao Êxito Social". In: Cadernos CERU nº 15. São Paulo, 1981.
- . LANGENBUCH, Juergen Richard - "A Estruturação da Grande São Paulo". Rio de Janeiro, FIBGE (Tese de Doutorado), 1971.
- . LEBRUN, Gerard - "Da escola e de sua destruição". In: O Estado de São Paulo, 06.10.1984, pág. 3.
- . LEMOS, Amália Inês G. de - "Cotia e sua participação no conjunto da faixa periférica da Metrôpole Paulista". São Paulo, dissertação de mestrado, USP, 1972 (mimeografado).
- . _____ "Um exemplo de processo de metropolização recente na periferia da Grande São Paulo: O Município de Itaquaquacetuba". São Paulo, tese de Doutorado, USP, 1980 (mimeografado).

- . _____ "Pesquisa participante em geografia: Uma linha de ação - experiência na periferia de São Paulo (Brasil). In: Boletim de Geografia Teorética, 16-17(31:34) : 285-288, 1986-1987. (I ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMERICA LATINA).
- . LUTFI, Eulina P. & PONTUSCHKA, Nídia N. - Estudando o Perú através do livro "Bom dia para os defuntos" - exemplo de integração entre as áreas de português e de geografia no ensino de 2º grau. In: Revista Orientação nº 6, IG. São Paulo, 1985.
- . MARTINS, José de Souza - "Sobre o modo capitalista de pensar" 2.ed. São Paulo, Hucitec, 1980.
- . MARX, Karl - "O Capital" 3. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980, v.1-2.
- . MENDES, Renato S. da - "Os bairros da zona Norte e os bairros orientais". In: A Cidade de São Paulo. Estudos de geografia urbana. São Paulo, Nacional, 1958. v.3.
- . MORA, José Ferrater - Método dialético, dicionário de Filosofia, Sudamericana.
- . MORAES, Antonio Carlos R. - "Epistemologia e Geografia". In: Revista Orientação nº 6. IG. São Paulo, 1985.
- . MORAES, Antonio Carlos R. & COSTA, Wanderley M. - "A valorização do Espaço - Geografia Crítica". São Paulo, Hucitec, 1984.

- . NADAI, Elza - "A escola pública contemporânea: Os currículos oficiais de história e o ensino temático". In: Revista Brasileira de História. São Paulo, v.6, set 1985/fev. 1986.
- . NIDELCOFF, Maria Teresa - "Uma escola para o povo". 20. ed. São Paulo, Brasiliense, 1984.
- . OLIVEIRA, Francisco de - "O terciário e a divisão social do trabalho". In: Edições CEBRAP nº 24. São Paulo, s.d.
- . _____ "A produção dos homens". In: Edições CEBRAP nº 16. São Paulo, abril/maio/junho, 1976.
- . _____ "O Estado e o urbano no Brasil". In: Espaços e Debates nº 6. São Paulo, junho/setembro 1982.
- . PETRONE, Pasquale - "Povoamento e Colonização". In: Brasil a terra e o Homem. São Paulo, Nacional, 1970, v.2.
- . PIERRE, George - "Os métodos da geografia". São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1972.
- . PONTIFÍCIA COMISSÃO DE JUSTIÇA E PAZ DA ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO - "São Paulo 1975, Crescimento e Pobreza". São Paulo, Loyola, 1976.
- . QUAINI, Massimo - "A Construção da Geografia Humana". Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.
- . _____ "Marxismo e Geografia". Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- . RODGERS, Gerry y STANDING, Guy - "Funcion económica de los niños en países de bajos ingresos". In: Revista Internacional

nal del Trabajo, v.100, nº 2, abril/junio de 1981.

- . RODRIGUES, Neidson - "Estado, Educação e Desenvolvimento Econômico". São Paulo, Cortez, 1982.
- . SALM, Claudio L. - "Escola e Trabalho". São Paulo, Brasiliense, 1980.
- . SANTOS, Milton - "Sociedade e Espaço: A formação social como teoria e como método". In: Boletim Paulista de Geografia. nº 54, São Paulo, junho de 1977.
- . _____ "Relações Espaço-Temporais no mundo subdesenvolvido". Seleção de Textos nº 1, AGB, Seção Regional São Paulo. São Paulo, dez. 1976.
- . _____ "Desenvolvimento Econômico e Urbanização em países subdesenvolvidos: os dois sistemas de fluxo da economia urbana e suas implicações espaciais". In: Boletim Paulista de Geografia, nº 53, São Paulo, fev. 1977.
- . _____ "Sociedade e Espaço: A formação social como teoria e como método". In: Boletim Paulista de Geografia, nº 54, junho 1977.
- . _____ "Por uma Geografia Nova", São Paulo, Hucitec EDUSP, 1978.
- . _____ "A caminho de uma teoria substantiva da urbanização". In: Revista Orientação, IG, nº 6, São Paulo, nov. 1985.
- . _____ "América Latina: Nova Urbanização, novo planejamento, IG, nº 7, São Paulo, dez. 1986.

- . SANTOS, Jair L.F.; LEVY, Maria Stella F.; SZMRECSANYI, Tomás (organizadores) - "Dinâmica da População", São Paulo, TAQ, 1980.
- . SANTOS, Milton R. dos - "O Trabalho Familiar: Subordinação e Transformações - O exemplo dos produtores de pêssego de Mairinque". São Paulo, dissertação de mestrado, USP, 1986 (mimeografado).
- . SEABRA, Manoel F.G. - "Os fundamentos humanos da organização do espaço geográfico". São Paulo, 1980 (mimeografado).
- . _____ "Os fundamentos naturais da organização do espaço". São Paulo, 1980 (mimeografado).
- . _____ "Geografias". In: Revista Orientação nº 5, IG. São Paulo, 1984.
- . SILVA, T.R.N. & NOGUEIRA, M.J. - "O Noturno é Importante, mas ... não vai bem". In: Revista Curso Noturno um desafio nº 1. Fundação Carlos Chagas. São Paulo, s.d.
- . _____ "Investigação sobre uma cidadã acima de qualquer suspeita". In: Revista Curso Noturno um desafio nº 2 Fundação Carlos Chagas. São Paulo, s.d.
- . _____ "É preciso assumir compromissos". In: Revista Curso Noturno um desafio nº 3. Fundação Carlos Chagas. São Paulo. s.d.
- . SINGER, Paul - "Força de trabalho e emprego no Brasil - 1920/1969". São Paulo, Edições CEBRAP, 1971.

- . _____ "Implicações econômicas e sociais da dinâmica populacional brasileira". São Paulo, Edições CEBRAP, nº 20. s.d.
- . _____ "A economia dos serviços". São Paulo, Edições CEBRAP, nº 24. s.d.
- . _____ "Economia Política do Trabalho". 3.ed. São Paulo, Hucitec, 1979.
- . _____ "Economia Política da Urbanização". 7.ed. São Paulo, Brasiliense, 1980.
- . SPINA, Segismundo - "Normas Gerais para os trabalhos de grau". São Paulo, Ática, 1984.
- . SPINDEL, Cheywa R. - "O menor assalariado na família e na escola". Trabalho apresentado na mesa redonda, sobre escolaridade e trabalho infantil, no Encontro Nacional do CERU, USP. São Paulo, setembro 1983 (mimeografado).
- . _____ "Espaços de Socialização e Exploração do Menor Assalariado: Família, Escola e Empresa". São Paulo, IDESP, monografias 2. 1986.
- . SPYER, Márcia - "A Geografia do Aluno Trabalhador". São Paulo, Loyola 1986.
- . VESENTINI, José W. - "Ensino da Geografia e Luta de Classes". In: Revista Orientação nº 5. IG, 1984.
- . _____ "Os movimentos populacionais - As imigrações no Brasil". In: Sociedade e Espaço. São Paulo, Ática, 1985

- . _____ "Geografia Crítica e Ensino". In: Revista O
rientação. nº 6. IG, 1985.
- . VIEIRA, D.T. - "Trabalho do Menor e Escolaridade". In: Revis
ta - Problemas Brasileiros. Ano V, nº 52, julho 1967.

MATERIAL CARTOGRÁFICO

- . EMPLASA. "Grande São Paulo". Esquema de articulação das "Folhas de 1/25.000, escala reduzida 1/400.000, s/d.
- . EMPLASA/PMSP. "Município de São Paulo" Índice de ruas, escala 1:20.000, s/d.
- . INSTITUTO AGRONÔMICO. "Município de São Paulo". Fotografia Aérea, escala aproximada 1:25:000, 1962.
- . MINISTÉRIO DA AERONAUTICA. "Município de São Paulo". Fotografia Aérea, escala aproximada 1:10.000, 1967.
- . PMSP/VASP/CRUZEIRO. "Município de São Paulo", escala 1:10.000, período 1952/1959.
- . SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. "Grande São Paulo". Área de Jurisdição da Coordenadoria de Ensino da Grande São Paulo: Divisões regionais de ensino - Delegacias de ensino, escala reduzida 1/400.000, s/d.
- . _____ . "Município de São Paulo". Divisões regionais de ensino da Capital - Delegacias de ensino da Capital, escala reduzida 1/400.000, s/d.
- . SIMIELLI, Maria Helena, DE BIASI, Mário "Atlas Geográfico Escolar". Mapa do Brasil (Fluxo de origem da população analisada - adaptado), São Paulo, 1984.
- . VASP/CRUZEIRO/PROSPEC/GEOFOTO/AEROMAPA. "Grande São Paulo", escala aproximada 1:8.000, 1973.

ANEXO

QUESTIONÁRIO APLICADO JUNTO AOS ALUNOS DAS ESCOLAS:

EEPG PROF^a. RITA BICUDO PEREIRA

EEPG PROF^a. ELZA SARAIVA MONTEIRO

EEPG GUILHERME DE ALMEIDA

EEPG PROF. ALFREDO GOMES

QUESTIONÁRIO DESTINADO AOS ALUNOS DO 1º GRAU
MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
E E P G _____

DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
F F L C H USP

(1) Nome do Aluno _____ Data ____/____/1985

Endereço: _____

Est.	Civil	Sexo		Idade	Local de Nascimento Município - Estado	Escolaridade	Trabalha		Ocupação Trabalho	Salário (Atual Cr\$)
		M	F				Sim	Não		

(2) DADOS PESSOAIS (FAMÍLIA) - AVÓS - PAIS - IRMÃOS

N O M E	Relação Parent.	Sexo	Idade	Escolaridade	Local Nasc. Munic. Est.	Tempo Moradia	De onde veio p/SP - quando	Ocupação Trabalho	Salário Atual Cr\$

(3) - RELAÇÕES DE TRABALHO - (aluno)

- Quando começou trabalhar:

ano: _____ com que idade _____ em qual atividade trabalhou _____
_____ atividade atual _____

- Você tem registro em carteira ? sim ( ) não ( )

- Forma de Pagamento:

Diarista ( ) Mensalista ( ) Outros ( )

- Quantas horas trabalha por dia ? _____

- Pretende mudar de Profissão ? sim ( ) não ( )

- Para qual ? _____ Por que ? _____

- Seu ordenado entra na Renda Familiar ? _____ De que forma ? _____

Descreva: _____
_____
_____(4) - RELAÇÕES COM A FAMÍLIA- Quantas pessoas fazem parte de sua família ? _____ e quantas moram na
casa ? _____ Quantas delas Trabalham? _____ quais _____
_____, _____, _____

- Qual a renda familiar ? _____

(5) - RELAÇÕES ALUNO - ESCOLA - TRABALHO- Para você o que é mais importante: o trabalho ou o estudo ? _____
Explique: _____- Qual a distância de sua casa ao local de trabalho? _____
e de sua casa à escola ? _____- Forma de locomoção (transporte) até o trabalho _____
até a escola _____ quantas : _____- Você costuma frequentar a escola fora do horário de aula ? _____
quando ? _____- O que você mais gosta da escola ? _____
_____
_____Obs: _____
_____
_____

A digitalização deste documento foi possível graças ao investimento do Programa de Pós-graduação em Geografia Humana (PPGH-FFLCH-USP) e realizada com recursos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. Essa ação integra as atividades de comemoração dos 50 anos do PPGH no ano de 2021. Para mais informações sobre o PPGH e sua história, visite a página do programa: <http://ppgh.fflch.usp.br/>.